

Fernando Calheiros

**“Terra, Trabalho e Teto”:
Movimento de Ocupação Amarildo de Souza e a luta por
Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como condição para
obtenção do grau de bacharel em
Ciências Sociais, sob orientação do
Prof. Dr. Raúl Burgos e
coorientação da Prof.^a Dr.^a Carmen
Susana Tornquist.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Calheiros, Fernando

"Terra, Trabalho e Teto": Movimento de Ocupação Amarello de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis / Fernando Calheiros ; orientador, Raúl Burgos ; coorientadora, Carmen Susana Tornquist. - Florianópolis, SC, 2016.

222 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Movimentos Sociais . 3. Reforma Agrária Popular. 4. Segregação Socioespacial. 5. Região Metropolitana da Grande Florianópolis. I. Burgos, Raúl . II. Tornquist, Carmen Susana. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

Fernando Calheiros

“Terra, Trabalho e Teto”:
Movimento de Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária
Popular na Região da Grande Florianópolis

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção
do Título de “Bacharel”, e aprovado em sua forma final pelo Curso de
Graduação em Ciências Sociais.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2016.

Prof. Tiago Bahia Losso, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Raúl Burgos, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Carmen Susana Tornquist, Dr.^a
Coorientadora
Universidade do Estado de Santa Catarina

Valcionir Corrêa, Dr.
Membro
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedicado à querida e
inesquecível colega Alisson
Fitipaldi (*in memoriam*).

Ali, terminamos!

AGRADECIMENTOS

É certo afirmar que um trabalho não se faz sozinho. Embora a pesquisa exija um maior esforço de quem a elabora, vai a campo, analisa e a escreve, a participação e contribuição de pessoas certamente apresentam-se como suporte fundamental para a possibilidade de finalização não somente do projeto de pesquisa em si, mas do encerramento de um ciclo importante.

Assim, sou grato aos ensinamentos adquiridos durante quatro anos como bolsista no Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), particularmente as conversas, orientações e importantes conselhos dos professores Fernando Ponte de Souza e Valcionir Corrêa, mestres por quem sempre guardarei grande admiração, respeito e gratidão.

Às amigas nascidas das lutas e reivindicações por melhores condições de permanência na Universidade, especialmente à militância atuante na moradia estudantil da UFSC (2010-2013), onde junto ao Daniel Vasconcelos e Raruilquer Oliveira aprendi a importância e necessidade da resistência e luta dos estudantes trabalhadores como forma de sobrevivência dentro de um espaço institucional majoritariamente conservador e elitista.

À família Orlandi, em particular à Verônica, companheira que mesmo distante, contribuiu consideravelmente nas várias etapas deste trabalho, prestando suporte material e emocional nos momentos que se apresentaram mais exaustivos e difíceis, e dessa forma fazendo toda a diferença na superação dos obstáculos e na conclusão da pesquisa.

À minha família, Neli Porto Martins, Neila Calheiros, Alinne e Carolinne, obrigado pela ajuda e carinho desde o começo de minha

caminhada. A Rosely Vonsowski pelos auxílios e atenção prestados principalmente na etapa final do trabalho.

À colega Ana Rita Mayer pela gentileza em disponibilizar o seu trabalho fotográfico sobre a ocupação Amarildo, contribuindo para dar mais vida a essa pesquisa ao retratar de maneira única as famílias participantes.

Ao grupo de pesquisa *“Reconfigurações da segregação urbana: trabalho, moradia e pobreza na grande Florianópolis”* da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), sob a coordenação do Professor Francisco Canella. Sem dúvida, um espaço que me proporcionou importantes reflexões e experiências acerca da temática estudada.

À professora e coorientadora Carmen Susana Tornquist “Susi” por confiar em minha proposta de projeto, me orientando de maneira sábia para que eu conseguisse chegar as minhas próprias reflexões e conclusões. Ao professor Raúl Burgos, pela paciência e sabedoria com que conduziu a orientação, permitindo que eu atingisse o meu limite na pesquisa.

Por fim, agradeço imensamente a todos os entrevistados, especialmente aos coordenadores e lideranças do Movimento Amarildo, a quem guardo consideração e respeito pela coragem e luta. Certamente, sem as ações protagonizadas por esses sujeitos não haveria a possibilidade da existência deste trabalho.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

(Marx - Dezoito Brumário de Luís Bonaparte)

RESUMO

Este trabalho traz como objetivo geral a análise sobre a emergência de um movimento social no contexto sociopolítico da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, região sul do Brasil. Autodenominado “Ocupação Amarildo de Souza”, o Movimento ganha notoriedade pública nos anos de 2013/2014, ao propor realizar a união entre as bandeiras de luta do campo e da cidade através do lema “Terra, Trabalho e Teto”, trazendo por sua vez o novo projeto de Reforma Agrária Popular do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) como perspectiva de ação dentro do espaço metropolitano. Tendo como ponto de partida o próprio contexto de surgimento e trajetória do Movimento, procura-se apreender o processo de sua insurgência através das novas formas de ação que se colocam frente à disputa pelo espaço urbano no Brasil contemporâneo, tomando a cidade como lócus principal dos atuais conflitos sociais, e, portanto, campo privilegiado da luta de classes. A partir da noção de segregação socioespacial e das reflexões críticas acerca do planejamento urbano empresarial, analisa-se o caso do Movimento Amarildo em seu contexto de atuação, propondo-se a identificar elementos que permitam refletir sobre determinantes sociais de sua emergência, bem como dos limites e desafios colocados frente a atual disputa pela terra na grande Florianópolis. Buscando valer-se de uma perspectiva crítica para análise dos movimentos sociais, parte-se da suposição de que o seu surgimento na cena política local expresse não somente a tentativa de retomada das lutas sociais a partir da articulação entre as reivindicações por terra e moradia na região, bem como a intensificação das contradições decorrentes da atual crise urbana evidenciadas no capitalismo em sua fase neoliberal.

Palavras-chave: Movimentos Sociais - Reforma Agrária Popular - Direito à Moradia – Segregação Socioespacial – Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

ABSTRACT

This work presents as general objective the analysis about emergence of a social movement in the sociopolitical context of the Metropolitan Region of Greater Florianópolis, in the State of Santa Catarina, southern region of Brazil. Self-styled "Occupation Amarildo de Souza", the Movement has public notoriety in the years 2013/2014, by proposing to realize the union between the fight flags of the countryside and the city through the motto "Land, Work and Roof", bringing in turn the new Popular Agrarian Reform of the MST (Movement of the Landless Rural Workers) as perspective of action within the metropolitan space. Taking as its starting point the context of the emergence and trajectory of the Movement, it seeks to apprehend the process of its insurgency through the new forms of action that stand in the face of the dispute for urban space in contemporary Brazil, taking the city as the main locus of Current social conflicts, and therefore, privileged field of class disputes. Based on the notion of socio-spatial segregation and critical reflections on urban business planning, the case of the Amarildo Movement is analyzed in its context of action, aiming to identify elements that allow reflection on social determinants of its emergence, as well as Limits and challenges posed in the face of the current land dispute in the great Florianópolis. Search for a critical perspective for the analysis of social movements, it is based on the assumption that its emergence in the local political scene expresses not only the attempt to retake social fights from the articulation between the demands for land and housing in the Region, as well as the intensification of the contradictions arising from the current urban crisis evidenced in capitalism in its neoliberal phase.

Key words: Social Movements - Popular Agrarian Reform - Right to Housing - Socio-spatial Segregation - Metropolitan Region of Greater Florianópolis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Valor do m ² no Brasil fev/2015. Fonte: índice FipeZap. Elaboração: Fernando Calheiros	45
Gráfico 2: Valor do m ² no Brasil ago/2016. Fonte: índice FipeZap. Elaboração: Fernando Calheiros	46
Gráfico 3: Déficit Habitacional - Região Metropolitana da Grande Florianópolis. Fonte: Fundação João Pinheiro/Censo 2010. Elaboração: Fernando Calheiros	48
Gráfico 4: Déficit Habitacional - Município de Florianópolis. Fonte: Fundação João Pinheiro/Censo 2010. Elaboração: Fernando Calheiros	49
Gráfico 5: Situação de ocupação dos domicílios particulares do município de Florianópolis. Fonte: IBGE/Censo 2010. Elaboração: Fernando Calheiros	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Reunião Inicial da Ocupação Amarildo de Souza, dez/2013. Fonte: Betina Humeres.....	74
Figura 2: Marcha na Avenida Beira Mar Norte, fev/2014. Fonte: Betina Humeres.	84
Figura 3: Audiência Pública, fev/2014. Fonte: Betina Humeres.	85
Figura 4: Ocupação SC 401. Fonte: Brasil Notícias	89
Figura 5: Ocupação SC 401. Fonte: Brasil Notícias	89
Figura 6: Área do terreno com a demarcação da LPM. Elaboração: Verônica Orlandi.....	90
Figura 7: Assembleia SC 401, 2014. Fonte: Cristiano Estrela.	96
Figura 8: Rio Vermelho, abr/2014. Fonte: Charles Guerra.	110
Figura 9: Festa de um ano da Comuna em Águas Mornas/SC, dez/2015. Fonte: Rafael Venuto	117
Figura 10: Famílias por Região Brasil. Fonte: Cadastro Incra 2014. Elaboração: Verônica Orlandi.....	131
Figura 11: Famílias por Região SC. Fonte: Cadastro Incra 2014. Elaboração: Verônica Orlandi.....	132
Figura 12: Mapa da trajetória do Movimento. Fonte: Fernando Calheiros. Elaboração: Verônica Orlandi.....	200

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AGU – Advocacia-Geral da União

ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CSP/CONLUTAS – Central Sindical e Popular

DC – Jornal Diário Catarinense

EVT – Estudo de Viabilidade Técnica

FJP – Fundação João Pinheiro

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRASC – Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina

LPM – Linha do Preamar Médio

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ND – Jornal Notícias do Dia

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável

PM – Polícia Militar

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

RGF – Região da Grande Florianópolis

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	15
LISTA DE FIGURAS	17
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	19
INTRODUÇÃO	25
1. CONTEXTO DE SURGIMENTO DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO AMARILDO DE SOUZA	35
1.1 Considerações acerca da crise urbana no Brasil.....	35
1.1.1 As especificidades da Região da Grande Florianópolis	41
1.1.2 Especulação Imobiliária e Déficit Habitacional.....	44
1.2 O contexto de surgimento segundo relatos e versões das lideranças e coordenadores do Movimento.....	52
1.2.1 A formação do Núcleo familiar no MST	53
1.2.2 A chegada na Região da Grande Florianópolis e a saída do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	57
1.2.3 Constituição da Brigada Marighella: ampliação dos quadros de militância e a organização da primeira ação direta	62
2. TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.	71
2.1 Ocupação em área urbana – O caso da SC-401.....	71
2.1.1 Os primeiros momentos	71
2.1.2 Processo de ampliação da Ocupação: inclusão de novas famílias e a chegada dos índios Kaingang	77
2.1.3 O terreno	79

2.1.4	Infraestrutura e organização interna da ocupação	91
2.1.5	Tentativa de permanência e o processo de desocupação do terreno	96
2.2	Saída em massa das famílias e a desarticulação da base social do Movimento.....	100
2.2.1	A chegada na área de demarcação indígena do Morro dos Cavalos – Maciambu/Palhoça.....	103
2.2.2	Tentativa de ocupação no bairro do Rio Vermelho e o retorno a T.I do Morro dos Cavalos	105
2.3	Transferência para o município de Águas Mornas e o processo de assentamento em área rural	113
2.3.1	Escolha do terreno.....	114
2.3.2	Primeiro ano da Comuna Amarildo em Águas Mornas	115
2.3.3	Conflitos internos e a desestruturação da organização política do Movimento.....	117
2.3.4	Momento atual do Acampamento	121
3.	COMPOSIÇÃO SOCIAL, PROJETO POLÍTICO E REDE DE APOIO DO MOVIMENTO AMARILDO.....	125
3.1	Composição Social.....	127
3.1.1	Origem das famílias do Movimento.....	128
3.1.2	De sem-terra à condição de sem-teto	133
3.1.3	A ideia de “heterogeneização do sujeito da luta por Reforma Agrária”	137
3.2	Projeto Político.....	142

3.2.1 A experiência das Comunas da Terra.....	144
3.2.2 VI Congresso Nacional do MST e a nova concepção de Reforma Agrária Popular.....	147
3. 2.3 O lema “Terra, Trabalho e Teto”	152
3.3 Rede de Apoio.....	155
3.3.1 Participação de Sindicatos e Partidos.....	157
3.3.2 Assessoria parlamentar e jurídica.....	159
3.3.3 O apoio dos coletivos universitários	162
3.4 Considerações acerca dos principais problemas, dificuldades e desafios do Movimento de Ocupação Amarildo de Souza.....	165
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIANDO A ORDEM DO(A) CAPITAL.....	181
REFERÊNCIAS.....	188
CRONOLOGIA DA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO	197
FOTOGRAFIAS DE ANA RITA MAYER.....	201
ANEXOS	211

INTRODUÇÃO

Analisar o nascimento de um movimento social definitivamente não é uma tarefa simples. Tal processo requer uma verificação das circunstâncias sociais e históricas que possibilitaram o seu surgimento, assim como também da apreensão dos sujeitos articuladores das ações, das forças e grupos envolvidos no conflito e, principalmente, das contradições e disputas em jogo. Nesse sentido, é de suma importância a análise sobre o contexto sociopolítico atual que favorece diariamente a explosão de ocupações pelo país, na perspectiva de se pensar na prioridade das pautas por reformas agrária e urbana a partir da emergência cada vez maior de novos sujeitos políticos na luta pelo direito a terra e moradia no Brasil.

Segundo a literatura disponível, a recente expansão dos movimentos de ocupação nas sociedades capitalistas modernas surge como reflexo direto do agravamento dos problemas sociais, o que acaba por demonstrar a “capacidade de resistência e organização de segmentos da classe trabalhadora extremamente pauperizados.” (Lima, 2004, p.22). Assim, o surgimento de um Movimento social se dá como “[...] uma resposta política organizada por um sujeito coletivo, representante de uma fração de classe, cuja ação expressa determinações e condições subjetivas e objetivas presentes numa dada formação social e num determinado contexto histórico.” Além disso, identifica que o “surgimento na cena política é concebido como um sintoma de uma ampla processualidade social e histórica que determina as condições de sua afirmação.” (LIMA, 2005, p. 1).

Partindo de tal perspectiva, o presente trabalho traz como objetivo geral a análise sobre a emergência do Movimento autodenominado “Ocupação Amarildo de Souza” na Região Metropolitana da Grande Florianópolis, Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. Tendo como ponto de partida o próprio contexto de surgimento e trajetória, procura-se apreender o processo de seu nascimento através das novas formas de ação que se colocam em torno da luta pelo espaço urbano no Brasil contemporâneo, propondo-se, por fim, a identificar elementos que permitam refletir de maneira crítica sobre determinantes sociais de sua insurgência, bem como dos limites e desafios colocados frente a singular disputa pela terra em Florianópolis e região.

No entanto, para que se possam precisar os principais determinantes de seu surgimento, impõem-se a consideração da perspectiva analítica do processo em sua totalidade, ou em outras palavras, das questões relacionadas as condições de ordem estrutural, colaborando assim para uma apreensão de suas dimensões mais universais e abstratas, e não apenas de um fato ou outro em particular, muito menos de uma descrição meramente factual dos acontecimentos. Logo, a importância de se buscar levar em consideração a conjuntura do atual momento histórico, ou seja, dos condicionantes estruturais, assim como de seus determinantes econômicos, políticos e sociais, são fundamentais para que se possa precisar, de modo mais aproximado possível do real, a confluência dos fatores que determinaram a eclosão do Movimento na cena política local.

Nesse sentido, a proposta de investigação parte das questões de ordens tanto teórico-metodológica, quanto prática. A partir de estímulos de ordem pessoal, proporcionados por experiências de engajamento e militância na área estudada, a temática escolhida assume relação direta com

fatores fortemente ligados a uma visão social de mundo crítica as contradições apresentadas pela ordem social vigente, alicerçada por sua vez no modo de produção capitalista (baseado nas relações de exploração e dominação de classes). Desse modo, entendemos que o fato de buscar tomar um posicionamento diante das inúmeras questões relacionadas aos problemas sociais analisados, não se constitui de modo algum como impedimento para a realização de uma pesquisa séria, objetiva e, sobretudo, crítica, pautada por sua vez em métodos e procedimentos devidamente consolidados e validados pelo conhecimento científico ao longo do processo de desenvolvimento das ciências sociais.

Logo, constitui-se como principal questão de ordem teórico-metodológica, a busca da análise e reflexão sobre os fenômenos relacionados a problemática urbana, mais especificamente aos fatores referentes a atual disputa pelo espaço urbano no Brasil. Como um dos objetivos, a pesquisa parte da proposta de analisar a cidade neoliberal enquanto território em conflito onde, por um lado, encontra-se a especulação imobiliária atrelada aos interesses do capital financeiro, tanto produzindo como alimentando a segregação socioespacial, favorecendo dessa forma a enorme concentração de terras por parte das elites dominantes. Por outro lado, temos o surgimento de grupos e movimentos sociais que buscam discutir outra proposta de cidade, em que seja possível a retomada das políticas urbanas a partir da ótica e das necessidades concretas das classes trabalhadoras¹ mais pauperizadas nas cidades. Dessa

¹ De acordo com Galvão (2011) “Não se trata, porém, de um determinismo unilateral, mas de uma multideterminação, tal como concebe Poulantzas (1978). Para esse autor, o conceito de classe se define simultaneamente no nível econômico, político e ideológico: ‘as classes são conjuntos de agentes sociais determinados

maneira, é a partir da luta de classes² estabelecida em torno da atual disputa pela terra urbana que se propõe as condições iniciais de análise. A intenção é de possibilitar um diálogo entre as mais diversas áreas das ciências sociais no sentido de precisar a dinâmica urbana através dos interesses antagônicos que se colocam em disputa, averiguando assim as possíveis causas que contribuem para o processo de segregação socioespacial e, conseqüentemente, a exclusão de grupos e famílias para cada vez mais distantes de seus locais de origem e trabalho.

principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica.” (POULANTZAS, 1978 apud GALVÃO, 2011, P.119). Segundo a autora “Destacar a importância da oposição de classes, porém, não equivale a sustentar que os conflitos sociais traduzem uma simples polarização de interesses entre capital e trabalho. Pelo contrário, utilizamos o termo classes trabalhadoras no plural para nos referir a um conjunto heterogêneo de diferentes classes sociais – que compreende o operariado, a pequena burguesia, o campesinato e as classes médias – que se distinguem quanto ao tipo de trabalho realizado, às condições em que a força de trabalho é vendida e, no caso do produtor familiar, ao tipo de vínculo que é estabelecido com a pequena propriedade.” (GALVÃO, 2011, P. 110-111).

² Para Galvão “A luta de classes é exclusivamente a forma de conflito entre grupos sociais própria dos processos de transição de uma forma particular de totalidade social para outra. No sentido mais rigoroso do termo, não haveria luta de classes a não ser nos momentos de transição, o que tornaria esse conceito inaplicável nos períodos em que a reprodução do modo de produção capitalista não estivesse seriamente ameaçada.” (GALVÃO, 2011, P.113). Contudo, “em ‘Nosso programa’ (1899), Lênin também compreende o conceito de luta de classes de maneira mais abrangente: Compõe-se de luta econômica (contra capitalistas isolados ou contra grupos isolados de capitalistas pela melhoria da situação dos operários) e da luta política (contra o governo, pela ampliação dos direitos do povo, isto é, pela democracia, e pela ampliação do poder político do proletariado)” (LÊNIN, 1979 apud GALVÃO, 2011, P.113). Num sentido mais amplo “longe de estabelecer uma separação artificial entre luta econômica e luta política, Marx propõe uma interação entre ambas as dimensões, pois, se a luta dos trabalhadores pode se limitar a questões imediatas, objetivando melhorar suas condições de vida sob o capitalismo, numa perspectiva de integração à ordem, ela também pode, dependendo da orientação político-ideológica de suas organizações, atingir interesses de classe da burguesia, articulando-se à luta pelo socialismo.” (GALVÃO, 2011, P.115).

Por se constituir como uma importante temática de estudos, tal pesquisa se mostra tanto urgente quanto necessária a fim de buscar não só colaborar para o debate científico, como também para a possibilidade de contribuição teórica aos grupos e movimentos sociais que se debruçam sobre a temática urbana e que lutam pelo reconhecimento dos direitos universais. A relevância maior está na tentativa de incentivar o debate e o fomento de ações que visem a elaboração e efetivação de políticas públicas capazes de combater a segregação espacial e o processo de favelização, possibilitando por sua vez a inclusão/participação de parcelas das classes trabalhadoras mais empobrecidas não só ao direito a terra e moradia, mas, sobretudo, a uma nova proposta de cidade.

Buscando apropriar-se das mais diversas fontes de dados e informações, a metodologia empregada pelo trabalho propôs realizar, em seu primeiro momento, uma ampla e vasta coleta e sistematização dos mais diversos materiais publicados sobre o Movimento de Ocupação Amarildo ao longo de sua trajetória. Através de pesquisa efetuada em portais eletrônicos e periódicos impressos, foi possível reunir e analisar tanto o material elaborado por sua coordenação, a partir dos inúmeros informativos, comunicados, vídeos e gazetas, quanto dezenas de artigos e matérias produzidos pela mídia empresarial e independente.

Num segundo momento da pesquisa, realizamos dois blocos de entrevistas semiestruturadas. No primeiro, através de visitas efetuadas ao Acampamento Amarildo, buscamos colher os depoimentos e relatos de seus coordenadores e lideranças. Num segundo bloco, foram entrevistados alguns representantes dos principais grupos de apoio à ocupação, tais como partidos políticos, sindicatos, assessorias jurídica e parlamentar. A intenção nesse caso foi a de buscar uma melhor construção e caracterização das

ações promovidas pelo Movimento, levando em consideração a própria opinião dos indivíduos participantes.

Além das entrevistas, foram também realizadas reuniões e aplicado questionário a alguns representantes das instituições governamentais que participaram dos processos de negociação junto às audiências públicas, ganhando destaque a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Totalizando mais de 10 entrevistas, 80 artigos de jornais (impresso e online) e 25 vídeos consultados, sistematizados e analisados, os dados coletados apresentaram-se como rica e imprescindível fonte de informações acerca não só da emergência e trajetória do Movimento, bem como de algumas das contradições colocadas frente a atual disputa pela terra na Região da Grande Florianópolis (RGF).

No que concerne a esquematização do trabalho, no primeiro capítulo procurou-se tratar das questões relacionadas diretamente ao contexto de surgimento do Movimento Amarelado. Para tanto, verificou-se a necessidade do uso de três elementos analíticos entendidos como fundamentais para uma maior precisão dos fatos. Nesse sentido, compreenderam-se como essenciais as concepções teóricas de viés marxista acerca dos principais problemas sociais evidenciados no capitalismo em sua fase neoliberal e de suas consequências diretas no que diz respeito à crise urbana no Brasil, assim como das singularidades apresentadas pela conjuntura específica da grande Florianópolis; o relato e versões das principais lideranças e fundadores do Movimento à luz do conceito de experiência³ de E. P. Thompson, bem como do gatilho que proporcionou a

³ Segundo Gohn “o aspecto mais relevante da análise de Thompson é que ele vê as classes como um processo em formação. É a luta que forma a classe. Não se

insurgência do Movimento, lançando-o na cena política local, ou seja, a partir de sua primeira ação concreta, promovida através da ocupação do terreno na SC-401, em Florianópolis. Partindo das entrevistas aplicadas, procuramos analisar as forças específicas que deram substância a sua

ignoram as condições materiais objetivas, elas são cruciais. Mas ela não tem um poder de determinação exclusivo e final. A classe se constrói na luta, daí a importância do conceito de experiência. [...] Para a análise dos movimentos sociais populares, o legado de Thompson nos leva a observar o cotidiano das classes populares, no sentido de apreender como elas estão vivenciando aquele cotidiano.” (GOHN, 1991, p. 25).

De acordo com Moraes e Müller “A consequência imediata da utilização do conceito de ‘experiência’ nos estudos da sociedade é encarar homens e mulheres não apenas como sujeitos atomizados, individualizados e separados de um contexto nem considerá-los como simples ‘turba’ ou massa, mas acima de tudo como ‘Pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida (lidam com) essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (THOMPSON, 1978 apud MORAES; MÜLLER, 2009, p. 501). Thompson estabelece dois tipos de experiência: a experiência I (vivida) e Experiência II (percebida). Pode-se notar, de modo geral que “A ‘experiência’ realiza o diálogo entre o ser social e a consciência social, uma vez que ‘[...] assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido’ [...] Segundo Thompson, mudanças no ser social dão origem à ‘experiência’ que, por sua vez, tem o papel determinante de mediar o processo de transformação da consciência social. É mediante esse diálogo que podemos estabelecer uma correspondência entre o conhecimento e as propriedades ‘inscritas’ na realidade material [...] a ‘experiência’ é fator indispensável na análise da História ou de qualquer disciplina que abrace uma perspectiva diacrônica e/ou dialética porque é um conceito que ‘compreende a resposta mental e emocional’ de um indivíduo ou determinado grupo social ‘[...] a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.” (THOMPSON 1978 apud MORAES; MÜLLER, 2009, p. 501-502). Por fim “[...] a experiência não se anuncia; exerce pressões; propõe novas questões e oferece os dados a serem lidos pelos exercícios intelectuais; que o conhecimento é provisório e incompleto, seletivo, limitado e definido pelas perguntas dirigidas à evidência (e os conceitos que informam tais perguntas) e que a verdade só pode ser pensada no interior do campo assim definido; que sempre haverá novas formas de interrogar o objeto ou de evidenciar aspectos até então desconhecidos e que, por isso mesmo, o produto da investigação estará sempre sujeito a modificações.” (MORAES; MÜLLER, 2009, P.508-509).

emergência, dando ênfase, portanto, na apreensão das experiências vividas pelos principais sujeitos realizadores das ações.

No segundo capítulo, buscou-se apreender as principais ações protagonizadas pelo Movimento ao longo de toda sua trajetória. A partir das entrevistas aplicadas, bem como dos mais diversos materiais publicados, procuramos através da primeira ação direta, destacar os principais acontecimentos e fatos no intuito de apontar e problematizar as questões mais significativas colocadas junto à luta por Reforma Agrária na região.

No terceiro e último capítulo do trabalho, procura-se analisar a origem e a composição da base social, o estabelecimento do projeto político proposto pela coordenação, assim como das forças sociais e grupos de apoio que lhe deram sustentação durante boa parte de sua trajetória. Para tanto, lançamos mão da perspectiva marxista para análise dos movimentos sociais balizadas por três proposições gerais, a saber: a posição de classe dos participantes do Movimento; a sua condição pluriclassista; e a centralidade da oposição capital/trabalho. Desse modo, procurou-se estabelecer as condições necessárias para apreensão dos pontos considerados de maior relevância, propondo-se por fim realizar uma reflexão crítica acerca dos principais problemas, dificuldades e desafios colocados ao Movimento.

Nas considerações finais, retomamos as questões centrais levantadas ao longo do trabalho, sugerindo alguns questionamentos acerca das contribuições e limites do Movimento no que se refere a atual luta por terra e moradia na região da grande Florianópolis.

Tratando-se de uma proposta de monografia de caráter inaugural sobre o tema, os próprios limites deste formato se impõem, assim como da impossibilidade de um maior aprofundamento sobre importantes e variadas

questões que se relacionam, de forma mais direta ou indireta, ao objeto de estudos aqui analisado. Para além dos limites apontados, observam-se também fatores concernentes ao processo gradual de construção e acúmulo de experiência, como também dos conhecimentos a serem adquiridos por parte do pesquisador sobre o tema estudado, ou seja, das questões sobre as possibilidades impostas tanto pelo formato do trabalho quanto das próprias limitações que um cientista social em formação se defronta, fatores esses, que sem dúvida alguma devem ser levados em consideração pela pesquisa.

Assim, mais do que colocar afirmações e conclusões, esse trabalho busca abrir possibilidades de reflexões e questionamentos acerca dos desafios postos à luta de classes em torno da disputa pelo espaço na região. Desse modo, valendo-se da perspectiva colocada por Gohn (1991), a proposta da realização de uma análise sobre um processo em andamento, dotado por sua vez de um caráter experimental ainda não consolidado e sem trajetória anterior similar, certamente incorre em possibilidades de equívocos. Assim, um dos grandes problemas verificados, diz respeito justamente as dificuldades de realizar a devida separação entre a ação política de militância e engajamento pessoal e a produção analítica elaborada, uma vez que separar a militância e a análise se constitui, sem sombra de dúvidas, como uma tarefa árdua, pois, em muitos casos, o próprio pesquisador encontra-se inserido no processo de construção do objeto analisado. Em última instância, “trata-se, pois, de questões metodológicas profundas e complexas. Existe o risco permanente de estar apenas projetando as sombras que a história projeta na nossa consciência. São os riscos da análise apaixonada” (GOHN, 1991, P. 5).

1. CONTEXTO DE SURGIMENTO DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO AMARILDO DE SOUZA

1.1 Considerações acerca da crise urbana no Brasil

A falta de acesso democrático a terra e moradia sempre se constituíram como graves problemas sociais a serem enfrentados pelas sociedades modernas. Na América Latina, mais precisamente no Brasil, as questões acerca da intensificação da expropriação e exploração dos trabalhadores rurais e urbanos, vêm cada vez mais chamando a atenção pelo enorme contingente de populações de “sem” terra e teto que vão se formando a cada crise econômica anunciada. Dessa forma, a atual disputa pela terra, seja rural ou urbana, se apresenta como sintomática, colocando-se como uma discussão central e urgente no que diz respeito à análise e verificação das contradições evidenciadas no capitalismo contemporâneo, assim como dos efeitos negativos causados a partir da piora das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, tanto no campo quanto no contexto das grandes cidades⁴.

Com a expansão das políticas neoliberais por todo o continente latino-americano e especialmente no Brasil a partir das décadas de 80 e 90, evidencia-se uma intensificação das contradições e das desigualdades sociais “verificados a partir do aumento do desemprego, precarização das

⁴ Embora o presente trabalho traga como perspectiva de análise o contexto de surgimento e trajetória de um Movimento com pauta rural, optou-se (tendo em vista a complexidade e elasticidade que o tema entre rural e urbano carrega) por dar ênfase na problemática urbana, levando em consideração, principalmente, o próprio contexto de atuação do Movimento.

relações de trabalho, recuo nas políticas sociais, privatizações e mercantilização de serviços públicos, aumento da desigualdade social”. (MARICATO, 2007, P.54). Surge então um modelo de urbanização e de cidade submetidos de forma radical aos novos valores impostos por uma economia globalizada. Seguindo na mesma direção, Vainer salienta que:

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. [...] Flexível, negocial, negociada, a cidade-negócio se atualiza, quase sempre, através de parcerias público-privadas, novas formas de relacionamento entre Estado, capital privado e cidade. A contraface da cidade de exceção é uma espécie de ‘democracia direta do capital’. (VAINER, 2013, P.38-39)

Como efeito direto do aumento das contradições urbanas, as grandes metrópoles são confrontadas cada vez mais por uma constante valorização do solo urbano, resultado dos intensos processos especulativos favorecidos principalmente por ações governamentais via políticas de Estado. Tal condicionante produz um espaço urbano planejado e executado em favor da do capital imobiliário, onde de maneira articulada e estratégica se privatizam uma série de recursos públicos em detrimento das necessidades e demandas sociais urgentes, o que por sua vez acaba favorecendo todos os tipos de desigualdades urbanas em prol da lucratividade privada. Tal fenômeno, verificado através da crescente valorização e concentração da terra urbanizada nas grandes cidades do país,

acaba por definir e propagar “uma imagem ideologizada da cidade”, conforme aponta Maricato:

Uma ardilosa construção ideológica define a imagem da cidade virtual que encobre a cidade real. O todo é tomado pela parte. Não são apenas os poderes executivos que concentram seus investimentos na cidade legal, hegemônica (verdadeira “ilha de primeiro mundo”), mas também o sistema jurídico que se organiza em torno de regras que não são universais, além da mídia principal propagadora do simulacro. Qualquer grande cidade brasileira apresenta uma conjunção de esforços para a produção de novas centralidades urbanísticas relacionadas a um consumo luxuoso e a um cenário de distinção alimentando a valorização imobiliária: recursos do capital privado (imobiliário, lazer, cultura, comércio) e, por incrível que possa parecer, a maior parte dos recursos públicos destinados a investimento. (MARICATO, 2008, P.3)

Observa-se, por outro lado, como reflexo direto das políticas de concentração e privatização da terra e dos recursos públicos, um espaço urbano cada vez mais segregado e em constante tensão e disputa de classes. Nesse aspecto, o processo de segregação acaba por se apresentar como um importante ponto de partida na investigação da conflituosa dinâmica socioespacial. A partir da complexidade social relacionada à crise urbana, entende-se como necessário a compreensão tanto da produção, quanto da separação espacial das classes sociais nas cidades. Tal separação, ainda que fortemente amparada por questões de âmbito espacial, acaba por ultrapassar tal esfera, englobando também questões econômicas e sociais. Assim, compreende-se a segregação não como um simples fator da divisão de classes no espaço urbano, mas principalmente como valioso instrumento de controle desse espaço.

Nesse sentido, conforme aponta Villaça na apresentação da obra de Sugai (2015), o espaço urbano opera como um território em constante

disputa, onde quanto mais desigual for uma dada realidade social, mais desiguais e injustas serão as condições e os resultados dessa disputa. Assim, a segregação urbana acaba por se constituir como uma importante ferramenta utilizada pelas classes dominantes como forma de potencializar os poderes econômicos e políticos dos quais ela se utiliza nessa disputa. Para o autor, a segregação é, em última instância, um processo imprescindível para que haja dominação através do espaço. De acordo com Villaça:

O que cabe registrar nessas considerações é o caráter de luta da segregação. Trata-se, entretanto, de uma luta de classes. Se há luta, há, evidentemente, vitoriosos e derrotados. Os primeiros desenvolvem a segregação voluntária e os segundos, a involuntária. Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor. (VILLAÇA, 2001, P.148)

Entretanto, para que se possa apreender tal processo segregatório, se faz necessário uma análise sobre a disputa colocada a partir da conformação e estruturação do espaço tomado pelas cidades em seu contexto neoliberal. Nesse caso, o conflito de classes se coloca como ponto central no que compete as disputas pelas vantagens e desvantagens do espaço urbano construído. Portanto, no que diz respeito às questões relacionadas a atual dinâmica posta ao conflito pela terra urbanizada, verifica-se cada vez mais a intensificação da disputa entre grupos sociais distintos, uma vez que “as chamadas cidade ‘globais’ do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes parcelas de trabalhadores de baixa renda que por sua vez, se fundem aos marginalizados e desempregados”. (HARVEY, 2013, P.29)

Seguindo na mesma direção, Maricato (2013) chama a atenção para o processo cada vez mais acelerado da expulsão de grupos marginalizados para áreas distantes de seus lugares de origem, trabalho e lazer. O acirramento das disputas pelo solo urbano, que acontece mediante conflito estabelecido entre o capital imobiliário e a força de trabalho, fez com que as parcelas mais empobrecidas das classes trabalhadoras fossem expulsas para a periferia da periferia. Nesse sentido, de acordo com Vainer:

[...] as populações mais pobres se veem confrontadas a uma gigantesca onda de limpeza étnica e social das áreas que recebem investimentos, equipamentos e projetos de mobilidade. Os indesejáveis são mandados para as periferias distantes, a duas, três ou quatro horas dos locais de trabalho, a custos monetários absurdos e condições de transporte precaríssimas. (VAINER, 2013, p.39)

Diante desse contexto é que as ocupações de terras acabam se constituindo como parte integrante do processo de urbanização do país. A partir dos anos 80, tais ocupações começam a se transformar, passando de ações individuais de grupos de famílias para ganhar expressão massiva e organizada. Nas principais cidades brasileiras começam a surgir ocupações coletivas e organizadas de terra. (MARICATO, 2013).

Segundo Gohn (1991) ainda sob o período ditatorial no Brasil, e como consequência da precarização das políticas sociais no país, surgem movimentos sociais urbanos. Articulando-se com vários outros segmentos da sociedade, como sindicatos, partidos políticos e universidades, tais movimentos buscaram uma ampliação dos direitos tanto à moradia como também à cidade. Durante o período da década de 80, a participação popular obteve grandes progressos no que diz respeito ao planejamento do

espaço urbano no país. Conquistou através de suas lutas, marcos legais como a inclusão do direito à moradia na Constituição Federal em 2000 e a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001.

Entretanto, tais conquistas no plano legal não foram capazes de garantir melhorias concretas na realidade urbana brasileira - realidade marcada por fortes práticas patrimonialistas e clientelistas, políticas segregatórias e as enormes desigualdades de acesso aos serviços urbanos básicos. É a partir do agravamento da falta de condições de infraestrutura urbana, aliados ao rebaixamento salarial, ou seja, através do aumento da exploração econômica e da espoliação urbana⁵ que os movimentos sociais emergem no contexto das grandes cidades brasileiras (GOHN, 1991).

Para Castells, tais movimentos representam um deslocamento da luta de classes da área do trabalho para o espaço da vida comunal, explicada em parte pela reivindicação organizada por mais salários indiretos. Dessa maneira, a luta de classes acaba sendo desviada de sua preocupação clássica em relação a divisão da riqueza excedente, para outra esfera, onde haja uma forma mais ampla de satisfazer as necessidades de consumo, especialmente no que concerne a própria reprodução das classes trabalhadoras na cidade (GOTTDIENER, 1997).

⁵ Segundo Kowarick “[...] o chamado problema habitacional deve ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de *pauperização absoluta ou relativa* a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, pode ser nomeado de *espoliação urbana*: é a somatória de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agilizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho.” (KOWARICK, 1993, P.62).

Como também observa Harvey, há um descontentamento generalizado que tem origem na organização do espaço urbano, a partir das condições em que se desenvolveram as cidades. O replanejamento do espaço nas metrópoles acaba ocorrendo em razão dos interesses primordiais do capital, não das pessoas. Isso fez com que os lugares de descontentamento e lutas fossem deslocados das fábricas para o espaço urbano. Por isso, a cidade se transformou num campo privilegiado para a luta de classes. (HARVEY, 2013).

Nesse sentido, uma das teses levantadas por Villaça é a de que, para as cidades brasileiras, “a força mais poderosa (mas não única) agindo sobre a estruturação do espaço intraurbano tem origem na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante” (VILLAÇA, 2001, P.45). Por sua vez, ao introduzir a lutas de classe a partir das contradições materializadas no espaço urbano, amplia-se o entendimento acerca da problemática socioespacial capitalista. E isso ocorre, porque através das disputas e conflitos socioespaciais, as classes sociais tornam-se concretas, com ações que objetivam a reprodução específica de seus interesses. (SUGAI, 2015).

1.1.1 As especificidades da Região da Grande Florianópolis

Mo mundo real, muito longe da cidade do glamour e do luxo com que os grandes meios de comunicação buscam difundir a imagem construída de “ilha da magia”, o que pode ser observado na conjuntura atual é justamente um processo de intensificação da crise urbana na região, que

vão desde questões relacionadas à falta de infraestrutura básica (esgotamento sanitário, abastecimento de água, mobilidade urbana, etc.), até problemas oriundos das políticas de sucateamento e desmonte dos serviços públicos, degradação ambiental, péssimas condições de mobilidade, aumento da violência urbana, transporte público caro e precário, além de outras questões vinculadas diretamente a um crescente aumento populacional e das emergentes demandas que se verificam a partir desse contexto.

No que diz respeito a tais problemas, a questão habitacional vem cada vez mais ganhando destaque devido ao severo aumento das contradições inerentes à cidade neoliberal, evidenciadas através do acirramento em torno da disputa pela terra urbana, das desigualdades sociais decorrentes desse processo, assim como do consequente estabelecimento de espaços cada vez mais segregados. A partir da constante tendência a valorização imobiliária, verificada principalmente dentro dos limites do município de Florianópolis, o que se tem constatado através de pesquisas⁶ é a ocorrência de um crescente processo de favelização e consequente precarização das condições de vida de parcelas pauperizadas das classes trabalhadoras da região.

⁶ “Os levantamentos da pesquisa do grupo INFOSOLO (IPPUR/UFRJ) indicaram a existência de 171 ocupações irregulares na área conurbada de Florianópolis em 2005, onde habitavam mais de 14% da população. Foram constatados 61 assentamentos em Florianópolis, 67 em São José, 27 em Palhoça e 16 em Biguaçu.” (SUGAI, 2015, p.33). “No contexto dos municípios da área conurbada, no entanto, mantém-se o crescimento da pobreza, as disparidades entre os ricos e pobres e amplia-se o processo de exclusão social e a segregação espacial. [...] Atualmente, cerca de 14,7% da população de Florianópolis e 9,6% da área conurbada vivem em favelas.” (SUGAI, 2015, p.3).

A partir dos estudos sobre as contradições e conflitos de classe analisados na Região Metropolitana da Grande Florianópolis⁷, Sugai (2015) verifica a existência de uma lógica através da qual se determina a localização dos investimentos públicos na conurbação metropolitana e a disposição/distribuição das classes sociais no espaço intraurbano da região. De acordo com tais estudos, foi possível verificar que a classe dominante dirigiu todo o processo de distribuição espacial das classes sociais na área conurbada de Florianópolis, se valendo da apropriação dos territórios nos quais pretendia reunir e disseminar as suas áreas residências e de lazer. Conclui então que:

“O surgimento de reações e contestações mais expressivas das classes médias e das camadas populares, ao final dos anos 1990, certamente criaram obstáculos à realização de alguns dos investimentos públicos e de empreendimentos imobiliários destinados às elites dirigentes. No entanto, como foi visto, durante os últimos cinquenta anos do século passado, a classe dominante pôde, sob pouca contestação, concretizar todas as ações centrais de seu projeto de cidade.” (SUGAI, 2015, P.182)

Desse modo, de acordo com a autora, verificou-se a existência de uma produção segregatória bem sucedida na área conurbada, uma vez que além de ter se apropriado dos melhores espaços da região, de ter consolidado os bairros de forma segregada, a classe dominante conseguiu também manter afastada grande parte das camadas populares no território continental. A partir da garantia dos constantes investimentos públicos no

⁷ A Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) foi instituída pelo governo do Estado a partir da Lei Complementar nº 1/2014, de 9 set. 2014. É constituída atualmente por 9 municípios, a saber: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara e Governador Celso Ramos.

eixo privilegiado da ilha, tornou hegemônico o seu projeto de cidade. Com isso, evidenciou-se não somente uma suplantação da segregação da classe dominante nas áreas residenciais, como também uma expressiva e significativa concentração espacial de poder político e econômico, o que se constitui como aparato fundamental para a reprodução das relações de dominação de classe e, conseqüentemente, da perpetuação das desigualdades socioespaciais, mantendo-se desse modo, o crescimento das áreas de pobreza junto ao processo de exclusão social e segregação espacial (SUGAI, 2015).

1.1.2 Especulação Imobiliária e Déficit Habitacional

Passando de décimo a quinto lugar (durante o período entre fevereiro de 2015 a agosto de 2016) no ranking do índice FipeZap⁸ das cidades brasileiras com maior valor do metro quadrado (R\$ 6.555), o município de Florianópolis vem cada vez mais ganhando destaque ao apresentar uma crescente e expressiva valorização do preço dos imóveis⁹. Nesse mesmo período, segundo Pesquisa do Mercado Imobiliário (PMI)

⁸ O Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados é um indicador de abrangência nacional que acompanha os preços de venda e locação de imóveis no Brasil.

Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/09/florianopolis-tem-maior-alta-no-valor-de-imoveis-para-venda-no-pais-7369394.html>> Acesso em: 13/09/2016.

⁹ Ao passar de R\$ 5.087 a R\$ 6.555 o m², Florianópolis liderou a lista no aumento do valor do m² no ano de 2016, mostrando valorização acima do índice de inflação verificado no período, ficando atrás somente das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Niterói, respectivamente.

Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/09/florianopolis-tem-maior-alta-no-valor-de-imoveis-para-venda-no-pais-7369394.html>> Acesso em: 13/09/2016.

divulgada pela Fecomércio SC¹⁰ em setembro de 2016, em apenas dez meses o Estado de Santa Catarina obteve uma valorização de 37% no mercado de imóveis residenciais para a venda, tendo Florianópolis como a segunda cidade do Estado com maior preço do m² quadrado em agosto/2016, ficando atrás somente do Município de Balneário Camboriú (R\$ 7.998,41).

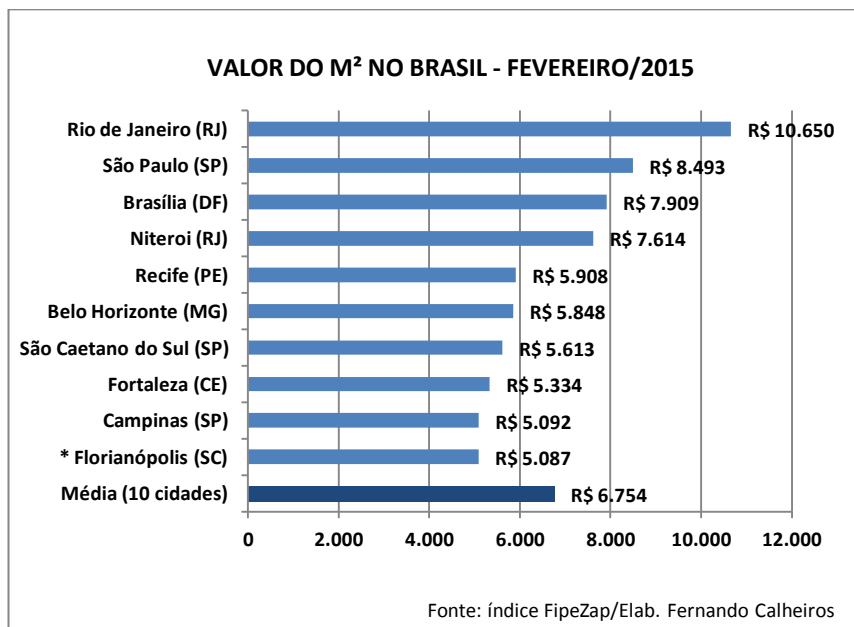


Gráfico 1: Valor do m² no Brasil fev/2015. Fonte: índice FipeZap. Elaboração: Fernando Calheiros

¹⁰ De acordo com matéria publicada pelo jornal Diário Catarinense, os imóveis residenciais para venda e locação foram os que mais valorizaram no período de novembro de 2015 a agosto de 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/09/imovel-residencial-em-sc-tem-valorizacao-de-37-em-10-meses-7439968.html>> Acesso em: 13/09/2016.

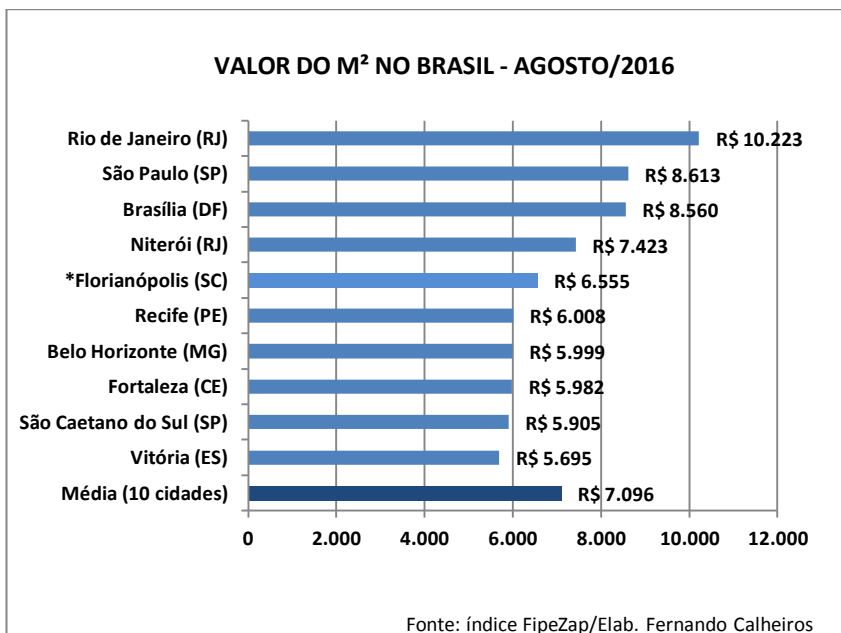


Gráfico 2: Valor do m² no Brasil ago/2016. Fonte: índice FipeZap. Elaboração: Fernando Calheiros

No que diz respeito aos estudos sobre o déficit habitacional¹¹ da região, a partir de pesquisas realizadas pela Fundação João Pinheiro¹² (FJP)

¹¹ Diz respeito aos números do total de famílias que vivem em condições precárias/inadequadas de moradia. Compreende o cálculo da soma de quatro componentes:

1. Domicílios Precários: todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa, bem como os domicílios rústicos que são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, proporcionando desconforto e risco de contaminação por doenças.
2. Coabitação Familiar: quando existe mais de uma família por domicílio (não por vontade própria, mas pela necessidade).
3. Ônus Excessivo com Aluguel: corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel.

em parceria com o Ministério das Cidades, o número registrado na Região Metropolitana de Florianópolis (que abarca 22 municípios), chega a somatória de 31.647 unidades, apresentando somente na Capital catarinense o total de 14.847 unidades, praticamente o dobro dos 7.852 divulgados pela Prefeitura de Florianópolis através do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS)¹³.

No tocante aos componentes do déficit, a pesquisa divulgada¹⁴ em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que o *ônus excessivo com aluguel* apresentou crescimento de 30% entre 2007-2012 no país, chegando a atingir um total de 2 milhões de domicílios em

4. Adensamento Excessivo de Domicílio Alugados: quando há três moradores ou mais por dormitório (por necessidade).

¹² Instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Destaca-se nacionalmente pelo trabalho de elaboração de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>

¹³ Finalizado em agosto de 2012, o PMHIS leva em consideração somente as famílias cadastradas no CADÚNICO (Cadastro Único para Programas Sociais), ou seja, as famílias que por alguma razão ainda não possuem o cadastro único, são desconsideradas pela Prefeitura de Florianópolis como constituintes do atual déficit. Nesse sentido, verifica-se uma enorme disparidade em relação aos números apresentado pela PMF e os cerca de 15 mil indicados pela pesquisa da FJP, esse que mantém aproximação real junto a lista de famílias cadastradas a espera por moradia no município.

Por sua vez, ao levarmos em consideração os números do déficit apresentados pelo FJP na grande Florianópolis (31 mil), chega-se a possibilidade da hipótese/estimativa (considerando 3 pessoas por unidade habitacional) de que exista atualmente cerca de 90 mil pessoas (45 mil na capital) vivendo sob condições precárias de moradia na região.

Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/fila-por-moradia-em-florianopolis-chega-a-14-775-familias>> Acesso em: 25/04/2015.

¹⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/11/numero-de-domicilios-com-aluguel-excessivo-cresce-30-em-cinco-anos.html>> Acesso em: 27/06/2015

2012. Diante dos números levantados pela pesquisa do FJP, na região Metropolitana da Grande Florianópolis o déficit calculado a partir do componente ônus excessivo com aluguel ganha destaque perante os outros três (domicílios precários, coabitação familiar e adensamento excessivo), chegando a atingir 14.433 unidades, apresentando por sua vez no município de Florianópolis, a quantidade referente a 7.527 unidades habitacionais.

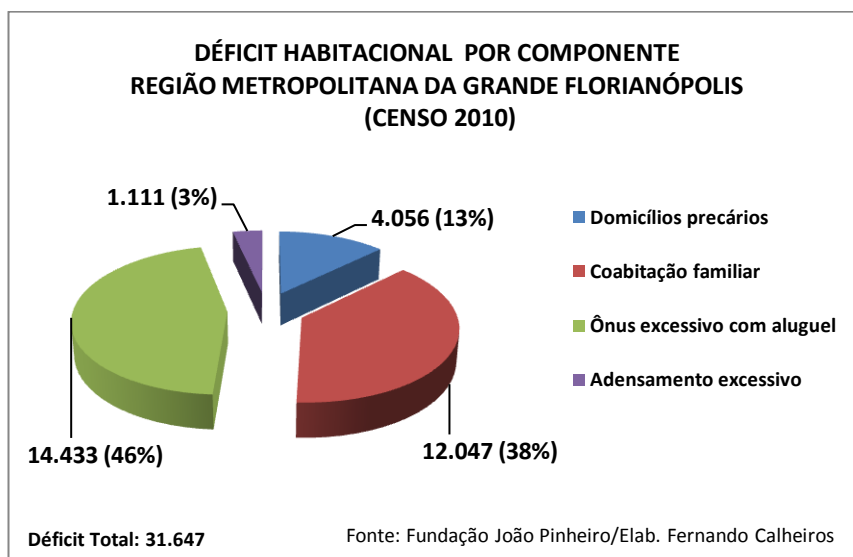


Gráfico 3: Déficit Habitacional - Região Metropolitana da Grande Florianópolis.
Fonte: Fundação João Pinheiro/Censo 2010. Elaboração: Fernando Calheiros

DÉFICIT HABITACIONAL POR COMPONENTE MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (CENSO 2010)

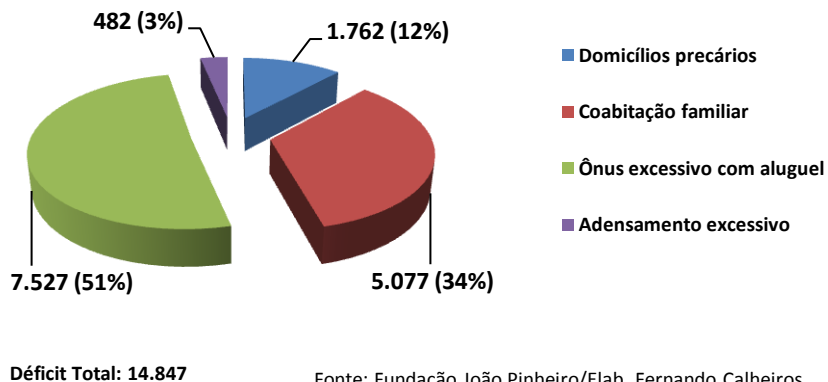


Gráfico 4: Déficit Habitacional - Município de Florianópolis. Fonte: Fundação João Pinheiro/Censo 2010. Elaboração: Fernando Calheiros

Outro ponto importante que ganha destaque, refere-se ao número expressivo de domicílios vagos em comparação com os imóveis ocupados. Observando apenas o caso de Florianópolis, a partir dos dados do Censo demográfico 2010, verifica-se que o número de imóveis ociosos no município chama a atenção por apresentar a somatória de 46.691¹⁵, sendo que deste total, 21.552 se enquadram na categoria de *domicílios particulares não ocupados vagos*, ou seja, quantia mais do que suficiente para eliminar o déficit habitacional do município.

¹⁵ No que diz respeito às ações da Prefeitura com relação a destinação dos imóveis ociosos, uma vez levado em conta a prerrogativa da função social da propriedade, o argumento utilizado através dos relatórios do PMHIS revelou total desconhecimento sobre as características desses imóveis, o que inviabilizaria a formulação de políticas voltadas para a utilização dos referentes domicílios vagos para a supressão do déficit habitacional no município.

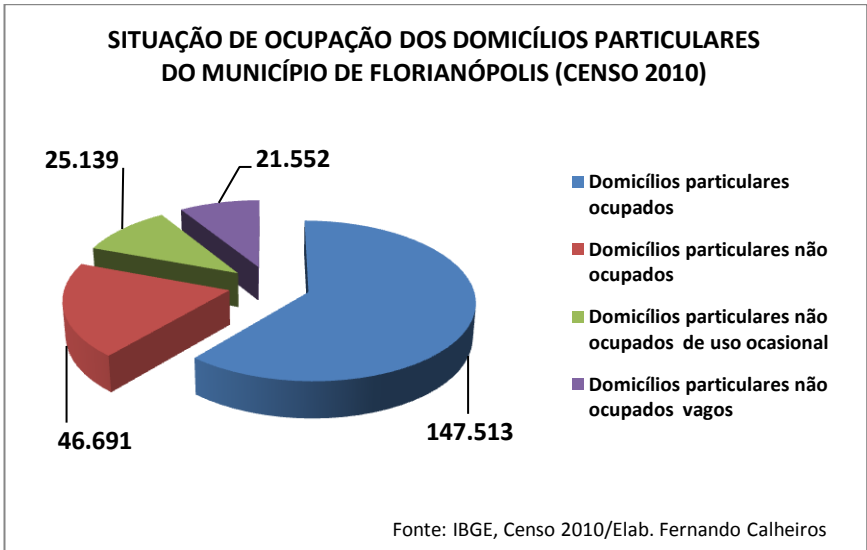


Gráfico 5: Situação de ocupação dos domicílios particulares do município de Florianópolis. Fonte: IBGE/Censo 2010. Elaboração: Fernando Calheiros

No que se refere às políticas públicas destinadas a combater os altos índices do déficit na região, o principal programa de habitação do governo federal, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), acaba por não resolver o problema da população mais carente, isso devido principalmente ao caríssimo preço da terra urbanizada. Pelo referido programa foram construídas até o momento na região da grande Florianópolis, cerca de 25 mil unidades habitacionais – faixa 1 - 1.312, faixa 2 - 22.723 e Faixa 3 - 1.220, sendo que desse total os maiores beneficiados constituem o público identificado como faixa 2 (famílias com renda mensal bruta de até R\$ 3.275). Já o principal grupo, entendido por constituir o núcleo do déficit, verificado pela faixa 1 (famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.600) além de constituir o menor número de

construções entre as três faixas, sequer foi contemplado com algum empreendimento do programa nos maiores municípios da região (Florianópolis¹⁶ e São José), ficando restrito apenas aos municípios vizinhos de Palhoça e Biguaçu, onde até agora foram construídos 800 e 512 unidades, respectivamente.

Diante de tais fatores, como o da considerável demanda por moradia existente na capital catarinense, da constante alta no valor dos imóveis e alugueis promovidos pela especulação imobiliária, assim como dos significativos números do déficit habitacional verificados na região, e de uma política habitacional ineficiente e segregacionista, é que surge na cena política da grande Florianópolis um novo sujeito político dotado de forte poder contestatório e capacidade de aglutinação de forças sociais em prol de sua reivindicação por “Terra, Trabalho e Teto”.

Por conseguinte, para se apreender as condições iniciais que favoreceram seu surgimento, é preciso antes analisar de que forma ocorre o processo de articulação anterior a sua primeira ação na região. Trata-se, pois, de precisar a sua emergência enquanto Movimento de Ocupação a partir de um processo de acúmulo de experiências anteriores, adquiridas por algumas de suas principais lideranças, levando em consideração o amplo trabalho de preparação e de aglutinação de forças sociais, formação e mobilização de militantes e famílias de sem-teto, assim como das questões referentes aos procedimentos e práticas no que tange tanto as formas de

¹⁶ No caso específico de Florianópolis onde existe alta demanda por moradia, a prefeitura anunciou para 2016 a construção de dois empreendimentos do faixa 1, ambos localizados na parte continental do município (Ponta do Leal e Jardim Atlântico) com a previsão de atendimento de cerca de 160 famílias, número irrisório quando se leva em consideração a lista de 15 mil famílias cadastradas na prefeitura, além é claro, do considerável déficit habitacional existente na região.

organização adotadas, quanto à infraestrutura necessária para a viabilização de uma ocupação (com pauta rural) realizada dentro da cidade.

1.2 O contexto de surgimento segundo relatos e versões das lideranças e coordenadores do Movimento

Discorrer sobre a história da gênese de um Movimento envolve, entre outras coisas, um entendimento acerca dos processos elementares constituintes dos discursos tais como as suas conexões internas, divergências e contradições, principalmente, no que concerne a relação entre o discurso e a prática política dos sujeitos envolvidos. No entanto, para se atingir uma concepção o mais abrangente possível, se faz indispensável, dentro do processo investigativo, a apreensão das experiências vividas tendo em vista a sua condição de representação enquanto grupo político, ou seja, buscando através dos relatos e versões resgatar, na medida do possível, a práxis de um sujeito coletivo.

De acordo com Lima, a história é contada a partir de diversas formas, tendo nesses distintos relatos a manifestação de múltiplas experiências e interpretações estabelecidas por sujeitos que vivenciam/vivenciaram diferentes maneiras de inserção no processo constitutivo do Movimento. Dessa forma, não seria pertinente conferir um ordenamento rígido a tais relatos, mais sim “resgatá-los (nos limites do que nos foi possível recolher), visando demonstrar a diversidade das versões, e, também, apreender o significado da emergência deste movimento social” (LIMA, 2004, p. 139).

Para Lorena, quando se busca apreender com exatidão o momento do nascimento de um Movimento, percebe-se a existência de relatos e versões diferentes, com depoimentos variando principalmente com relação à definição do preciso momento de sua gênese. Ademais, para o autor “definir o exato momento em que surge um movimento social não é uma tarefa fácil, sendo que, ele surge como fruto de um processo social e não de um ou outro acontecimento isolado” (LORENA, 2012, p.60).

Diante dessa perspectiva, o presente trabalho buscou analisar os discursos seguindo não um ordenamento rígido, mas antes uma organização cronológica dos acontecimentos relatados, assim como das questões verificadas como de maior importância, tendo a preocupação de ordenar os relatos a partir da identificação de sua ordem factual, dispondo dos discursos conforme a ocorrência dos fatos e dos processos constitutivos que proporcionaram a emergência do Movimento na conjuntura política local.

1.2.1 A formação do Núcleo familiar no MST

O processo embrionário que culminou na ocupação Amarildo de Souza decorre de uma série de eventos e experiências, protagonizadas outrora por um conjunto de indivíduos e suas respectivas famílias¹⁷ que, a partir de um contexto de militância surgida através da adesão aos quadros

¹⁷ As informações obtidas pelas entrevistas não informaram o número exato de integrantes e famílias do Núcleo. Entretanto, com base nos relatos de seus coordenadores - levando também em consideração o número médio estabelecido pelo MST, entre 10 a 15 famílias por núcleo num acampamento - estima-se que sua composição foi constituída por não mais do que um pequeno grupo de pessoas e famílias, com algumas delas possivelmente já trazendo um histórico de militância anteriores à formação do próprio Núcleo do MST.

do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Estado de Santa Catarina, passam a adquirir uma práxis de ação e organização, levando-os a uma formação enquanto Núcleo oficial do MST.

Conforme os depoimentos dos próprios integrantes, esse grupo se diferenciava da maioria dos outros Núcleos familiares de origem rural que compunham o MST, pelo fato de terem vivido e trabalhado durante muitos anos nas cidades, e que, fazendo a migração inversa, voltam-se ao campo na perspectiva da luta pela terra. No entanto, trazem em seu bojo, desde o início, uma concepção um tanto quanto singular em relação aos valores culturais, experiências políticas e expectativas de luta, uma vez que partilhando de um histórico de vivência, trabalho e militância adquiridos no contexto urbano, portavam ao seu modo, alguns elementos distintivos para se pensar em formas de atuação capazes de compreender as lutas do campo e da cidade de uma maneira mais dinâmica e conciliatória.

A primeira experiência prática em que o grupo participa ocorre em 2010 na região de Imbituba, no sul do Estado de Santa Catarina. Segundo um dos coordenadores do Núcleo, essa ação logrou promover, conjuntamente com a participação de outras organizações populares, uma ocupação de terras envolvendo setores distintos das classes trabalhadoras da região. Sobre a referida ocasião, um dos militantes ressalta que “Na experiência de Imbituba, nós trabalhamos com organizações populares da cidade, com uma comunidade da periferia e uma comunidade de agricultores tradicionais”. Descreve ainda como sendo a primeira experiência prática do grupo, onde houve a possibilidade de juntar as bandeiras e demandas de lutas tanto do campo quanto da cidade.

A partir dessa experiência, o grupo de famílias passa a atuar de maneira efetiva dentro dos quadros do MST, denominando-se como Núcleo

Marighella¹⁸. Segundo o entrevistado, logo após o episódio ocorrido em Imbituba, o Núcleo começa a participar de uma série de ocupações pelo interior do Estado, atuando em vários níveis, desde a condição de acampados, como também no papel de coordenadores de acampamentos. Essa participação vai aos poucos possibilitando um acúmulo de experiências por parte dos membros do Núcleo, que diante das mais variadas ações promovidas, começam a identificar novos elementos para se pensar a luta pela terra no Estado de Santa Catarina.

Complementando o relato acima, outra liderança do grupo ressalta que foi por meio desse acúmulo que os membros do Núcleo Marighella começaram a vislumbrar outras possibilidades de atuação, sob a perspectiva de que “o MST em Santa Catarina não ficasse restrito só ao interior do Estado, só a luta direta contra o latifúndio formal, do agronegócio”. Partindo da necessidade de propor novas estratégias de ação que considerassem a importância e urgência da discussão sobre a precariedade das condições de vida e trabalho a que se encontram submetidas grandes parcelas do proletariado urbano de Santa Catarina, o Núcleo começa a apontar para a necessidade de se pensar a organização das classes trabalhadoras nas cidades mais urbanizadas. Desse modo, inicia-se um debate pelos próprios integrantes do grupo sobre possibilidades de atuação do MST também nas regiões da faixa litorânea do Estado.

A gente viu que não só havia uma lacuna do ponto de vista da organização da classe trabalhadora na região, principalmente no litoral de Santa Catarina, que é onde se concentra a maior parte dos trabalhadores urbanos, mas também viu que além dessa

¹⁸ Em homenagem ao militante do PCB, guerrilheiro e escritor Carlos Marighella (1911- 1969). Considerado um dos principais organizadores da luta revolucionária contra a ditadura militar no Brasil, foi assassinado em emboscada promovida pela polícia ditatorial.

lacuna da organização, desse vazio, havia também uma necessidade latente do povo das periferias. E isso culminava, acabava casando com toda a nossa disposição, nosso engajamento de luta no interior do Estado. [...] o que acabou levando esse pequeno núcleo de pessoas a pautar internamente dentro do MST em Santa Catarina a discussão e, além da discussão, a necessidade e a proposição de se fazer ações diretas aqui no litoral. Nós formalizamos isso por escrito em 2011 à direção do MST, dessa proposta de se fazer já uma ação direta aqui no litoral e que nos foi rejeitada. (Depoimento do entrevistado 4)

Mesmo diante a rejeição da proposta pelo MST, o Núcleo Marighella continua participando e cumprindo as tarefas do Movimento. Entretanto, no ano 2012, quando se encontravam a frente da coordenação de um acampamento no município de Timbó Grande, no Planalto Norte do Estado de Santa Catarina, a militância do Núcleo recebe a informação sobre a ocorrência de uma ação violenta de despejo envolvendo um grupo de famílias de trabalhadores da periferia do município de São José, na região da grande Florianópolis. Dessa forma, decidem por afastar-se das atividades de militância do acampamento, lançando-se rumo à luta por moradia no litoral.

Em Novembro daquele ano de 2012 a gente ficou sabendo do despejo que tiveram as famílias da Ocupação Contestado que estavam abrigadas no Ginásio de Esportes, e isso despertou de nossa parte aquilo que já havia, uma coisa interna dessa necessidade, dessa possibilidade de fazer alguma coisa por aqui, e que nos fez vir pra cá.” (Depoimento do entrevistado 4)

1.2.2 A chegada na Região da Grande Florianópolis e a saída do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Com o intuito de se aproximar do contexto de luta por moradia existente na principal região metropolitana do Estado, integrantes do Núcleo Marighella¹⁹ chegam em meados de 2012 ao litoral catarinense, num momento que coincide com a aglutinação de forças sociais em prol de grupos de famílias de sem-teto dispersos na região. Nessa ocasião, um de seus militantes lembra que um dos primeiros momentos de aproximação com a luta na grande Florianópolis ocorre através da participação de membros do Núcleo do MST junto aos trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos por militantes das Brigadas Populares²⁰ na Ocupação Contestado²¹, no município de São José. Em julho de 2013, tomam

¹⁹ Conforme análise dos relatos verificou-se que apenas um pequeno grupo de pessoas que constituíam as famílias do Núcleo Mariguella do MST é que acabaram, de fato, deixando o acampamento em Timbó Grande voltando-se para a região da grande Florianópolis.

²⁰ Autodenominada como uma organização militante, popular e de massas, o Movimento articulado em diversas capitais do país, vem desde 2011 defendendo, entre outras coisas, a pauta de luta por Reforma Urbana. Propondo-se a atuar em diversos espaços de luta urbana como greves e ocupações de sem-teto nas periferias, conta com uma base social formada principalmente por estudantes universitários e trabalhadores das cidades.

²¹ Surgida em novembro de 2012 a partir de um grupo de famílias desalojadas no bairro José Nitro, no município de São José, a Ocupação Contestado, atualmente localizada no bairro Serraria, conta com mais de 120 famílias que hoje ocupam um terreno que estava sem uso social há 40 anos. Com a perspectiva de conquistarem a casa própria, buscam viabilizar um projeto de construção de moradias populares através do Programa Minha Casa Minha Vida.

conhecimento e começam a prestar solidariedade a então recente Ocupação Palmares²², em Florianópolis.

De acordo com os depoimentos, a atuação da militância dentro das ocupações objetivou construir junto às frentes de apoio já existentes, as condições para que houvesse uma maior participação e entendimento pelas famílias das questões essenciais relativas ao funcionamento de uma ocupação. Segundo uma das lideranças do Núcleo, tal procedimento tinha como intenção “trazer um pouco da experiência chamada dentro do MST de organicidade, ou seja, a forma como se organizam as famílias dentro de uma ocupação”.

Outro ponto significativo diz respeito à realização dos trabalhos de Frente de Massa²³, onde por meio de reuniões com as famílias, são trabalhados temas sobre questões relacionadas à história e conjuntura atual da luta pela terra. De acordo com uma das lideranças, o objetivo principal das reuniões consistia em “resgatar a história não só da luta de classes, mas da ocupação das terras no Brasil e em toda a América Latina. [...] tentando apontar para o futuro, para a ação direta, que no caso são as ocupações de terras”.

²² A Ocupação Palmares, iniciada em 2013 em terreno situado no bairro da Serrinha, em Florianópolis, contou com a participação de 26 famílias. Extinta em fevereiro de 2016 por ação judicial da Prefeitura de Florianópolis, sob alegação de se tratar de uma área de risco e de preservação permanente, as famílias acabaram por assinar um acordo de despejo junto à condição de um pequena indenização das casas derrubadas.

²³ De acordo com o MST “Uma ocupação se inicia com a formação dos grupos de famílias, que inclui a realização dos trabalhos de base e conscientização que se desenvolve nos acampamentos, enfrentamentos, manifestações, negociações, na conquista da terra. Para esse conjunto de ações existe a Frente de Massa, que faz a travessia das pessoas de fora para dentro do MST, que no processo da luta popular, vão se constituindo e criando a identidade Sem Terra.” Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/> Acesso em: 20/08/2016.

É justamente a partir dos trabalhos desenvolvidos nas duas principais ocupações da região, que integrantes do Núcleo Marighella começam a observar uma movimentação e interesse cada vez maior de participação, advindos principalmente por parte de grupos familiares que orbitavam pelas periferias e ocupações em busca de melhores condições de vida no entorno de Florianópolis. Juntamente com essa observação, ocorre também uma interação dos membros do Núcleo com outros grupos de militantes sociais já atuantes na região. Nasce, a partir daí, uma convergência de ideias que vai aos poucos tomando forma e ganhando novos conteúdos e proposições.

Junto a essa conjuntura, verificou-se ao mesmo tempo uma necessidade de se pensar ações concretas, no sentido de dar respostas a esse crescente contingente de famílias pauperizadas que se apresentavam diante das principais ocupações já existentes na região. Dessa forma, inicia-se um processo da construção de uma proposta que teria como objetivo unir, tanto a urgência das famílias por moradia quanto à disposição de luta dos militantes engajados.

Na ocupação Palmares e na Contestado, a gente começou a fazer reuniões com famílias que não estavam morando naquelas ocupações, mas que tinham essa necessidade e vontade meio que latente. Então dali, e lógico, junto com um grupo de militantes de diversas correntes, de alguns partidos políticos de esquerda, de organizações militantes independentes, enfim, de pessoas que tem essa visão próxima da gente na questão da ação direta e da luta contra o capitalismo, de organização do povo trabalhador também, acabaram concordando e a gente foi criando um grupo razoável de militantes, de trabalhadores e trabalhadoras que estavam convergindo para esse tipo de ação. (Depoimento do entrevistado 4)

Tendo em vista tal perspectiva, o Núcleo passa a trocar experiências de forma mais intensa com as famílias que se apresentavam principalmente na Ocupação Contestado. Durante esse processo, ocorre uma determinação do MST para que seus militantes deixassem a ocupação. Nessa ocasião, um dos coordenadores do Núcleo Mariguella relata que a decisão da direção do MST²⁴ sobre o afastamento dos trabalhos de militância, acabou gerando um enorme descontentamento por parte dos membros do Núcleo, fazendo com que os mesmos saíssem de maneira extremamente contrariada do processo de ocupação em andamento.

Com esse episódio de insatisfação, cria-se uma expectativa contrária a colocada pelo MST quanto às possibilidades de atuação dentro da Região da Grande Florianópolis. Diante de tal cenário, e sob forte motivação de permanecerem com os trabalhos de militância já em curso,

²⁴ Há uma discordância sobre os motivos que levaram ao afastamento dos militantes do Núcleo Mariguella junto ao MST. Nesse sentido, para o dirigente estadual do MST em Santa Catarina:

“Três pessoas específicas atuaram na frente de massa do MST [anteriormente à ocupação Contestado]. Tiveram divergência porque essas pessoas foram deixando de se pautar pela metodologia do MST. No momento em que alguém deixa de se pautar pela metodologia do MST, ele deixou de ser do MST. Então eles deixaram de fazer parte enquanto militantes da frente de massa. O Movimento colocou eles para serem assentados num determinado local. Isso já estava acertado com o INCRA. Só estavam aguardando liberar a área para serem assentados. Nesse período é que eles começam, que eu saiba, a agir independentemente [...] Estão dentro do Movimento, mas não estão mais com tarefa de militante dentro do MST. Isso é importante que fique bem claro.” Num segundo momento, o dirigente ressalta: “[...] Aqui [Grande Florianópolis] eles não atuaram como MST, já eram independentes. Tanto é que inclusive, na ocupação de São José, a Contestado, *um desses próprios militantes* esteve alguns dias lá, mas esteve por conta. Por que nós trouxemos gente da frente de massa, vieram companheiros de fora para ajudar a organizar as famílias e fazer a ocupação junto com as Brigadas Populares. [...] esse pessoal [Núcleo Mariguella] estavam no aguardo que, teoricamente, eram para eles estarem acampadas aguardando o assentamento. O processo do MST e do INCRA com eles é que eles seriam assentados lá em Taió.” (Entrevista com Nauro Velho – dirigente estadual e coordenador da Brigada Mítico do MST de Santa Catarina).

acabam optando pela saída enquanto militantes orgânicos do MST de Santa Catarina. Conforme apontam os relatos de dois de seus membros:

Como éramos vinculados ao MST, tínhamos que seguir um certo cronograma de luta que eles colocavam, e que, uma ocupação a partir de uma área dentro de Florianópolis não era uma proposta aceitável para o MST. Então por essas e por algumas divergências de pensamento político e linha política, esse grupo resolveu se afastar do MST, porém, trabalhando e entendendo que o MST é uma luta muito importante. (Depoimento do entrevistado 1)

E ainda:

Mesmo não sendo uma orientação do Movimento em nível estadual, nós, mesmo assim, resolvemos nos afastar oficialmente, nos liberar do Movimento pra ficarmos com mais legitimidade para fazer essa atuação sem prejudicar, sem comprometer-lo. Isso sempre foi uma preocupação nossa, em proteger o Movimento que é histórico, ao qual devemos muito pessoalmente e enquanto Núcleo e Brigada Marighella. (Depoimento do entrevistado 3)

Com o desdobramento do novo contexto de atuação, surgem novas expectativas e desafios aos membros do antigo Núcleo. A partir do processo de saída do MST obtêm-se, por um lado, condições de maior liberdade para ação e autonomia de luta, por outro, impõe-se automaticamente ao corpo de militantes uma nova conjuntura tanto das formas de organização como de ação. Com esses novos desafios, observa-se a necessidade de se pensar outras estratégias para uma nova reconfiguração do pequeno grupo afastado do MST.

1.2.3 Constituição da Brigada Marighella: ampliação dos quadros de militância e a organização da primeira ação direta

Diante dos novos desafios colocados através de uma proposta junto a alguns grupos políticos e militantes independentes acerca da viabilidade da concretização de uma ação dentro do município de Florianópolis, o grupo de ex-militantes do MST, composto até então por um número limitado de membros, passa a considerar a necessidade de ampliação do debate e dos quadros de militância.

Com esse convívio maior a gente sentiu que, pela proposta que se tinha de uma ação direta no litoral, isso implicaria na necessidade de um contingente maior. A gente viu a necessidade de ampliar um pouco mais aquele núcleo que até então era muito reduzido e muito restrito a luta interna dentro do MST. (Depoimento do Entrevistado 4)

Partindo de tal perspectiva, os membros do antigo Núcleo Marighella começam a trabalhar no sentido da constituição de um grupo cujo qual teria como principal fundamento o estabelecimento, primeiramente, das condições para uma aproximação entre indivíduos das mais diversas frentes de luta presentes na cidade. Tal articulação acabou resultando na criação do que veio a ser denominado pelos próprios integrantes como Brigada Marighella.

A gente, a partir daí, pela necessidade que acabou determinando, enfim, do que a gente enxergava como possibilidade de ação, nós resolvemos por ampliar. Então na verdade a Brigada, a denominação é mais no sentido não só porque o núcleo se ampliou, mas como uma organização que não tinha a pretensão de ser grande, enfim, de virar um partido, uma organização, uma corrente, nada disso. [...] o termo Brigada veio mais no sentido

de ampliação. [...] Nesse sentido era preciso, era necessário que se ampliasse para se ter esse tipo de suporte. Pessoas que tivessem outros conhecimentos e que culminassem com a necessidade que a gente tinha. Daí surgiu a Brigada Marighella, em Setembro de 2013 aqui em Florianópolis. (Depoimento do Entrevistado 4)

Segundo os relatos das principais lideranças, a formação da nova composição que desembocou na constituição como Brigada, contou inicialmente com uma participação de caráter heterogêneo. Formada inicialmente pela congregação entre os ex-integrantes do MST, militantes independentes e de partidos políticos de esquerda, o grupo foi aos poucos adquirindo uma natureza e um arranjo singulares. Como aponta um dos primeiros membros a aderir aos quadros de militância da Brigada Marighella:

A gente teve lá, inicialmente, pessoas de diversas organizações, inclusive de organizações que não tinham uma ligação orgânica maior, não tinham inclusive um contato efetivo. [...] Então ela vem com um número muito grande de organizações e militantes, não necessariamente organizados. A ideia inicial foi a de se construir algo junto com aquelas pessoas que estavam à frente de militâncias importantes. (Depoimento do Entrevistado 2)

Buscando aglutinar forças sociais que compartilhassem de uma proposta geral de ação, a Brigada surge como um dispositivo político aberto para novas perspectivas de engajamento e luta social na grande Florianópolis. Esse movimento faz com que haja, por parte de seus integrantes, uma necessidade de aproximação cada vez maior com outras organizações políticas. Essa troca de ideias, atrelada a uma especificidade conjuntural, vai aos poucos amadurecendo e ganhando consistência até o ponto de promover, a partir de um diálogo já existente por parte de suas

lideranças, um contato mais efetivo entre os membros da Brigada Marighella e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

[...] o aparecimento, não a troco de nada, porque já tínhamos uma ligação mais ou menos próxima ao PCB, de dois, três anos anteriores. Então a gente via ali, pelo menos em nível teórico, uma possibilidade de convergência daquilo que a gente já pensava e que outros militantes independentes de outros movimentos sociais também. (Depoimento do Entrevistado 4)

A aproximação junto ao PCB nas questões referentes à linha teórica, assim como a outras organizações políticas e sociais da região, irá proporcionar aos integrantes da Brigada Marighella²⁵ as condições necessárias para se pensar na construção de um objetivo geral, cujo qual teria como finalidade o estabelecimento de uma orientação política pautada numa concepção de centralismo democrático, apoiado por sua vez na defesa pela democracia interna na tomada de decisões, tendo como base e fundamento maior a unidade de ação. Desse modo, institui-se uma proposta que irá dar o tom e ao mesmo tempo possibilitar a coesão necessária ao grupo emergente. Esse princípio norteador, baseado numa concepção política a partir da noção de vanguarda revolucionária²⁶, traz como

²⁵ Um dado que chamou a atenção em algumas das entrevistas, diz respeito às informações de que alguns dos ex-militantes do MST teriam se filiado ao PCB durante o processo de constituição da Brigada Marighella. Tal fato acaba suscitando questionamentos acerca da influência política que assume o Partido frente às principais lideranças do grupo em formação, assim como do papel e importância que adquire junto à constituição da linha política adotada pelo próprio Movimento de Ocupação Amarelo.

²⁶ De modo geral, tal concepção, associada à corrente Leninista, apresenta como objetivo maior do Partido de Vanguarda Revolucionária, a direção e orientação das massas para a transformação social, ou seja, a derrubada da burguesia e a tomada do poder político pelo proletariado. Cabendo por sua vez ao Partido, a organização das

principal fundamento a ideia da centralidade na ação, ou seja, do predomínio da ação direta²⁷ como forma estrutural e balizadora da organização e ação política. Com relação ao fundamento estabelecido pelo grupo, um de seus militantes expõe:

Resumidamente, a Brigada tem um princípio que é a da centralidade na ação direta. Então, mesmo os camaradas sendo

lutas sociais e a defesa dos ideais socialistas em prol da emancipação da classe trabalhadora.

Segundo Buonicore “Lênin compreendia o partido como um instrumento a serviço da revolução socialista e não como um fim em si mesmo. O desenvolvimento das formas organizativas estava intimamente ligado ao desenvolvimento dos processos revolucionários na Rússia. O partido deveria se adaptar ao processo revolucionário e não a revolução adaptar-se ao partido. Portanto, não existiria a priori um modelo único de organização leninista. Havia alguns princípios gerais aos quais poderíamos sinteticamente assim definir: um partido de vanguarda, orientado pelo marxismo, vinculado organicamente à luta do proletariado; um partido comprometido com a ruptura em relação à ordem capitalista e com a conquista do poder político para os trabalhadores e que se organiza a partir do princípio do centralismo democrático.” (BUONICORE, 2003, P.54)

²⁷ No que diz respeito à ideia de ação direta, de acordo com Lorena (2012) “A adoção da luta direta, negando as ações institucionais de negociação pelas vias estatais formais (fóruns, conselhos, etc.), com o privilegiamento das ocupações de terrenos, bloqueios de rodovias [...] e ocupações de prédios ocupados por órgãos estatais, evidencia para a sociedade a luta contra a propriedade fundiária e a especulação imobiliária (no caso das ocupações); a luta contra a valorização do capital na esfera da circulação (com os bloqueios) e a interpelação do Estado, com a denúncia de sua parcialidade na luta de classes (com ocupação dos prédios). Todas as ações tem ao mesmo tempo um elemento de reivindicação imediata (negociação contra despejo, cobrança do bolsa-aluguel, etc.) e uma denúncia da exploração e dominação das classes trabalhadoras na sociedade capitalista. Este segundo elemento é incorporado na luta ideológica constantemente e se realiza das mais variadas formas. (GOULART apud LORENA, 2012, P.160) De modo geral “O recurso à ação direta visa conquistar mudanças factuais, através de ações concretas. Para Lima (2004), os movimentos que atuam pela via da ação direta colocam-se como sujeitos sociais nas disputas no meio urbano por que: “[...] tais movimentos demonstram, com suas práticas, uma postura de negação das concepções políticas privilegiadoras da via de institucionalização das lutas sociais, afirmando, assim, o dissenso como estratégia da ação política.” (LIMA, 2004 apud LORENA, 2012, P.161).

independentes do ponto de vista orgânico, ou de participarem de tal organização ou tal partido com concepções mais gerais até meio divergentes, mas que tem essa necessidade da ação direta, de se centralizar por ela, num objetivo mais imediato até. (Depoimento do Entrevistado 4)

Juntamente a definição desse princípio norteador, a Brigada Marighella estabelece seu projeto político tendo como principal referência uma proposta de assentamento rururbano²⁸, essa que traz similaridades com uma nova concepção de assentamento que vem sendo adotada desde 2001, sobretudo, por quadros do MST do Estado de São Paulo. Tal perspectiva traz como característica central a realização de uma Reforma Agrária com ênfase na atuação dentro do contexto urbano, mais precisamente no entorno metropolitano.

Assim, a proposta que começa a ser concebida pela Brigada Marighella, vem com a intenção de trazer alternativas as condições de intensa exploração e espoliação a qual se encontram submetidos grandes contingentes do proletariado presente na região da grande Florianópolis, propondo por sua vez possibilidades de não somente identificar novos sujeitos da reforma agrária, como também de viabilizar a ideia de unir as expectativas da luta do campo e da cidade.

Nesse sentido, o que se pode notar, a partir dos relatos fornecidos por seus integrantes, é que a constituição da Brigada Marighella apresenta-se como um ponto de análise central para que se possa precisar a origem e a

²⁸ Modelo de assentamento que busca propor a união entre as bandeiras da luta do campo e da cidade a partir da proposta da criação de agrovilas em áreas urbanizadas, com produção para o consumo de produtos hortifrutigrangeiros e, ao mesmo tempo, servindo como moradia e local de trabalho dentro das cidades ou em seu entorno.

consequente eclosão da ocupação Amarildo de Souza. Precedido inicialmente por um grupo de famílias de origem urbana que migraram para o campo, a construção gradual que forneceu as bases e condições necessárias para a sua emergência, decorre antes das experiências de militância e lutas adquiridas enquanto núcleo familiar atuante nos quadros do MST de Santa Catarina. Com a chegada de alguns de seus membros à grande Florianópolis, criam-se as condições concretas tanto para a adaptação no novo contexto de luta, como também para a possibilidade de ampliação junto a uma proposta unificadora de ação, cuja qual buscou reunir de forma original e singular forças sociais expressivas da região em prol de uma bandeira de luta, essa definida a partir do novo projeto de Reforma Agrária Popular²⁹ do MST.

Dessa forma, chega-se a um primeiro entendimento de que através da constituição e das ações empreendidas pela Brigada Marighella, emerge-se um caldo político e social que acabará corroborando significativamente e de maneira decisiva para a emergência do Movimento Amarildo. Tal constatação pode ser verificada através do relato de uma de suas principais lideranças, que ao discorrer sobre o contexto de surgimento, resume de maneira substancial aquilo que compreenderia, a partir de seu ponto de vista, a genealogia da formação inicial, das estratégias e ações adotadas, assim como da essência do projeto político definido pelo grupo, quando diz que:

A Marighella veio pra criar a Amarildo mais sem ter um vínculo direto com nenhuma organização. Ela é a soma de várias pessoas

²⁹ O conteúdo e significado da nova concepção de Reforma Agrária adotada pelo MST será apresentada de maneira consistente por esse trabalho quando forem tratadas das questões referentes ao projeto político proposto pelo Movimento Amarildo.

de várias organizações. A ideia foi se construir isso. Um processo que criasse essa centralidade na ação para a construção dessa experiência Rururbana. [...] a partir daí a gente vai começar a trabalhar nas frentes de massa e conhecer um pouco a história do que era esse processo, dessa visão Rururbana de Reforma Agrária, que é criar a Reforma Agrária, criar a possibilidade de se plantar dentro da cidade. Esse era o enfoque inicial dela. Ela tem essa necessidade porque a história da Brigada Marighella vem também vinculada a isso, a noção de que tinha que se trabalhar mais dentro da cidade, de que tinha que se buscar uma Reforma Agrária Popular, de que a gente tinha que romper com a visão de lote. Então ela vem com todas essas novidades. (Depoimento do Entrevistado 2)

De forma complementar ao exposto acima, com o intuito de apresentar uma concepção mais abrangente sobre o significado de seu surgimento, nota-se a partir do relato que se segue, uma preocupação de um de seus integrantes em identificar elementos de ordem conjuntural, que estabeleçam uma conexão mais ampla e ao mesmo tempo direta entre a emergência do Movimento e o processo histórico de luta pela terra no país.

A Ocupação Amarildo de Souza surge no contexto de continuidade de lutas pela terra que já vínhamos travando no Movimento camponês brasileiro, mas especificamente no MST, e essa ocupação é derivada desse contexto de luta pela terra, de luta pela justiça social, pela cidadania. Ela está sintonizada com o contexto das lutas pela retomada da terra no Brasil [...] que nos últimos trinta anos, já quase trinta e cinco, vêm sendo feita pelo MST e outros movimentos sociais (Depoimento do Entrevistado 3)

Como visto anteriormente, todo o processo de acúmulo de experiências e de forças sociais que antecedem a primeira ação do grupo, é aqui identificado como sendo de extrema relevância para que houvesse, de forma efetiva, as condições materiais para a realização da ação política

pretendida. Com o propósito inicial de se criar possibilidades de atuação no litoral catarinense, a Brigada Mariguella dá o primeiro passo em direção a concretização de seu projeto de Reforma Agrária Popular ao promover, através de sua primeira ação direta como grupo independente, uma ocupação de terra dentro do município de Florianópolis.

É nesse contexto que a gente organiza a ocupação da SC 401. Com seis meses de antecedência nós começamos a frente de massa, o que já fazíamos na época do MST, mas agora com direcionamento para essa nova possibilidade de haver outro tipo de participante, com famílias mais da periferia que lutassem por moradia. Não só por moradia, mas também por possibilidade de terra para plantar e produzir. Dentro dessa perspectiva é que no dia 16 de Dezembro de 2013 nós definimos a entrada no terreno da SC-401. A primeira ação direta do grupo como independente do MST. (Depoimento do Entrevistado 3)

Tendo em vista o conteúdo presente nos relatos e versões apresentados pelas lideranças e coordenadores sobre a origem e emergência do Movimento, cabe-nos agora dar sequência a apreensão do contexto de surgimento a partir do terceiro elemento proposto como forma de análise. Trata-se, pois, de precisar o momento exato em que o grupo realiza sua entrada na cena política local, ou seja, da materialização de sua primeira ação direta na região. Tal ação refere-se à ocupação urbana promovida em dezembro de 2013 no município de Florianópolis. É sobre essa questão e sua consequente trajetória que nos ocuparemos a seguir.

2. TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.

2.1 Ocupação em área urbana – O caso da SC-401

Na entrada da ocupação às margens da SC-401, na Vargem Pequena, uma bandeira do Brasil diferente recepciona os visitantes. Ao invés de Ordem e Progresso está escrito “Terra, Trabalho e Teto”.

DC online -21/01/2014

2.1.1 Os primeiros momentos

Empreendida durante a madrugada da segunda-feira do dia 16 de dezembro de 2013, num terreno localizado às margens da SC-401, principal rodovia de acesso às praias do norte da ilha de Santa Catarina, a ocupação³⁰ veio a público pela primeira vez, apresentando-se a época como a mais nova luta organizada na região. Batizado pelos próprios integrantes como “Ocupação Amarildo de Souza”³¹, o grupo constituído inicialmente por

³⁰ Diante dos fatores de ordens jurídico-político e ideológico existentes a partir dos significados em disputa, optou-se aqui pela utilização do conceito de “ocupação” em contraposição ao termo “invasão”. Levou-se em consideração, primeiramente, o princípio jurídico baseado na lei constitucional referente à função social da propriedade, fator entendido como preponderante no que diz respeito à luta por reforma agrária e pelo direito à moradia.

³¹ Nome escolhido em homenagem ao ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza (Rio de Janeiro, 1965-2013) morador da favela da Rocinha. Assassinado pela Polícia Militar, sua história tornou-se símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial. “Homenageamos o servente de pedreiro Amarildo de Souza, que tem a nossa cara, a nossa cor, que é um de nós, que sofreu os mesmos problemas

cerca de 50 pessoas apresentou em sua composição social, integrantes de diversas frentes e experiências de luta. Contando com a participação de militantes do PCB³², alinhados a outras frentes de luta, como setores do movimento estudantil e algumas famílias de sem-teto da região, a ocupação organizada e planejada sob o lema “Terra, Trabalho e Teto” vem a público promover a denúncia sobre a grilagem de terras na região, trazendo como principal objetivo o projeto de Reforma Agrária Popular, apresentando-se, por sua vez, como a primeira grande ocupação de caráter rururbano promovida no Estado de Santa Catarina.

Segundo relatos dos próprios ocupantes, os baixos salários aliados a um processo de encarecimento dos aluguéis em Florianópolis foram as principais motivações que levaram o grupo a se organizar e a ocupar o terreno. A partir de vídeo³³ publicado nas mídias eletrônicas e também de

que nós e que teve a pior das mortes, que é sob tortura.” (Extraído do informativo Gazeta Ocupação Amarildo de 01/02/2104. 1ª edição.)

³² Segundo consta na entrevista realizada junto a uma das lideranças sobre a organização inicial da ocupação, uma das matérias publicadas apontou que “O PCB está prestando apoio à ocupação desde que ela se originou, em dezembro do ano passado. De acordo com uma das lideranças da sigla e também da mobilização, Rui Fernando, teriam sido os próprios militantes do partido a organizarem a ocupação [...] — *É importante frisar que isso aqui é o povo organizado. O PCB apenas convocou seus membros para a organização porque nós acreditamos que a revolução tem que acontecer, que a terra deve ser dividida. A reforma agrária é uma bandeira que está dentro da legalidade — afirmou.*”

Disponível em: < <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/01/partidos-politicos-apoiam-a-ocupacao-amarildo-de-souza-na-capital-4398347.html>> Acesso em: 18/04/2015.

³³ “Ocupação Amarildo – Trabalho, Terra e Teto” You Tube vídeo, 11:45. Publicado por “Revista Pobres & Nojentas Florianópolis”, Janeiro 10, 2014. <https://www.youtube.com/watch?v=ZEPiPRD8M14>

entrevistas concedidas a imprensa local³⁴, alguns dos coordenadores relataram que grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras da ocupação não possuíam mais condições de sustentarem a alta dos aluguéis na capital, e que a ação de ocupar aquela terra foi a única solução encontrada pelo grupo como forma de reivindicação e resistência a fim de permanecerem em Florianópolis.

De acordo com os relatos sobre os motivos da ocupação do terreno, um de seus coordenadores argumentou que somente em Florianópolis há uma lista com mais de 15 mil famílias³⁵ cadastradas na secretaria de habitação da prefeitura, cujas quais já vêm aguardando há mais de trinta anos pelo direito de possuírem uma moradia adequada no município.

Com relação à origem das famílias existentes na ocupação, a liderança chamou a atenção para o fato de se tratar principalmente de uma população oriunda das comunidades mais carentes da região, além de famílias procedentes das mais variadas partes do país que por sua vez já vinham trabalhando há vários anos nas mais diversas áreas do setor de serviços e comércio na capital catarinense. Ressaltou por último que, devido ao fato de receberem salários muito baixos, essas famílias acabavam sendo obrigadas a despender grande parte de sua renda mensal somente para o custeio do aluguel, ficando assim impossibilitadas de conseguirem viver de maneira digna em Florianópolis.

³⁴Disponível:<<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/01/integranter-de-ocupacao-na-sc-401-dizem-que-foram-parar-ali-em-revolta-aos-precos-dos-alugueis-em-florianopolis-4395693.html>> Acesso em: 18/04/2015

³⁵ Número condizente com o divulgado em 2012 pelo Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) do município de Florianópolis. Disponível:<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_12_2012_15.01.37.4c6e751bc3c439fd103d63011f9e5001.pdf> Acesso em: 26/06/2015.



Figura 1: Reunião Inicial da Ocupação Amarelo de Souza, dez/2013. Fonte: Betina Humeres.

Em relação aos principais acontecimentos ocorridos no primeiro dia, a partir de sua divulgação da ocupação nas redes sociais e mídia independente, obtivemos a oportunidade de estar presente no clímax dos primeiros momentos do grupo na tomada do terreno da SC-401. Recepcionado no período da tarde do dia 16 por alguns dos estudantes que faziam parte da coordenação, e que naquele momento ajudavam a erguer os primeiros barracões de lona, foi passado o informe de que durante aquela manhã já havia ocorrido uma intervenção no local por parte do suposto proprietário do terreno, o ex-deputado estadual e empresário Artêmio Paludo³⁶, que, respaldado por seu advogado, teria determinado pela

³⁶ Artêmio Paludo, político e empresário catarinense, é fundador e ex-proprietário do Frigorífico Seara. Exerceu mandato de deputado estadual pela Aliança

imediate desocupação da propriedade de sua família. Como justificativa jurídica, usou o argumento de que a ocupação da área constituía-se como um duplo crime de “invasão” de propriedade, sendo considerado tanto a ocupação do terreno como também da residência existente no local.

Na mesma manhã, ainda conforme os relatos e vídeo³⁷ produzidos pelo próprio Movimento, a Polícia Militar (PM) foi acionada pelo suposto proprietário através de um boletim de ocorrência, onde, através de ação em tom intimidatório, buscou criminalizar as famílias presentes alegando que a terra teria dono e que aquela ação se caracterizava como uma “invasão”, sendo, portanto, enquadrada juridicamente como crime cometido contra a propriedade privada.

Um dos advogados que prestou assessoria jurídica desde o primeiro dia de ocupação, na tentativa de buscar o diálogo junto à PM em defesa das famílias, argumentou na referida ocasião, que se tratava de uma ação legal. Defendendo o princípio jurídico que se respalda antes na ideia de função social da terra, chamou a atenção para a importância de se conceber a ocupação não como um ato ilegal e criminoso, mas antes como uma ação baseada na legalidade estabelecida a partir de um princípio constitucional válido, ou seja, da função social da propriedade³⁸.

Renovadora Nacional (1979-1983), assumindo posteriormente como suplente convocado (1983-1987) pelo Partido Democrático Social (PDS).

³⁷ “Ocupação Amarelado de Souza- Florianópolis” You Tube vídeo, 10:37. Publicado por “Ocupação Amarelado”, Dezembro 29, 2013. <https://www.youtube.com/watch?v=Ur-hSrmPiQM>

³⁸ “A função social, presente na Constituição Federal de 1988, é princípio norteador do direito de propriedade no Brasil. De acordo com ele, todo bem, seja móvel ou imóvel, rural ou urbano, deve ter um uso condizente com os interesses da sociedade, e não apenas aqueles dos proprietários. No caso dos imóveis urbanos, os interesses da sociedade se refletem na ordenação da cidade, definida pelo Plano Diretor. Assim, a propriedade urbana cumpre sua função social quando seu uso é

Diante de tais fatos, é possível verificar logo nos primeiros instantes da ocupação, a presença do conflito existente a partir da oposição entre dois princípios constitucionais, tendo, por um lado, as reivindicações dos ocupantes pelo direito a terra e moradia junto à alegação de que a área ocupada não estaria desempenhando a sua função social, e por outro, a exigência por parte do suposto proprietário da preservação e garantia de sua propriedade privada.

compatível com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis, e simultaneamente colabora para a segurança, bem estar e desenvolvimento dos usuários, vizinhos e, por fim, da população como um todo. Em suma, para o Direito à Cidade. No caso do Brasil, onde as cidades em geral convivem com déficit habitacional, e boa parte da população se vê obrigada a residir cada vez mais distante das áreas com oferta de serviços públicos, por vezes inclusive ocupando regiões ambientalmente sensíveis, uma propriedade ociosa não está a cumprir sua função social.”

Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/funcao_social_da_propriedade/index.php?p=172144> Acesso em: 24/11/21015

Segundo Rodrigues (2004) “No Brasil, esse debate está em pauta desde a preparação da Emenda Popular para a Reforma Urbana para o Congresso Constituinte em 1988. Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal colocaram como premissa a função social da cidade, mas remeteram aos planos diretores municipais para cidades com mais de 20 mil habitantes a aplicação dos seus preceitos. Em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade foram regulamentados os artigos da constituição sobre a função social da propriedade e da cidade – Lei 10.257/01. O Estatuto da Cidade “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Cap. I, art. 1º, par. Único). Dispõe que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno funcionamento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana...” (art.2º).

[...] Embora a função social da propriedade urbana conste, desde 1934, nas várias Constituições Brasileiras, a explicitação de seu significado só ocorreu em 2001, com a promulgação do Estatuto da Cidade. [...] É necessário, para que a cidade cumpra sua função social, que a propriedade individual seja, no mínimo, relativizada, para garantir o acesso a todos os moradores à cidade. Essa relativização é expressa no Estatuto, em especial nos artigos que reconhecem o direito de usucapião urbano e, assim, indicam limites à especulação imobiliária.” (RODRIGUES, 2004, P.10-11)

2.1.2 Processo de ampliação da Ocupação: inclusão de novas famílias e a chegada dos índios Kaingang

Superado em partes os desafios enfrentados nos primeiros momentos de ocupação, o Movimento começa a vislumbrar possibilidades reais de permanecer no terreno. Diante da identificação da necessidade de expansão, sua coordenação começa a pensar em estratégias capazes de dar o suporte necessário a construção efetiva do processo de ocupação, sendo indispensável, portanto, criar as condições para a ampliação da participação das famílias.

Utilizando-se de uma nova proposta de ação, a coordenação começa a realizar novamente os trabalhos de frente de massa com as populações periféricas da região. Segundo um de seus coordenadores, por volta do dia 17 de dezembro começam os primeiros trabalhos de divulgação da ocupação nas proximidades da praia de Canasvieiras, no norte da ilha. A liderança ressalta que paralelamente a isso foram realizados trabalhos importantes em outros locais, tais como em comunidades do município de São José e nas proximidades do bairro da Serrinha, em Florianópolis – locais próximos às duas ocupações em curso na época (Palmares e Contestado). Outra localidade importante de atuação se deu no Maciço do Morro da Cruz, região central conhecida por compreender a maior concentração de comunidades carentes existentes na capital catarinense.

Na medida em que a ocupação vai ganhando visibilidade, proporcionada em partes por sua localização privilegiada dentro da cidade, bem como pelos trabalhos de base desenvolvidos nas principais comunidades da grande Florianópolis, o que se pôde observar logo nas

primeiras semanas foi um crescimento virtuoso, com um número cada vez mais expressivo de famílias participantes do Movimento.

A evolução quantitativa do número de famílias é identificada por uma das lideranças a partir do décimo dia de ocupação, que, coincidindo com a data do Natal, já apresentava uma notória evolução, contando com cerca de 150 pessoas. No Réveillon, haveria um aumento significativo, chegando a marca de aproximadamente 200 acampados. Enfatiza a liderança que dali pra frente o crescimento foi grandioso, ao ponto da ocupação alcançar, em meados de janeiro e início de fevereiro, o número de quase cerca de 700 famílias participantes.

Esse processo de crescimento acelerado ganha um maior impacto e notoriedade pública com a chegada de um grupo formado por cerca de 50 índios da etnia Kaingang, do Rio Grande Do Sul, que logo nos primeiros dias do ano de 2015, ou seja, aproximadamente 15 dias depois de iniciada a ocupação da SC-401, chega para somar-se às inúmeras famílias acampadas. Com a intenção de trabalharem com o comércio de artesanatos e sem um lugar definido para permanecer durante a alta temporada de verão, o grupo indígena acaba encontrando na ocupação as possibilidades necessárias para realização de seus trabalhos temporários em Florianópolis.

No réveillon, nós já estávamos com 200 pessoas. Pela experiência que se tem, estávamos com um corpo razoável, mas quando vieram os índios Kaingang para trabalhar e o prefeito negou uma área para eles acamparem, a gente viu que deu aquele corpo [...] foi uma coincidência feliz, eu diria. O prefeito se negou numa atitude não só equivocada, mas de uma estupidez tamanha, que acabou jogando no nosso colo aquilo que a gente precisava, que era mais um contingente de pessoas que tem todo um histórico e uma prática de resistência e de luta. (Depoimento do Entrevistado 4)

Dotado agora de uma nova composição social, e que a cada dia apresentava-se mais diversificada social e culturalmente, o Movimento passa a identificar uma conjuntura cada vez mais favorável para uma possível consolidação da ocupação no terreno da SC-401. Embora tenha se dado de forma eventual e passageira, o apoio indígena a ocupação se constituiu, aos olhos da coordenação, como uma enorme contribuição à luta pela conquista da terra, pelo fato de envolver de modo direto, entre outros motivos, questões de âmbito estritamente federal.

De fato, a explosão do número de famílias em apenas 45 dias foi certamente um dos grandes feitos da coordenação do Movimento. O fato de conseguirem em poucas semanas reunir mais de 1500 pessoas, fez com que houvesse por parte das instituições públicas encarregadas, um maior reconhecimento da ocupação, o que acabou por contribuiu significativamente para que o INCRA recebesse uma lista elaborada pela coordenação contendo o número de 725 famílias para fins da realização do pré-cadastro de assentamento, fato que colaborou para que também o juizado agrário tomasse parte do conflito, estabelecendo dessa maneira, procedimentos quanto aos cuidados referentes ao direito de permanência, mesmo que de forma provisória, das famílias ocupantes.

2.1.3 O terreno

Localizado no bairro da Vargem Pequena, região norte da ilha de Santa Catarina, a área cuja qual o terreno ocupado está inserido, além de rico em vegetação nativa, também conta com uma abundante reserva de recursos hídricos, isso se deve ao fato de sua localização manter extrema

proximidade com o Rio Ratoles, este que é considerado o principal rio e bacia hidrográfica do município de Florianópolis.

Além da importância dos recursos naturais da região, verificam-se também outros fatores ligados diretamente a questões de âmbito socioespacial e econômico. Há cinco quilômetros de Jurerê Internacional³⁹, o bairro com o metro quadrado mais valorizado do município e possivelmente do Estado de Santa Catarina, o terreno ocupado na época encontra-se localizado em uma das regiões mais elitizadas da capital catarinense, notadamente reconhecida pelo alto potencial que possui para receber grandes empreendimentos imobiliários. Conforme aponta Sugai, a rodovia SC-401 destaca-se por se constituir como um dos eixos rodoviários mais privilegiados da ilha, o eixo da direção norte-sul, que, ao longo dos últimos 30 anos vem recebendo constantes investimentos viários, o “que garantiu a conexão entre: as áreas residenciais das camadas de alta renda, os bairros previstos para sua expansão residencial e os balneários turísticos e de veraneio destinados às elites.” (SUGAI, 2015, P.182).

De acordo com os dados fornecidos pelo questionário (ANEXO 7) aplicado a superintendência da Secretaria do Patrimônio da União de Santa Catarina, a área em questão encontra-se situada em Linha do Preamar Médio⁴⁰ (LPM), demarcada como terreno de Marinha, onde atualmente

³⁹ Conhecido por suas badaladas festas internacionais, hotéis e residências luxuosas, o bairro apresenta-se como principal ponto de concentração das elites nacionais e estrangeiras em Florianópolis.

⁴⁰ “A Linha do Preamar Médio é definida pela média das marés máximas, do ano de 1831. O ano de 1831 é usado para dar garantia jurídica, porque é conhecido o fenômeno de mudanças na costa marítima decorrente do movimento da orla. Esses movimentos se dão por processos erosivos ou por aterros. A partir da determinação da linha do preamar médio inicia-se a delimitação dos terrenos de marinha.” Disponível em: <<https://gestao.patrimoniode.todos.gov.br/DuvidasFrequentes/terrenos-de-marinha/duvidafrequente.2013-04-19.6573990476>> Acesso em: 20/05/2016

espera para ser devidamente cadastrada e homologada pela SPU. Da área total⁴¹ pertencente à União, a parcela referente às matrículas n.º 71263, com 2.030.484,5089m², n.º 71.264, com 23.130,4011m² e n.º 44.633/L2, com 2.053.614,9100m² é reivindicada como sendo de natureza privada, reclamada como propriedade exclusiva do empreendimento Florianópolis Golf Clube, cujos sócios são o ex-deputado e empresário Artêmio Paludo, sua esposa e filhos. Segundo matéria⁴² publicada pelo jornal Diário Catarinense (DC), o advogado e genro do suposto proprietário, Sergio Tajes Gomes, informou que a posse da área havia sido adquirida no ano de 1979, data que coincide com o primeiro ano do mandato de Artêmio Paludo como deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁴³.

Conforme apontado em outra matéria⁴⁴, a propriedade desde a época de sua aquisição teria sido usada para três tipos de investimentos. Primeiro como empreendimento Paludo Agropesca, onde se instituiu uma criação de camarão em cativeiro, vindo a ser extinta logo posteriormente. Em 1992, ocorre a tentativa de um projeto que visava a elaboração de um complexo esportivo batizado por Florianópolis Golf Club, onde foi assinado no ano de 1995 um contrato entre a família Paludo e o grupo Habitasul,

⁴¹ Com base nos relatos e informações fornecidas pelas lideranças e apoiadores do Movimento, estima-se que a área total onde se inclui o terreno reivindicado como propriedade particular (27 mil m²), compreenda algo em torno de 600 a 900 hectares de terra, notadamente pertencentes à União.

⁴² Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/138451-proprietarios-de-terreno-ocupado-na-vargem-pequena-descartam-acordo-para-desapropriacao.html>> Acesso em: 02/11/2015

⁴³ Partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do Golpe de Estado no Brasil em 1964.

⁴⁴ Disponível em: <<http://floripamanha.org/2014/01/as-vozes-de-um-conflito/>> Acesso em: 02/11/2015.

sendo prorrogado por 10 anos, algo que também acabou não sendo viabilizado. Já em março de 2010, há outra tentativa da construção de mais um empreendimento a partir do projeto Carijós, complexo residencial e comercial de luxo, que acabou supostamente sendo engavetado sob a alegação de impossibilidade de construção por determinações impostas pelo Plano Diretor do município de Florianópolis.

Sobre o histórico da região em que o terreno está situado, um dos coordenadores do Movimento, através de vídeo publicado nas redes sociais⁴⁵, resgatou a importância daquele espaço para a história do município de Florianópolis. Em tal ocasião, a liderança destacou que há cerca de 50 anos a área ocupada era reconhecida como um dos principais “celeiros” de produção de alimentos, abastecendo parte da grande Florianópolis com produtos de origem hortifrutigranjeiros. Entretanto, o mesmo ressalta que o terreno, as vésperas da ocupação, encontrava-se subutilizado, não cumprindo a função social da propriedade. Afirmou ainda que havia na área cerca de quinze cabeças de gado, das quais o dono, ou “o que se dizia dono”, no caso a empresa Agropecuária Paludo, estaria procurando justificar o uso da terra a partir da criação existente no local. Por último, reiterou o posicionamento dos acampados frente à situação evidenciada no terreno, avaliando que tal procedimento constituía-se antes como uma “fachada legal”, usada pelo suposto proprietário como forma de justificar a situação de não utilização ou subutilização da terra em favor da especulação imobiliária.

⁴⁵ Idem, p.25.

Na tentativa de justificar a função de uso do terreno, o advogado de Artêmio Paludo, em entrevista concedida ao D.C.⁴⁶ alegou que o terreno havia sido arrendado para uma pessoa que criava gado no local. De acordo com o advogado, o fato de o terreno ter ficado décadas sem exercer qualquer tipo de atividade se deu em decorrência do rompimento do contrato com o grupo Habitasul, assim como também do aguardo sobre as propostas de mudanças que seriam realizadas pelo novo Plano Diretor do município.

No que diz respeito ao âmbito jurídico, e da consequente disputa estabelecida entre o suposto proprietário da terra e o Movimento Amarelado, cabe-nos aqui destacar resumidamente os principais fatos ocorridos durante o período em que a ocupação se manteve na SC-401. Levando em consideração a ordem dos acontecimentos, no dia 20 de dezembro de 2013, ainda no primeiro mês de ocupação, uma liminar assinada pelo juiz Fernando Vieira Luz, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis, determina a imediata reintegração de posse a empresa da família Paludo, suposta proprietária da área ocupada. No dia 23 do mesmo mês, o promotor Raul Rabelo, da 17ª Promotoria de Florianópolis também dá vistas ao processo de reintegração de posse. Na mesma data, o juiz Fernando Vieira Luz, com base em resolução do Conselho de Magistratura, se considerou incompetente para julgar o conflito, transferindo o processo para a Vara Especial Agrária. Em 22 de Janeiro, o juiz agrário Jeferson Zanini deliberou, então, pelo agendamento de uma audiência conciliatória entre as partes envolvidas no conflito como forma de resolução do impasse.

No mesmo dia da audiência, marcada para o dia 7 de fevereiro, o Movimento promoveu uma marcha na Avenida Beira-Mar Norte com

⁴⁶ Idem, p.35.

destino ao fórum Desembargador Eduardo Luz, em Florianópolis. Contando com mais de 800 participantes, a concentração para o ato público iniciou-se logo pela manhã, seguida de uma caminhada de 8 km até o fórum onde ocorreu a audiência. Participaram da reunião de conciliação o juiz agrário Jefferson Zanini, o coordenador e representante da ocupação, Rui Fernando Silva Junior, além do advogado do suposto proprietário do terreno, Camilo Simões Filho e o ouvidor agrário Fernando de Souza. Ao término da mesma, foi elaborado um documento (ANEXO 1) contendo 19 pontos a serem cumpridos entre as partes. Dentre as principais deliberações acordadas, destacavam-se a permanência dos ocupantes no terreno até a data estipulada de 15 de abril de 2014; a não ampliação e modificação da área ocupada; a proibição do ingresso de novas famílias, assim como a imediata expedição de mandado de reintegração de posse em caso do descumprimento de qualquer um dos pontos estabelecidos.



Figura 2: Marcha na Avenida Beira Mar Norte, fev/2014. Fonte: Betina H.



Figura 3: Audiência Pública, fev/2014. Fonte: Betina Humeres.

Ainda com relação à situação jurídica do terreno, cabe-nos fazer uma observação quanto ao posicionamento adotado pelas instituições públicas envolvidas na discussão acerca da titularidade da propriedade ocupada. Nesse sentido, tanto a (SPU/SC) quanto a Procuradoria da União de Santa Catarina (AGU/SC) emitiram comunicados a imprensa⁴⁷ sobre a situação de ilegalidade dos títulos referentes à área.

A nota pública (ANEXO 2) emitida pela SPU informava que através do protocolo de solicitação de vistoria para identificação de propriedade da área, encaminhada por representantes do Movimento Amarelido a mesma, fora realizada uma visita no dia 3 de fevereiro de 2014

⁴⁷ Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/spu-afirma-que-terreno-invadido-na-sc-401-e-propriedade-da-uniao>> Acesso em: 29/01/2016.

a qual constatou, por meio de vistoria da equipe técnica da própria Secretaria, que a área ocupada encontrava-se “*totalmente inserida em propriedade da União, caracterizada como Terreno de Marinha*⁴⁸ e *Acrescido, nos termos do Artº 20-VII da Constituição Federal e a Artigos 1º e 2º do Decreto Lei 9760/46*”. Além de tal constatação, a nota afirmava ainda que “*Após a comprovação documental (registro de imóveis) do suposto proprietário, a SPU/SC*⁴⁹ *tomará as providências necessárias junto*

⁴⁸ Os terrenos de marinha são bens da União medidos a partir da linha do preamar médio de 1831 até 33 metros para o continente ou para o interior das ilhas costeiras com sede de município. Além das áreas ao longo da costa, também são considerados terrenos de marinha as margens de rios e lagoas que sofrem influência de marés.

Disponível em: <<https://gestao.patrimoniode.todos.gov.br/DuvidasFrequentes/terrenos-de-marinha/duvidafrequente.2013-04-19.6138970872>> Acesso em: 12/05/2016.

⁴⁹ No que se refere ao processo de desconstituição dos títulos do suposto proprietário, através das informações contidas no questionário aplicado a Superintendência da SPU/SC em abril de 2016, o mesmo informou que “*a questão da desconstituição dos títulos será analisada após a homologação da LPM, momento em que, se confirmada a sobreposição com terras da União, os títulos existentes serão desconstituídos ou retificados*”. Informa ainda que “*assim que a Prefeitura Municipal de Florianópolis disponibilizar o cadastro das pessoas atingidas pela demarcação das áreas da União, será aberto prazo para que os interessados, se desejarem, apresentem os pedidos de impugnação da linha*”. Por fim, comunicou de forma não muito esclarecedora, porém de grande relevância que “***o interessado já manifestou desinteresse na continuidade do seu processo de inscrição de ocupação que tramitava nesta superintendência.***”

Todavia, passado mais de 21 meses da conclusão da demarcação das terras de Marinha (maio/2015) do município (processo que perdurou por quase 7 anos até ser concluído), ainda não há indícios sobre a devida homologação da LPM e do início do processo de desconstituição dos títulos/matrículas em sobreposição com as terras da União. O que a nota sugere é que o interessado ou “suposto proprietário”, agindo agora de boa fé, resolveu abrir mão das terras cujas quais se dizia proprietário, decidindo por não dar mais continuidade ao “processo de inscrição de ocupação”, decisão essa que, sendo confirmada com a saída do grileiro do terreno, não faz mais do que ratificar a denúncia, consumando por sua vez o ato de grilagem sobre as terras pertencentes à União, realizada ainda durante o período de vigência da ditadura militar no Brasil.

ao Cartório de Registro de Imóveis e Advocacia Geral da União, para a desconstituição desses títulos”.

O documento (ANEXO 3) divulgado pela Procuradoria da União de Santa Catarina a imprensa, ratifica o conteúdo do relatório de vistoria produzido pela SPU. Além disso, a nota apontava ainda para o fato de que *“Somente após a notificação de todos os moradores da área localizada na faixa de terreno de Marinha”* e com a Linha do Preamar Médio devidamente homologada *“é que a AGU deverá acionar judicialmente os supostos detentores de títulos de propriedade sobre terrenos de marinha para a desconstituição/anulação desses títulos”*. Por fim, salientou que *“a missão da Procuradoria será o de representar a União num futuro processo judicial envolvendo a anulação dos títulos, no entanto, caberá à SPU dar destinação ao imóvel”*.

Dito isto, nota-se que a partir da vistoria realizada pela SPU, órgão responsável pela verificação da procedência de titularidade da área ocupada, foi constatado a condição de ilegalidade de posse do suposto proprietário, identificando a área como patrimônio da União. Mesmo diante de tal objeção – devidamente fundamentada a partir do vigésimo artigo da Constituição e o decreto lei 9760/46, que trata especificamente sobre as propriedades da União – a decisão que prevaleceu na audiência conciliatória não somente ignorou a nota pública da AGU e SPU, alegando não ter competência para o julgamento do laudo técnico, como também desconsiderou as prerrogativas presentes na Constituição Federal⁵⁰ que

<<https://gestao.patrimoniode todos.gov.br/DuvidasFrequentes/terrenos-de-marinha/duvidafrequente.2013-04-19.6573990476>> Acesso em: 20/05/2016

⁵⁰ “Na Carta Magna registrou-se, além da identificação dos bens da União (art. 20), a nova orientação sobre o uso da terra no País: a função social da propriedade como princípio da ordem econômica nacional (art. 170, III); reconhecimento do direito

dizem respeito à função social da propriedade, o direito à moradia e a concessão de áreas públicas para a reforma agrária e urbana, evidenciando assim uma decisão de teor arbitrário, pautada única e exclusivamente a favor da garantia dos direitos da presumida propriedade privada, reclamada pelo não mais “suposto proprietário”, mas sim - levando em consideração a confirmação da denúncia de grilagem pela SPU - como legítimo grileiro das terras da União.

Além da denúncia pública promovida pelo Movimento sobre as irregularidades na aquisição do terreno, há também a questão de evidências que apontam para o fato da área ter sido adquirida no mesmo período em que Artêmio Paludo exercia o cargo de deputado pelo partido da ARENA. Tal suposição acaba por corroborar com as denúncias levantadas pelos recentes estudos do dossiê elaborado por (SCHINKE, 2015) que apontam para as irregularidades e crimes cometidos no período ditatorial no Brasil, sobretudo, no que diz respeito à apropriação ilegal de terras públicas no Estado de Santa Catarina, em particular no município de Florianópolis, através da maquiada “reforma agrária” promovida pelo Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) e sua sucessora, a Coordenadoria de Legitimação e Cadastramento de Terras (COLECATE), beneficiando diretamente setores vinculados às oligarquias políticas e econômicas da época, cujas quais perduram até hoje.

fundamental à moradia (art. 7º e 6º); e concessão de áreas públicas para reforma urbana e agrária (art. 183/189).”

Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/legislacao/cartilha-memo-90-destinacao-orientacoes-para-a-destinacao-do-patrimonio-da-uniao.pdf>>. Acesso em: 12/05/2016



Figura 4: Ocupação SC 401. Fonte: Brasil Notícias



Figura 5: Ocupação SC 401. Fonte: Brasil Notícias



Figura 6: Área do terreno com a demarcação da LPM. Elaboração: Verônica Orlandi

2.1.4 Infraestrutura e organização interna da ocupação

Desde seu início, a ocupação na SC-401 procurou pautar-se nas formas de organicidade desenvolvidas e já consolidadas pelos movimentos sociais ligados a via campesina⁵¹, tal qual o MST, com a divisão dos trabalhos sendo orientadas pela coordenação do Movimento junto às inúmeras famílias acampadas. Auxiliados pelos grupos de apoio que foram se constituindo ao longo do processo de ocupação, os trabalhos realizados buscaram ordenar o espaço através do planejamento e construção de uma infraestrutura que possibilitasse um maior aproveitamento dos poucos recursos disponíveis na área.

Conforme dito anteriormente, poucas semanas após o início da ocupação, o terreno já contava com mais de 700 famílias acampadas, que foram devidamente recebidas e cadastradas pela coordenação e auxiliadas na construção de seus barracões. Na medida em que chegavam, o espaço era organizado e ampliado, possibilitando assim a sua expansão de maneira ordenada. De acordo com dados levantados pela PM em fevereiro de 2014, foram erguidos aproximadamente cerca de 350 barracas durante os dois primeiros meses de ocupação do terreno.

Conforme observado nas figuras 4 e 5, a disposição dos barracões formou-se majoritariamente em torno de um único sentido, de forma enfileirada, paralelamente a rodovia. Tal planejamento possibilitou uma maior visibilidade da ocupação vista de fora, impactando ao mesmo tempo a opinião pública e aos milhares de moradores e turistas que passavam

⁵¹ Fundada em 1992, a Via Campesina caracteriza-se como Movimento autônomo e de caráter internacional e pluralista. Possui como objetivo maior a organização dos trabalhadores do campo e comunidades indígenas a partir da articulação entre os mais diversos movimentos sociais atuantes na América, Ásia, Europa e África.

diariamente pela rodovia em direção as praias do norte da ilha, uma vez que, no auge do processo de construção da ocupação, o município de Florianópolis encontrava-se na alta temporada de verão, fator que contribuiu de maneira significativa para que o Movimento Amarildo ganhasse rapidamente uma considerável notoriedade pública.

No que se refere aos serviços essenciais para a manutenção e permanência das famílias, a ocupação contou com o abastecimento de água, serviço já existente no local, sendo devidamente ampliado na medida em que chegavam as famílias. Já o acesso à energia elétrica contou com os trabalhos realizados pela coordenação em parceria com integrantes da rede de apoio, onde por meio de novas instalações, foram criadas as possibilidades para atender a demanda das centenas de barracões espalhados pela ocupação.

Como forma de disponibilizarem condições para o uso de sanitários, a coordenação da ocupação estabeleceu como proposta uma alternativa ecológica conhecida como banheiro seco. Além de contribuir para a sua construção a todos os barracões, a proposta acabou se adaptando as questões circunstanciais observadas no local, proporcionando assim as condições mínimas de higiene e saúde as centenas de famílias acampadas.

Já o modelo de organização adotado pela coordenação no decorrer do processo de construção e desenvolvimento da ocupação é outro fator importante, pois nos coloca a possibilidade de análise sobre a natureza dos processos que orientaram o conjunto das práticas do Movimento junto a sua base social. Tal modelo, entendido como *organicidade*⁵², foi adotado

⁵² Modelo de organização interna de acampamentos/assentamentos dos movimentos sociais do campo e da cidade. Baseia-se na estruturação do espaço e na divisão das tarefas a partir do estabelecimento de coordenações, subcoordenações e núcleos

segundo critérios e métodos já consolidados outrora por grande parte dos movimentos sociais ligados a Via Campesina internacional.

Logo, o modelo de organicidade adotado foi aos poucos tomando forma e adquirindo algumas características próprias na medida em que crescia o número de famílias participantes. Organizados por meio de uma coordenação geral, subcoordenações (frentes de trabalho) e núcleos familiares, a ocupação começa a criar as condições necessárias para o estabelecimento, segundo um de seus coordenadores, de *“tarefas pré-determinadas e coordenações que dessem conta da demanda e dos problemas que são afetos a um acampamento autogestionado”*. Dessa maneira, buscou-se instituir uma forma de organização interna que possibilitasse à auto-organização do acampamento, numa perspectiva vinculada a concepção de Poder Popular⁵³.

A composição dos núcleos ocorre no momento em que a ocupação atinge o número aproximado de 150 famílias. A partir de então, inicia-se o processo de estruturação do acampamento com a divisão de 10 a 20 famílias por núcleo. Segundo informações dos coordenadores, eram realizadas reuniões periódicas semanais, onde cada núcleo tratava especificamente de suas demandas internas, que envolviam desde

familiares. Tem como finalidade promover um disciplinamento espacial e a divisão dos trabalhos no acampamento como um todo.

⁵³ De maneira geral, a concepção de Poder Popular pode ser compreendida como uma forma de organização em que predominam práticas e valores voltados à solidariedade e cooperação entre os grupos e sujeitos políticos anticapitalistas, possuindo como proposta geral a participação coletiva e igualitária sobre as decisões políticas. Trata-se, pois, de uma auto-organização e gestão de caráter revolucionário em contraposição direta às formas de poder instituídas pelo Estado capitalista, esse, por sua vez, estruturado sob a forma de dominação de classes com a personificação e hierarquização das relações de poder.

problemas conjugais até questões ligadas diretamente as necessidades mais gerais da ocupação.

As discussões eram realizadas a partir dos próprios núcleos e suas demandas maiores eram repassadas para a coordenação geral, que exercia o trabalho de encaminhamento das questões mais problemáticas. Ao longo de todo o processo da SC-401, cerca de vinte e seis núcleos familiares foram constituídos. Conforme apontado pelos coordenadores, a ideia de organização foi direcionada no sentido de proporcionar a cada núcleo as condições necessárias para que pudessem exercer o próprio controle sobre o processo de formação e resolução interna e, dessa forma, criarem possibilidades da construção de uma organicidade baseada na autogestão.

Outro dispositivo importante de organização interna instituída diz respeito às subcoordenações ou coordenações setoriais, as quais possuíam como objetivo estratégico a atuação pontual nas questões referentes às principais necessidades da ocupação. Tais coordenações foram devidamente formadas de acordo com as especificidades relacionadas por cada área de atividade, a saber: Segurança, Produção, Infraestrutura, Higiene/limpeza, Alimentação, Comunicação, Saúde, Educação e a de Formação (única que acabou não se efetivando). Compostas por membros da Brigada Mariguella e coordenadores de núcleo, exerciam a função de trazer soluções para as mais diversas demandas oriundas do processo de construção e desenvolvimento do acampamento.

Além da representação de núcleo e das coordenações setoriais havia também uma coordenação geral, constituída por representantes de cada núcleo juntamente com a participação de militantes da Brigada Marighella. Com o intuito de buscar solucionar os problemas mais gerais do acampamento, a coordenação geral possuía como atribuição e propósito

maior, a articulação entre todos os setores pertencentes à ocupação. Por meio de suas competências, procurava-se dar fomento as discussões de âmbito mais geral, buscando apontar o rumo das decisões a serem tomadas pelas famílias através dos espaços deliberativos de participação.

Por meio de reuniões periódicas de caráter ordinário e extraordinário, eram trazidas e debatidas as principais demandas junto às representações de núcleo e demais coordenações e redes de apoio do Movimento. Nesse sentido, as assembleias se constituíram como os espaços deliberativos de maior participação. Durante todo o processo de ocupação, estiveram presentes nas assembleias os mais diversos setores da sociedade civil da região, desde militantes políticos, sindicalistas, intelectuais, organizações do movimento estudantil até lideranças partidárias e representantes das instituições públicas como o INCRA e juizado agrário. Ocorrendo semanalmente aos domingos, as assembleias eram vistas como um espaço aglutinador da militância e um instrumento importante no que diz respeito ao fomento das discussões gerais e da consequente tomada de decisão.

De modo geral, o modelo adotado buscou desenvolver formas de organização que fossem capazes de proporcionar as condições necessárias para a permanência das famílias na ocupação. Nesse sentido, a atuação conjunta entre as oito coordenações setoriais, os vinte e seis núcleos familiares e a vasta rede de apoiadores certamente se constituiu como fator imprescindível para o desenvolvimento das inúmeras atividades realizadas na ocupação ao longo de todo o período em que permaneceram acampados no terreno.



Figura 7: Assembleia SC 401, 2014. Fonte: Cristiano Estrela.

2.1.5 Tentativa de permanência e o processo de desocupação do terreno

Durante os 120 dias de ocupação, foram várias as ações promovidas pelo Movimento na tentativa de permanecerem no terreno. Na busca pela conquista efetiva da terra, foram realizadas importantes atividades, desde a promoção de audiência pública, a marcha na Avenida Beira-Mar Norte, manifestações públicas em prol de outras ocupações da região, até apoio as pautas e reivindicações étnico-raciais e em defesa dos direitos dos trabalhadores. Participando das mais diversas manifestações populares que ocorriam na época, os “Amarildos” como ficaram conhecidos, foram aos poucos ganhando espaço e visibilidade na cena política da cidade.

No entanto, é a partir do dia 9 de abril de 2014, a seis dias do prazo estipulado para deixar o terreno da SC-401, que o Movimento começa a intensificar suas mobilizações na tentativa de reverter a determinação judicial de desocupação da área. Valendo-se de duas ações simultâneas, com bloqueios esporádicos nos dois sentidos da Rodovia SC-401, juntamente com manifestações promovidas na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), seus militantes buscaram, a partir da articulação com lideranças parlamentares locais, criar possibilidades para a abertura de diálogo com o governo do Estado.

Além dessas ações, sua coordenação também procurou utilizar de ferramentas jurídicas a fim de permanecer na terra ocupada. Com o intuito de criar condições favoráveis a revogação do acordo judiciário firmado na audiência conciliatória de fevereiro, algumas de suas lideranças ingressaram com pedido de ação anulatória contra o processo de desocupação e também com uma representação junto ao Ministério Público Federal (MPF) sob a alegação de que a ordem de despejo não possuiria fundamento legal, pois estaria fundada num acordo em que uma das partes (a empresa Florianópolis Golf Club) não teria legitimidade jurídica para contestação de posse, uma vez que as terras haviam sido declaradas pela SPU como pertencentes à União.

Sem resposta por parte das instituições sobre o pedido de anulação do processo, sem conseguir estabelecer um diálogo com o governo do Estado e a três dias para o vencimento do prazo de desocupação, a coordenação junto com as famílias acampadas, na tentativa de se fazer cumprir o acordo e ao mesmo tempo permanecerem próximos a área já ocupada, buscam como alternativa uma mudança para o terreno vizinho, de posse do Sindicato dos Bancários. Através de denúncia, a ação de

transferência das famílias, iniciada durante a madrugada do dia 12 de abril acabou sendo interceptada pela Polícia Militar, a pedido do então responsável pelo conflito, o juiz agrário Rafael Sandi, sob a alegação de que o Movimento estaria descumprindo o acordo judicial estabelecido em fevereiro.

Como forma de repressão é deflagrada pelo comando da PM a “Operação Capital”⁵⁴. Tal ação, realizada com o uso de forte aparato de repressão policial, contou com a presença da Polícia Militar Rodoviária (bloqueando as duas vias da rodovia SC-401), tropa de choque, Cavalaria, BOPE, helicópteros da PM e Polícia Civil. Desse modo, a operação militar acabou promovendo grandes momentos de tensão entre policiais e as mais de 700 famílias do Movimento. Munidos de enorme poderio bélico e proferindo ameaças de voz prisão, o comando da PM determinou pelo imediato retorno dos acampados ao terreno originalmente ocupado.

Tendo em vista o esgotamento do prazo de despejo, e sem ter uma decisão sobre o destino das famílias, as vésperas do dia da desocupação lideranças do Movimento se reúnem com representantes parlamentares na ALESC a fim de chegarem a um possível acordo sobre a disponibilização de uma nova área para as centenas de acampados da SC-401. Depois de horas de discussão com representantes do INCRA, DPU e MPF, chega-se a uma possibilidade de negociação através de uma proposta trazida por um dos participantes da reunião, o Padre Luiz Prim.

Representando uma entidade filantrópica da região, Prim apresenta como solução provisória a transferência das famílias para uma área

⁵⁴Disponível em:<<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/04/numero-de-policiais-chamou-atencao-na-operacao-realizada-na-sc-401-4473457.html>> Acesso em: 18/04/2015.

localizada a 45 km do centro de Florianópolis, no município de Palhoça. Tendo comum acordo entre todas as partes presentes na reunião, inclusive das instituições públicas envolvidas diretamente no conflito, a deliberação é protocolada poucas horas antes do início da ação de despejo e encaminhada como decisão aos órgãos competentes.

Entretanto, nos momentos iniciais do dia 15 de abril, data fixada para desocupação do terreno, MPF, DPU e INCRA ao reavaliarem as questões sobre a nova área, verificaram que a mesma estava sendo reclamada tanto pela FUNAI quanto pela comunidade Guarani da região do Morro dos Cavalos como área de demarcação indígena. Em face de tal agravante, resolvem voltar atrás na decisão, emitindo uma nota ao Governador do Estado (ANEXO 4), colocando-se agora como contrários a determinação acordada momentos antes, sugerindo inclusive a transferência do Movimento para o município de Canoinhas, conforme uma das primeiras sugestões do INCRA. Diante do novo impasse, sofrendo forte pressão tanto dos coordenadores da ocupação quanto do governo do Estado, as instituições públicas encarregadas decidem novamente, ao calor do momento da ação de despejo, pelo cumprimento da determinação acordada no dia anterior, mantendo assim a decisão da transferência para o município de Palhoça.

2.2 Saída em massa das famílias e a desarticulação da base social do Movimento

O processo de desocupação da SC-401 se constitui, sem sombras de dúvidas, como um divisor de águas no tocante a trajetória do Movimento Amarildo. As consequências decorrentes do processo de despejo foram sentidas logo nos momentos iniciais da transferência das famílias, quando já era possível notar uma drástica redução do número de participantes, perdendo de uma só vez mais de 600 famílias (o equivalente a quase 90% do total de sua base social) somente no processo de transferência para a área destinada em Palhoça. Para alguns dos coordenadores, essa baixa no número das famílias se deu, entre outros motivos, em decorrência da distância em relação a capital, aliada por sua vez a uma condição de extrema precariedade imposta as famílias logo nos primeiros momentos da chegada em Maciambu/Palhoça.

Quando a gente chegou lá havia cerca de 70 famílias, no máximo. Ela abaixou para 50 em pouco mais de duas semanas. [...] A parte do Maciambu foi o momento mais difícil e quem passou por esse momento lembra muito bem dele. [...] Era uma situação difícil para as crianças, para os idosos. Então tu tinha a dificuldade de fazer com que a pessoa ficasse no local pelo menos com um mínimo de condições. Tu tinha dificuldades de alimentação, na questão da higiene. Tu tinha dificuldades em diversos aspectos. (Depoimento do Entrevistado 2)

E ainda:

A organização, bem complicada pela precariedade, pelo espaço físico destinado e a localização também. Ao mesmo tempo era uma área delicada, uma área de preservação, uma área indígena. (Depoimento do Entrevistado 3)

Além dos fatores ligados diretamente a condição precária do local, outras questões foram apontadas pela coordenação como agravantes que contribuíram para a saída em massa das famílias. Dentre os principais problemas identificados, a distância do emprego (grande parte dos trabalhadores exerciam algum tipo de atividade remunerada em Florianópolis), mobilidade, acesso aos equipamentos urbanos, ou seja, fatores diretamente ligados à questão da segregação socioespacial, assim como dos problemas decorrentes da falta de uma alimentação básica e de infraestrutura minimamente adequada, se constituíram, aos olhos das lideranças, como causas importantes para a desistência das famílias.

Outro fator identificado como sendo o de maior relevância quando se leva em consideração o processo radical de desarticulação da base social, diz respeito especificamente ao reconhecimento por parte da coordenação, da demanda urgente das famílias por moradia, em especial dentro do município de Florianópolis. De acordo com um dos coordenadores, a proposta do projeto de Reforma Agrária Popular instituída pelas lideranças acabou não sendo devidamente incorporada como objeto maior de reivindicação e luta por parte da maioria dos participantes, se constituindo, em última instância, como um dos fatores decisivos e principais no tocante a decisão por deixarem o Movimento.

A gente previa isso, essa queda considerável. Em função do local de trabalho, de todas as relações, desde comerciais como familiares [...] então ficaria muito difícil. Além desses componentes havia outra questão que a gente observou nitidamente com essa mudança que era a de que, apesar da nossa bandeira de Terra, Trabalho e Teto, da gente pensar na construção de um assentamento, muitas pessoas só estavam ali pela questão do teto. [...] Enfim, nós tivemos muitas famílias que tinham a pretensão de conquistarem o teto e que por conta dessas

outras dificuldades acabaram desistindo. (Depoimento do Entrevistado 4)

De fato, a saída em massa das famílias acaba acarretando em graves prejuízos a condição de continuidade da luta. Pelo fato de perderem de uma só vez quase toda a base social formada ao longo do processo de ocupação na SC-401, sua coordenação passa a enfrentar sérias dificuldades em relação às possibilidades de manutenção da luta por Reforma Agrária na região. Tal agravante impõe novos rumos e desafios as suas lideranças, principalmente no tocante a capacidade de reestruturação enquanto Movimento. Se apresentando, antes de tudo, como um fator sintomático, a desmobilização das famílias acaba gerando um considerável impacto negativo a sua coordenação, bem como a própria condição, agora ainda mais precária, de reorganização do que lhe restou da base social a partir de seu novo destino, ou seja, fora dos limites do município de Florianópolis.

Em suma, é a através desse contexto turbulento, marcado pela saída em massa das famílias, conflitos, disputas e resistências que ocorre a transferência para a Terra Indígena do Morro dos Cavalos no bairro Maciambu/Palhoça. Com idas e vindas, acordos e desacordos, momentos de tensão e de repressão policial, de omissão das instituições públicas, bem como da drástica desmobilização da base social, chega-se a um desfecho do processo de ocupação da SC-401. Ao decidir pela saída pacífica, tendo a garantia da transferência para outra área, a coordenação decide pelo cumprimento da ordem judicial firmada em audiência conciliatória, transferindo-se no dia 15 de abril para um terreno concedido de forma provisória e com o agravante de, antes mesmo de sua chegada, já se ter a perspectiva de estar entrando em uma área que carrega um severo histórico de conflito pela disputa da terra.

2.2.1 A chegada na área de demarcação indígena do Morro das Cavalos – Maciambu/Palhoça

Famílias da ocupação Amarildo se mudam para área questionada na justiça como terra indígena. Funai diz que mudança pode gerar conflito com as lideranças indígenas do local.

DC online- 16/04/2014

Localizado na região do Morro dos Cavalos, no bairro Maciambu Pequeno, município de Palhoça, o novo local destinado às famílias da ocupação encontra-se a cerca de 50 km de distância do centro de Florianópolis. Reconhecida desde 2002 como área de demarcação Indígena, a comunidade Guarani - composta por 34 famílias (190 pessoas) - reivindica há anos a homologação da demarcação das terras na região. Objeto de intensa disputa, o território vem sendo palco de inúmeros conflitos⁵⁵ protagonizados por interesses políticos e econômicos, cujos quais tentam a todo custo se apossar de maneira ilegal da área, a base de ameaças de morte⁵⁶ e do uso extremado de violência contra os índios Guarani.

⁵⁵ Em 30/10/2015, o jornal Notícias do Dia publica artigo sobre conflito informando que “cerca de 30 pessoas em 10 carros, um caminhão e uma moto invadiram a reserva indígena do Morro dos Cavalos, em Palhoça. Segundo os índios, o grupo chegou atirando para o alto e soltando fogos de artifício. Houve princípio de conflito.” Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/grupo-de-30-pessoas-invade-reserva-indigena-do-morro-dos-cavalos-em-palhoca>> Acesso em: 20/11/2015.

⁵⁶ Conforme matéria publicada pela Comissão Pastoral da Terra, no dia 19/10/2015 a cacica da comunidade Guarani da Terra Indígena (TI) Morro dos Cavalos, teria sofrido o sexto atentado seguido no ano de 2015, com desconhecido disparando contra a escola e as casas que ficam no seu entorno. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no->

Possuindo cerca de sete hectares, o terreno encontrava-se na época como propriedade de uma empresária estrangeira⁵⁷. Cedida de forma temporária para uso do Instituto Kairós, entidade filantrópica representada pela figura do Padre Luiz Prim, a área estava sem exercer função social desde o ano de 2013. Como procurador da proprietária do terreno e responsável pela administração da área, Prim autoriza a transferência das famílias da ocupação em caráter provisório. Em acordo com o MPF, estabelece alguns pontos que deveriam ser respeitados pelos ocupantes e instituições públicas responsáveis, dentre eles, o do cumprimento do tempo de permanência de no máximo seis meses na área.

Diante do novo contexto repleto de indefinições e instabilidades, o Movimento agora autodenominado “Comuna Amarildo de Souza⁵⁸”, chega ao Morro dos Cavalos trazendo consigo enormes desafios em relação às possibilidades de permanência no local. Colocada em uma área considerada como um barril de pólvora devido à intensidade dos conflitos já existentes, a coordenação, logo nos primeiros momentos de sua chegada, tenta estabelecer um diálogo junto às lideranças indígenas com a intenção de firmarem um acordo de convivência e cooperação mútua.

Por se tratar exclusivamente de uma terra em processo de demarcação e, cientes de que poderia haver tanto por parte da comunidade

campo/2930-desconhecido-invade-ti-morro-dos-cavalos-dispara-em-escola-e-casas-e-ameaca-de-morte-a-cacica-eunice-antunes> Acesso em: 20/11/2015.

⁵⁷ Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2014/04/advogado-da-proprietaria-de-terreno-em-que-esta-a-ocupacao-amarildo-pede-a-reintegracao-de-posse-4482105.html>> Acesso em: 18/04/2015.

⁵⁸ Segundo integrantes do Movimento, o termo “Comuna” refere-se antes a forma comunal da posse e uso da terra. Trata-se, no entanto, do estabelecimento de uma proposta que defende a concessão real do uso da área em nome de um coletivo, e não de maneira individual, a partir da titulação de propriedade da terra com seu loteamento às famílias.

Guarani quanto da própria FUNAI uma resistência quanto à permanência das famílias no local, coordenadores do Movimento decidem buscar, além de um diálogo com índios, outra via para a resolução do impasse através de uma nova tentativa de ocupação dentro do município de Florianópolis.

2.2.2 Tentativa de ocupação no bairro do Rio Vermelho e o retorno a T.I do Morro dos Cavalos

Temor quanto a surgimento de favela moveu moradores a reagir contra invasão no Rio Vermelho.

Hora SC online – 22/04/2014

A ação direta promovida na madrugada de 20 de abril, quatro dias após a transferência para a T.I do Moro dos Cavalos, se dá num momento crítico e completamente desfavorável ao Movimento. Sem conseguir estabelecer um diálogo promissor com as lideranças indígenas do Morro dos Cavalos em relação à possibilidade de permanência na área, perdendo a cada instante e de modo significativo grande parte de sua base social, a coordenação, na tentativa de achar uma solução para continuar próximo a área anteriormente ocupada na SC-401, decide por realizar uma ocupação no bairro do Rio Vermelho como forma de assegurar um espaço que servisse como um acampamento de caráter provisório, tendo em vista a determinação estratégica de manterem-se atuante na capital catarinense e, ao mesmo tempo, sustentando a perspectiva de continuação da luta pela conquista da terra dentro dos limites da ilha.

Localizado às margens da Rodovia João Galberto Soares (SC-406), no bairro do Rio Vermelho, região norte do município de Florianópolis, o terreno ocupado na época, de aproximadamente 10 hectares, era mais um de propriedade da União. Tratando-se de outra área Administrada pelo Padre Luiz Prim, através do Instituto Lar Recanto da Esperança (centro de tratamento para dependentes químicos), o espaço se encontrava subutilizado. Segundo uma das lideranças:

É uma área que foi desapropriada por pertencer a um traficante, e que foi destinada a uma instituição beneficente que simplesmente utiliza a área para o plantio de eucalipto. Fica ao lado de um Resort que também tem um histórico de ter sido um território usurpado da população pela especulação imobiliária, por empreendimentos turísticos, que é uma destinação que tem tido quase todas as áreas que eram públicas de Florianópolis. [...] chamou a atenção sobre mais uma área mal versada, mal utilizada, com problemas de destinação e pertencente ao Governo Federal, como outras tantas que a gente denunciou e vai continuar denunciando. (Depoimento do Entrevistado 3)

Composta por cerca de 60 pessoas, dentre as quais algumas famílias remanescentes, parlamentares, militantes da causa e integrantes do grupo de apoio, a ocupação do terreno no bairro do Rio Vermelho tão logo é anunciada se transforma em objeto de forte repulsa e contestação, deflagrando-se instantaneamente um conflito sem precedentes no bairro. Protagonizado por parte de um grupo de moradores locais sob a justificativa de estarem evitando o surgimento de novas favelas, aproximadamente 30 moradores dão início a um protesto em frente ao terreno ocupado, exigindo por sua vez a imediata saída dos ocupantes.

O conflito entre parte da população local e integrantes do Movimento intensifica-se no início da noite do dia 20 de abril (domingo de páscoa), quando alguns dos moradores, numa tentativa de intimidação pelo uso da violência, iniciam uma investida contra o terreno na busca por atingir os ocupantes⁵⁹. Mesmo com a presença da PM, a ação hostil proferida por parte dos moradores acabou não sendo devidamente reprimida, fato que acabou colaborando sobremaneira para a promoção do conflito desencadeado momentos depois.

Logo nos primeiros momentos do dia seguinte, 21 de abril (feriado Tiradentes), há uma tentativa de mediação como forma de evitar um possível confronto entre os moradores locais e os militantes acampados. Liderada por advogados populares e parlamentares, a busca para uma resolução pacífica do conflito acaba encontrando grandes dificuldades em lograr êxito, em partes, pela presença de empresários locais, tal qual Fernando Marcondes de Matos⁶⁰, que, valendo-se da influência política e econômica que exerce na região, buscou canalizar a insatisfação popular

⁵⁹ Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/cidades/noticia/2014/04/pedra-atinge-testa-de-membro-de-ocupacao-amarildo-no-rio-vermelho-eflorianopolis-4479962.html>> Acesso em: 20/04/2014

⁶⁰ O empresário e político Fernando Marcondes de Matos é proprietário do Resort Costão do Santinho e também do Costão Golf Club, este último localizado ao lado do terreno ocupado no Rio Vermelho. Foi Preso em 2008 na operação Dríade da Polícia Federal, como suspeito de participar de um esquema ilegal para a concessão de licenças irregulares e a promoção de problemas ambientais. Marcondes já havia sido detido pela PF durante a Operação Moeda Verde, em março de 2007, quando foi descoberto um esquema de concessão ilegal de licenças ambientais envolvendo funcionários da prefeitura e vereadores de Florianópolis, empresários e funcionários públicos estaduais.

Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/09/17/ult5772u826.jhtm>> Acesso em 12/05/2016

insuflando ainda mais a população, ao exigir pessoalmente a imediata expulsão dos ocupantes do terreno situado ao lado de seu empreendimento.

Mesmo com a coordenação do Movimento buscando criar canais de diálogo com a população por meio de carta e de conversa com representantes da associação de moradores do bairro, o conflito desencadeado acabou tomando proporções críticas, atingindo seu clímax através de eclosão de um enfrentamento direto⁶¹. Impulsionado por forças políticas locais, um grupo de moradores dá início ao confronto, invadindo o terreno em direção aos integrantes da ocupação que, posicionados dentro da área, conseguem garantir a autoproteção do grupo, fazendo com que os moradores recuassem.

Sobre essa questão, conforme os relatos de alguns dos coordenadores que participaram diretamente do planejamento e organização da ação, a tentativa de ocupação no Rio Vermelho não obteve o êxito esperado devido a uma série de falhas e equívocos cometidos, principalmente no que concerne a análise sobre as particularidades do bairro e das forças políticas presentes na região. O fato de terem sido fortemente hostilizados pelos próprios moradores (com forte predomínio de trabalhadores de baixa renda), certamente foi uma das questões que mais chamaram a atenção sobre a falta de se ter “uma noção real” da conjuntura local. Conforme aponta um de seus coordenadores:

⁶¹Disponível em <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/04/moradores-do-rio-vermelho-e-integrantes-da-ocupacao-amarildo-entram-em-confronto-4480374.html>> Acesso em: 18/04/2015.

Talvez tenha sido aí o maior equívoco de todo o grupo que estava fazendo esse processo. A gente não levou em consideração a possibilidade de que talvez a população não aceitasse. Foi trágico porque mostrou um lado pra gente que devemos nos preocupar muito. [...] Independente se foi porque as pessoas não tinham a noção do que é esta luta, ou se foi porque foi pago 200 reais como disseram pra gente. Não interessa. O que interessa é que a gente não tinha noção real do que estava acontecendo ali naquela momento. E a gente aprendeu isso. [...] Esse tipo de coisa acho que é da própria dinâmica do processo de construção de uma ocupação. (Depoimento do Entrevistado 2)

Em virtude do caos instaurado e sem condições de continuarem no terreno, visto que não havia mais nenhuma possibilidade de tentativa de diálogo com a população, lideranças do Movimento acuadas e sem alternativa acabam decidindo pela desocupação da área. Junto à PM, firmam o acordo da imediata retirada e escolta de seus militantes até Maciambu, na Palhoça⁶², onde, de maneira truculenta, os acampados são removidos, tendo a polícia que se utilizar de bombas de efeito moral e balas de borracha como forma de conter o fervor da população local⁶³. Logo após a desocupação do terreno, a bandeira da ocupação é queimada, simbolizando um tipo de comemoração lúgubre, onde os gritos confusos e contraditórios celebravam a conquista da expulsão dos “invasores”.

⁶²Disponível_em:<<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/cidades/noticia/2014/04/integrantes-da-ocupacao-amarildo-aceitam-sair-do-terreno-do-norte-da-ilha-4480402.html>> Acesso em: 18/04/2015

⁶³Disponível_em:<<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2014/04/confronto-violento-entre-invasores-e-moradores-do-norte-da-ilha-foi-monitorado-pelo-governo-4480965.html>> Acesso em: 18/04/2015



Figura 8: Rio Vermelho, abr/2014. Fonte: Charles Guerra.

Com o retorno a Maciambu/Palhoça e sem uma definição quanto às negociações com o INCRA sobre a disponibilidade de uma nova área, dependendo por sua vez da aprovação da comunidade Guarani para continuarem no território, a coordenação do Movimento retorna o diálogo com as lideranças indígenas, reiterando o seu apoio em favor da homologação das terras, juntamente com a possibilidade de permanecerem acampados de forma temporária na TI do Morro dos Cavalos. Mesmo a contragosto da própria FUNAI, conseguem estabelecer um acordo com a comunidade indígena, prontificando-se a deixarem a área num prazo máximo de dois meses. Com o pacto de convivência firmado, criam-se as condições necessárias tanto para a permanência das famílias no local, quanto para a cooperação e ajuda mútua no sentido da luta pela demarcação

das terras em prol dos Guarani. Dessa forma, conseguem adquirir mais tempo para pressionar o INCRA em relação a disponibilização de uma nova área para o grupo de remanescentes da SC-401.

De fato, o período de permanência no Maciambu Pequeno representou, não somente para os seus coordenadores, mas também a todos os envolvidos no processo, como uma das fases mais críticas enfrentada pelo Movimento ao longo de sua trajetória. Nesse sentido, de acordo com os relatos das principais lideranças, esse período ficou marcado pelos impactos negativos oriundos do processo de institucionalização via INCRA, cujos quais acabaram por acarretar em graves prejuízos não só em relação a sua organização e autonomia, mas principalmente pela não viabilização das condições mínimas necessárias à manutenção e permanência das famílias no local. Tal fato foi compreendido de maneira geral por suas lideranças como uma tentativa de desarticulação e estrangulamento do Movimento, conforme apontando no relato de um de seus coordenadores:

A transferência para Maciambu foi traumática. Tivemos perdas gigantescas de famílias ali. [...] Quando chegou o momento de desocupar aquela área [SC-401] e fazer a transferência para Maciambu Pequeno, a gente viu o quanto a institucionalização burguesa consegue impactar verdadeiramente dentro dos movimentos sociais quando a gente faz o processo de institucionalização. Fomos transferidos para uma área que na realidade foi construída exatamente para a gente ser atacado e ao mesmo tempo perder famílias. [...] Foi um processo em que eles [instituições governamentais] conseguiram causar um dano importante ao Movimento. Por que a partir de Maciambu Pequeno nós estávamos sobrevivendo. A gente perdia muitas famílias, mas foi sobrevivendo, literalmente. (Depoimento do Entrevistado 2)

Com o prazo acordado com a comunidade guarani chegando ao fim, numa tentativa de pressionar o INCRA para que houvesse a disponibilidade de uma área para assentamento das famílias, a coordenação organiza no dia 11 de junho, um acampamento na superintendência⁶⁴ do Instituto em São José. Como outro fator de pressão, na semana seguinte, o juiz federal da 6ª Vara de Florianópolis, em audiência realizada em 16 de junho, determina o prazo de 15 dias para a desocupação da terra indígena. Pressionado pelo Movimento como também por determinação judicial, o INCRA propõe nova área, onde por meio da aprovação da coordenação é realizada a transferência no dia 3 de julho de 2014 para um terreno localizado no município de Águas Mornas, na região da grande Florianópolis. Dessa forma, conseguem assegurar o cumprimento do acordo com as lideranças indígenas, adquirindo, por outro lado, uma oportunidade da conquista efetiva da terra a partir da possibilidade futura de assentamento das famílias remanescentes na nova área.

⁶⁴ A ocupação na superintendência do INCRA, que contou com a participação de 40 participantes, teve como objetivo pressionar a Instituição a fim de conseguirem uma nova área para as famílias remanescentes do Movimento. Segundo suas lideranças, tal ação foi decisiva para que o INCRA disponibiliza-se uma nova área na grande Florianópolis com possibilidades reais de assentamento. Segundo relato de um dos coordenadores:

“Durante o Maciambu temos uma ocupação do INCRA. Isso foi determinante para nós estarmos hoje aqui em Águas Mornas. Essa pressão se dá num momento em que o processo emperra, em que o esclarecimento sobre a área da SC401 anda a passos lentos e as determinações que foram tiradas em audiência pública, da qual participaram todos os atores, sejam os entes federados, as instituições públicas, as organizações e o próprio acampamento não foram obedecidas. Então para pressionar, sem outra alternativa, ocupamos a sede do Inbra.” (Depoimento do Entrevistado 3).

2.3 Transferência para o município de Águas Mornas e o processo de assentamento em área rural

Prefeito de Águas Mornas se diz descontente com mudança da ocupação Amarildo para o município. População deve fazer manifestação contra a chegada dos novos moradores.

Hora SC online – 04/07/2014

A transferência de Maciambu/Palhoça para o município de Águas Mornas não ocorre de forma diferente a todo o processo conflituoso verificado em sua curta, porém, intensa trajetória. Organizada pelo próprio prefeito do município, Pedro Garcia (PMDB), o protesto que contou com cerca de 80 pessoas, teve por objetivo a contestação sobre a decisão do INCRA de transferência das famílias do Movimento para Águas Mornas.

Através de uma nota de repúdio (Anexo 5), a prefeitura criticou a postura da instituição sob a justificativa de que a cidade, tendo um nome a zelar, mereceria mais respeito por parte do INCRA, informando, por sua vez, que entraria com as medidas judiciais cabíveis para reverter a situação. Intermediada por uma delegada do município, a discussão possuiu como encaminhamento a condição do estabelecimento de um possível acordo de convivência entre ambas as partes. Superado os primeiros momentos causados, principalmente, por uma rejeição por parte da prefeitura e moradores locais, as famílias remanescentes do Movimento dão entrada à nova área com a perspectiva de conseguirem, enfim, um local com possibilidades concretas para a realização de um assentamento.

2.3.1 Escolha do terreno

Localizado na região do Rio Miguel, no bairro Teresópolis, a área de 138 hectares⁶⁵ destinada às famílias, encontra-se circundada por ponderosos rios e ampla vegetação nativa. Constituído-se como um local rico em recursos hídricos e naturais, o território faz parte da microrregião do parque estadual da Serra do Tabuleiro, considerada como uma das maiores unidades de conservação do Estado de Santa Catarina. Pertencente à região da grande Florianópolis, o município conta com uma população majoritariamente rural, o que contribui para reforçar a sua característica econômica como produtora de alimentos de origem hortifrutigranjeiro, destacando-se, dessa forma, como um dos municípios responsáveis por garantir o abastecimento na região.

Com relação ao processo de definição da área, um dos coordenadores relata que na época da escolha do terreno junto ao INCRA, houve também a alternativa de outras duas áreas, localizadas no município de Mirim Doce e Santa Teresinha (Vale do Itajaí e Norte do Estado, respectivamente). A decisão por Águas Mornas se deu entre outros motivos, pela questão de sua proximidade com a capital.

Vai iniciar um processo em que eles vão trazer três áreas possíveis. Só que uma delas nos chamou a atenção mais que as outras, porque ela era a 50 km de Florianópolis e a gente estava muito preocupado com isso. [...] A gente viu o potencial da questão da água que é brutal nessa área. O potencial na questão

⁶⁵ Segundo informações da coordenação do Movimento, da área total disponibilizada, apenas uma parcela desta (cerca de 40 hectares – informação a ser confirmada) pode ser devidamente utilizada para o plantio, sendo a maior parte caracterizada como área de preservação permanente.

de produção, que era suficiente para poucas famílias aqui.
(Depoimento do Entrevistado 2)

De acordo com o relato de outra liderança, a área escolhida em Águas Mornas, pertencente ao Patrimônio da União e que foi destinada ao INCRA, possui as condições para que seja desenvolvido o projeto agroecológico. Diz ainda que por ter tradição e fazer parte do cinturão verde de alimentos da grande Florianópolis, a área traz em si todo o potencial necessário para que se coloque em prática o objetivo de se produzir alimentos orgânicos na região, constituindo-se assim numa viabilidade concreta para execução do projeto de Reforma Agrária Popular.

2.3.2 Primeiro ano da Comuna Amarildo em Águas Mornas

Os primeiros meses de permanência na nova área se apresentaram, de fato, como uma prova de resistência para o pequeno grupo de famílias remanescentes. Enfrentando uma série de dificuldades, desde a falta de energia elétrica, de infraestrutura adequada para a construção de moradias, condições precárias de mobilidade, até questões relacionadas diretamente com a captação de recursos para o desenvolvimento das atividades produtivas do acampamento, as menos de 20 famílias que se transferiram para Águas Mornas foram aos poucos deixando o local, e dessa forma, reduzindo ainda mais a base social do Movimento.

Mesmo diante de tais adversidades, as poucas famílias que permaneceram na Comuna continuaram resistindo, buscando, ao seu modo, criar as condições necessárias para a manutenção e sobrevivência do acampamento. Contando com o apoio vindo de estudantes e professores da

UFSC e UDESC através do desenvolvimento de projetos de extensão, foram realizadas uma série de atividades envolvendo mutirões e oficinas temáticas, a fim de proporcionar aos acampados uma troca de conhecimentos a partir de espaços de discussão e formação.

Mesmo diante das dificuldades impostas, o primeiro ano⁶⁶ da Comuna em Águas Mornas foi marcado pelo desenvolvimento de significativos trabalhos. A partir de certa dedicação e apoio, as ações coletivas tiveram como resultado a implantação de estufas, criação de galinheiro coletivo, construção de área comunitária para alimentação e reuniões, além de doações de mudas para plantação de vegetais e verduras orgânicas que, mesmo diante dos poucos recursos disponíveis, conseguiram não só garantir a alimentação mínima às famílias, como também produzir, naquele tempo, um pequeno excedente para comercialização em feiras comunitárias da grande Florianópolis.

⁶⁶ Em comemoração ao aniversário de 01 ano, o Movimento promove no dia 3 de julho de 2015 o evento de confraternização “Colhendo os frutos da luta”. Reunindo amigos e apoiadores durante um final de semana, as atividades realizadas incluíram a divulgação do documentário da trajetória do Movimento e almoço coletivo com os produtos colhidos do próprio acampamento.

Disponível em: < <https://medium.com/@midiamaruim/comuna-amarildo-de-souza-9e2d691f6776#.tohqdts0p> > Acesso em: 05/07/2015
Documentário “Colhendo os frutos da luta!” You Tube vídeo, 47:06. Publicado por “Maurício Souza”, Julho 07, 2015. <https://www.youtube.com/watch?v=dZJShEl2bt8>



Figura 9: Festa de um ano da Comuna em Águas Mornas/SC, dez/2015. Fonte: Rafael Venuto

2.3.3 Conflitos internos e a desestruturação da organização política do Movimento

Embora tenham resistido de forma notável às inúmeras adversidades encontradas durante o primeiro ano do agora denominado “Acampamento Amarildo de Souza⁶⁷”, o grupo de famílias remanescente, além da própria situação de precariedade material e de recursos, passa

⁶⁷ A mudança para “Acampamento” foi justificada por seus coordenadores tendo em vista o questionamento do termo “Comuna” por parte das famílias remanescentes. Ao gerar conflitos sobre seu entendimento, optou-se por mudar a denominação com o intuito de trazer uma proposta mais próxima da fase atual do Movimento, assim como da perspectiva de seus atuais participantes.

também a enfrentar sérias dificuldades nas práticas e dinâmicas de suas relações internas. Fruto do grande desgaste sofrido por sua militância ao longo de toda a sua trajetória, intensificado ainda mais pelas condições precárias vivenciadas em Águas Mornas, tal processo conflituoso é desencadeado por uma série de desentendimentos e divergências envolvendo suas lideranças e coordenadores, assim como também suas próprias famílias, fator que acaba acarretando em graves prejuízos a continuidade do modelo de organização adotado pelo Acampamento.

Os problemas começaram a ocorrer. Eles ficaram claros tanto pra frente de apoio, quanto pra militância de Florianópolis. Aí a gente começou a ter esses pequenos problemas que foram crescendo e se tornando grandes. E cada vez que aconteciam, se tornavam piores aqui dentro. Por que isso impacta diretamente numa visão obreirista dentro da área, onde quem sabe mais é quem carpina, quem sabe é quem tá na enxada. [...] Essa linha foi defendida aqui dentro. [...] O que aconteceu nessa área aqui, é que a gente veio e seguiu para um caminho que tinha essa característica obreirista. E aí, tudo que acontecia lá fora não era nada, porque quem fazia revolução era a gente. E isso é consequência do fechar. [...] E isso teve uma consequência drástica tanto nas frentes de apoio quanto nas relações internas. E hoje, nessa nova era do Amarildo a gente está tentando acabar exatamente com o obreirismo e sente muita dificuldade, porque as pessoas pegaram muito essa característica. [...] Pra mim, estava ficando cada vez mais claro que a gente estava seguindo para um modelo que, ou iria terminar aqui com três pessoas, ou iria acabar como quase acabou. (Depoimento do Entrevistado 2)

Os posicionamentos divergentes diante dos princípios políticos e das práticas de organização interna começam a se intensificar, agravando-se ainda mais a partir de certas posturas e condutas adotadas por alguns de seus integrantes, trazendo como consequência direta uma acentuação dos conflitos de ordem pessoal, o que acabou comprometendo

consideravelmente a própria convivência e coesão interna do grupo, tendo como desfecho no dia 8 de novembro de 2015, - em Assembleia extraordinária, por decisão da maioria lavrada em ata e com as devidas justificativas – a determinação pela expulsão de Rui Fernando da Silva Júnior e família.

Considerado uma das principais lideranças do Movimento, a sua saída produz um impacto significativo e ao mesmo tempo sintomático, tanto para a forma de organização interna instituída anteriormente, como também nas relações externas estabelecidas com as redes de apoio do acampamento. Tal fato pode ser considerado como de extrema complexidade e importância, uma vez que carrega indícios explícitos de deterioração do modelo político adotado pelo núcleo duro desde seu surgimento, o que acaba, por outro lado, colaborando significativamente para uma intensificação do processo de desestruturação de sua organização política. Como apontado no relato de um dos coordenadores atuais:

[...] quando chegamos aqui nós tínhamos 25. Das 25, perdemos 10 nas primeiras semanas, ficando com 15. E aí, internamente as coisas, exatamente por esta questão obreirista, começaram a ficar impraticáveis. [...] Até que a gente chega nesse processo de deterioração. No que a gente teve graves problemas internos dentro da Brigada Marighella, especificamente. [...] A Marighella estava passando por uma situação difícil por que ela já não estava mais existindo como organização. (Depoimento do Entrevistado 2)

O processo decorrente da desestruturação da organização do acampamento traz como resultado imediato, não só a perda da referência política, mas sobretudo, a dissolução da Brigada Mariguella enquanto núcleo político central do Movimento, assim como do próprio modelo de

organização política apoiado numa concepção de vanguarda. Como consequência disso, o acampamento acaba perdendo notavelmente a capacidade de arregimentação e mobilização de novas famílias, inviabilizando, por outro lado, a possibilidade de manutenção da rede de apoio, fator que acabou comprometendo de maneira considerável a continuidade de seu projeto político, assim como do próprio acampamento.

Em relação à perspectiva política atual, a coordenação vem trabalhando no sentido de criar as condições necessárias a fim de promover uma reestruturação, tanto das formas organizativas quanto de suas práticas e princípios políticos norteadores. De acordo com um dos coordenadores atuais, nessa nova fase do acampamento, a coordenação tem se dedicado principalmente em realizar uma autoavaliação crítica, cuja qual tem se pautado na necessidade de superação daquilo que foi identificado como uma das principais falhas e equívocos cometidos, qual seja, o da concepção personalista e obreirista adotadas pelo formato organizativo anterior.

Salienta por fim que, com o retorno do PCB como organização de apoio, começa-se a retomar as articulações com a extinta rede de apoiadores na intenção de buscar dar sequência aos trabalhos interrompidos e, dessa maneira, dar continuidade a proposta de reestruturação das relações internas e externas do Movimento.

2.3.4 Momento atual do Acampamento

Passado quase dois anos da chegada das famílias em Águas Mornas, os problemas e dificuldades não somente permaneceram como visivelmente se acentuaram. Agravadas pela ocorrência dos conflitos internos e da desestruturação de sua organização política, o pequeno grupo de famílias⁶⁸ continua vivendo ainda de maneira extremamente precarizada. Sem as condições adequadas de acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços básicos, a permanência no local se torna cada vez mais difícil de ser sustentada. Dispondo de poucos recursos para a própria sobrevivência, sofrendo com o descaso institucional e com sua rede de apoio desarticulada, a condição atual do Acampamento é, senão outra, a da luta e resistência diária por sua sobrevivência no local.

A falta de acesso à energia elétrica é ainda um dos grandes problemas enfrentados pelos acampados. Trazendo prejuízos de toda sorte, tanto para as funções domésticas como laboriosas, a sua ausência compromete sobremaneira as condições de produção e reprodução de existência das poucas famílias no acampamento. Negada pelo poder público local, assim como pelo próprio INCRA por meio de imposições burocráticas, a busca pela obtenção de energia se apresenta hoje como uma das demandas prioritárias para a continuidade das famílias na área.

Outro fator preponderante diz respeito à organicidade atual do acampamento que, diante da nova configuração, trouxe mudanças significativas do modelo adotado à época da ocupação na SC-401. Tendo a necessidade de se adaptar a nova conjuntura pelo fato de não contarem mais

⁶⁸ Atualmente o Acampamento conta com cerca de oito famílias inscritas no cadastro do INCRA para fins de assentamento na área.

com a sua antiga base social, atualmente sua organização encontra-se estruturada através da figura de coordenadores gerais, que juntos as demais famílias remanescentes deliberam de maneira coletiva sobre todas as demandas e tarefas gerais do acampamento.

Atualmente a coordenação e o grupo de famílias concentram seus esforços na elaboração de um projeto para o desenvolvimento das capacidades produtivas do acampamento, visando garantir, principalmente, as condições necessárias para promoverem a soberania alimentar das famílias e a autossuficiência do grupo como um todo. Contando com apoio de entidades filantrópicas, já conseguiram viabilizar a construção de um galinheiro coletivo e hoje buscam financiamento para a construção de um apiário. Contudo, o principal objetivo continua sendo o da consolidação do assentamento, que passa pela elaboração de um estudo de viabilidade técnica (EVT) e posteriormente da construção de um Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Nas palavras de um dos coordenadores:

Estamos na construção do PDS e do EVT da área. A gente quer criar o primeiro PDS do Estado de Santa Catarina. Nossa ideia é criar o primeiro PDS com uma visão agroecológica. [...] Queremos trabalhar com uma ideia de que se tenha uma nova relação de trabalho. [...] criar áreas autônomas e autossuficientes, que possam trazer um exemplo para a população de que existe a possibilidade de você também estar, não desvinculado do modo de produção capitalista, mas rompendo com muitas das exigências dele no sentido desse processo quase análogo à escravidão. (Depoimento do Entrevistado 2)

Em suma, a possibilidade de consolidação do acampamento agora depende da aprovação do EVT encaminhado ao INCRA no dia 10 maio de 2016. O momento atual é de expectativa quanto a criação da portaria do

assentamento, bem como da perspectiva de conseguirem subsídios e principalmente novas famílias para poderem, de fato, terem condições para dar desenvolvimento e sequência nos trabalhos. Apesar das grandes adversidades enfrentadas até aqui, as famílias remanescentes continuam resistindo à falta de eletricidade⁶⁹, aos poucos recursos de infraestrutura, aos barracões improvisados, a alimentação precária, a segregação socioespacial, ao descaso do poder público, enfim, a toda sorte de dificuldades que os acompanharam por toda a sua trajetória e que, de certo modo, ainda persistem. Cientes de que não foi fácil chegarem até aqui, as poucas famílias acampadas continuam acreditando na possibilidade de uma vida melhor. A bandeira vermelha hasteada na entrada do Acampamento Amarildo traz para o momento atual a continuidade e perseverança da luta iniciada em 2013 por “Terra, Trabalho e Teto”. Acreditam que enquanto existir esse espaço, a sua reivindicação por Reforma Agrária Popular na região da grande Florianópolis encontrará guarida, pois na perspectiva daqueles que permanecem, a utopia ainda resiste e a luta continua firme.

⁶⁹ Em 22/12/2016, dia da defesa do presente trabalho, recebemos com entusiasmo e a informação sobre o início do processo de instalação da eletricidade no acampamento, tendo a oportunidade de visualizar, através de registro fotográfico, os primeiros postes de luz indo em direção aos Amarildo.

3. COMPOSIÇÃO SOCIAL, PROJETO POLÍTICO E REDE DE APOIO DO MOVIMENTO AMARILDO

O processo de apreensão dos principais elementos constituintes do formato de organização adotado pelo Movimento de Ocupação Amarello se apresentam como questões fundamentais para uma reflexão, a partir de uma análise relacional entre suas partes, daquilo que compreenderia tanto os objetivos, quanto as forças sociais que se mobilizaram diante da proposta de concretização de seu projeto político. Nesse sentido, considerar a importância da investigação sobre a origem e formação de sua composição social, bem como do conteúdo político-ideológico presente em seu projeto, se constituem como elementos essenciais para uma maior verificação acerca dos principais aspectos referentes à práxis do Movimento.

De acordo com a literatura, a forma de organização adotada por um movimento social pode ser entendida como a expressão mais visível de sua práxis. Nesse sentido, “o importante não é o fato de uma organização ser formal ou informal, mas saber como ela se estabelece, com se articula em relação às suas bases, qual sua direção, que sentido estabelece para o movimento” (GOHN, 1991, p.40). No entanto, segundo a autora, para que se possa precisar tal condição, se faz necessário antes investigar sua natureza, o que implica por um lado, na decomposição de sua aparente unidade e, por outro, na reconstrução de seus principais elementos constitutivos.

Diante dessa perspectiva, o presente capítulo propõe-se a analisar a origem e a composição da base social, sua vinculação junto ao projeto de Reforma Agrária Popular, assim como das forças sociais que deram sustentação ao Movimento. Para tanto, lançamos mão do uso de três

proposições⁷⁰ que, de acordo com Galvão (2011), nos permitem apresentar uma análise marxista dos movimentos sociais, a saber: a posição de classe dos participantes do Movimento; a sua condição pluriclassista ou (policlassista); e a centralidade da oposição capital/trabalho. Desse modo, a partir da articulação entre as três categorias analíticas e dos processos oriundos de sua práxis, procuraremos analisar o conjunto de elementos mais significativos, dos quais nos possam trazer contribuições para uma reflexão crítica acerca dos principais problemas, dificuldades e desafios colocados ao Movimento Amarelado durante toda a sua trajetória.

⁷⁰ Segundo a autora, “[...] uma primeira proposição para uma definição marxista dos movimentos sociais: é possível relacionar a eclosão desses movimentos à posição de classes de seus participantes. A relação entre classes e movimentos sociais pode ser apontada pelo analista, ainda que esse elemento não apareça claramente no discurso dos movimentos (que podem não se ver como um movimento de classe, nem considerar suas demandas como demandas de classe – e sim culturais, identitárias, como afirmam as teorias dos novos movimentos sociais e do reconhecimento). A segunda proposição, relacionada à primeira, é que os movimentos não são necessariamente uniclassistas, mas pluriclassistas (ou policlassistas), já que estamos considerando classes em sentido amplo, incluindo classes médias e camponeses no âmbito das lutas dos trabalhadores. Como as classes não são homogêneas, os movimentos também não o são, nem do ponto de vista de sua composição, nem de suas demandas.” (GALVÃO, 2011, p.113).

“[...] a terceira proposição para uma análise marxista dos movimentos sociais: embora nem todo conflito se reduza ao conflito de classe, ‘todo movimento social, em sua especificidade mesma, não pode ser compreendido sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas’ (Béroud ET al., 1998, p.58), centralidade essa que ultrapassa as fronteiras da empresa (Vakaloulis, 2003). Trata-se, pois, de pensar a possibilidade estrutural da ação coletiva, ‘as articulações e as sobreposições entre os conflitos do trabalho e os mais transversais’ (Mouriaux; Béroud, 2005, p.166) (GALVÃO, 2011, p.118-119).

3.1 Composição Social

De acordo com Lorena, para se apreender a origem e formação da base social de um Movimento, se faz necessário uma análise sobre as características distintivas presente na atual morfologia das classes trabalhadoras, “uma vez que esta sofreu grandes alterações em decorrência das metamorfoses do capitalismo contemporâneo com a adoção do neoliberalismo e da reestruturação produtiva” (LORENA, 2012, p.137-138). Tais alterações provocadas pelas políticas neoliberais acarretaram numa maior precarização das condições de vida das classes trabalhadoras nas cidades, a partir do processo de intensificação da exploração e da expropriação dos trabalhadores rurais, que se somaram ao grande contingente do proletariado urbano presentes nas regiões economicamente mais desenvolvidas do país. De acordo com o autor:

O neoliberalismo, portanto, agregou, ao processo de intensificação crescente da exploração no campo que se dava com a consolidação e o desenvolvimento do agronegócio, o aumento das taxas de exploração e a degradação das condições de vida dos trabalhadores urbanos, num contexto de aumento da pobreza, da precarização do trabalho, do desemprego estrutural, de diminuição dos benefícios sociais, etc. (LORENA, 2012, p.92)

E ainda:

Dessa forma, compreender os nexos que explicam a conformação atual da classe trabalhadora em seus diversos aspectos, sob o marco do aumento da exploração do trabalho (e de sua precarização) e os efeitos dessas transformações sobre a condição social desses trabalhadores é tarefa indispensável para se entender a composição da base social do Movimento. (LORENA, 2012, p.138)

Desse modo, para uma análise da conformação assumida pela base social do Movimento Amarelado, é importante que se leve em consideração, - como aponta Lorena, referindo-se a base social do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto -, as transformações decorrentes da imposição da agenda neoliberal no Brasil, e suas consequências diretas sobre a condição social dos segmentos mais pauperizados das classes trabalhadoras de origem rural e urbana, essas que atualmente ajudam a compor o exército industrial de reserva⁷¹ existente nas principais regiões metropolitanas do país. Essa população, apartada do trabalho formal nas cidades, subempregada, informalizada ou até mesmo desempregada, pode ser compreendida como a base social constituinte dos atuais movimentos sociais dos “sem” terra e teto.

3.1.1 Origem das famílias do Movimento

No que diz respeito especificamente a sua composição social, constituída principalmente durante o processo de ocupação na SC-401, há de se levar antes em consideração as particularidades próprias da conformação socioespacial das classes trabalhadores da região da grande Florianópolis. Isso significa considerar a existência da singularidade dos processos referentes aos fluxos de migração interna, das condições precárias de trabalho e, obviamente, da situação atual de moradia dos segmentos mais pauperizados existentes a partir de tal conjuntura.

⁷¹ “A existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva.” (BOTTOMORE, 2012, p.213)

Como dito anteriormente, as questões referentes ao problema habitacional verificado na região nos coloca sob a perspectiva de análise acerca dos principais fatores ligados diretamente a condição precária de moradia e segregação, cuja qual se encontra grande contingente de famílias presentes em Florianópolis e nos principais municípios de seu entorno. Contabilizando cerca de 32 mil domicílios pertencentes ao déficit habitacional na RGF (15 mil somente na capital catarinense), além do cadastro da prefeitura de Florianópolis, onde constam mais de 15 mil famílias a espera de moradia, o que podemos presumir aqui, é justamente a presença de um número expressivo de famílias que apresentam em si - pelo fato de se constituírem como provável parcela do déficit habitacional e do cadastro da prefeitura para fins de moradia – possibilidades de serem compreendidas como parte da população presente nas recentes ocupações da região.

No que concerne a composição assumida pela base social do Movimento Amarelado, as únicas informações obtidas pela pesquisa dizem respeito a procedência da origem das famílias presentes no período da ocupação do terreno da SC-401. A partir da sistematização dos dados contidos no cadastro oficial⁷² elaborado pela superintendência do INCRA, chegou-se a uma possibilidade de análise sobre a região de origem das

⁷² O cadastro do INCRA contou com um número total de 489 famílias. Foram retirados de uma lista de pré-cadastro (cerca de 725 cadastros familiares realizados na época da ocupação da SC-401) fornecida pela coordenação do Movimento à superintendência do Instituto. Entre outros fatores, o cadastro considerou a procedência do trabalho no campo, renda e condição de moradia atual das famílias. Cadastro sistematizado gentilmente cedido a este trabalho pelo grupo de pesquisa *“Reconfigurações da segregação urbana: trabalho, moradia e pobreza na grande Florianópolis”* da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), sob coordenação do Professor Francisco Canella.

famílias, tanto do próprio Estado de Santa Catarina como também das oriundas dos mais diversos Estados brasileiros.

Desse modo, pôde-se verificar, conforme apontam os números apresentados na figura 10 (famílias por região do Brasil), que 338 famílias (70%) do total de 489 cadastradas na época da ocupação da SC-401, teriam como procedência de origem a região Sul do Brasil. Desse total, 180 famílias seriam originárias do Estado de Santa Catarina, 92 do Paraná e 66 do Rio Grande do Sul. O nordeste ganha significativo destaque, ao apresentar-se como a segunda maior região de origem, possuindo cerca de 82 famílias ou 18% do total, seguida pela região Sudeste, com 34 famílias (7%), região Norte com 13 famílias (3%), ficando por último a região Centro Oeste com 6 famílias (1%). Inclui-se a esses números as 14 famílias de origem não identificada e 2 com naturalidade estrangeira (Uruguai e Argentina).

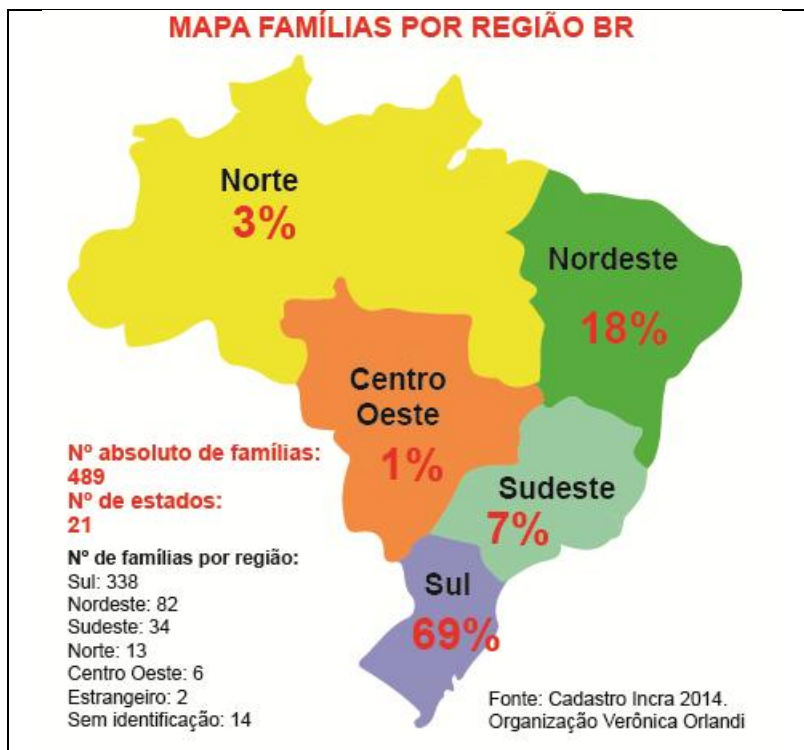


Figura 10: Famílias por Região Brasil. Fonte: Cadastro Incra 2014. Elaboração: Verônica Orlandi

Sobre a procedência de origem das famílias catarinenses, essas que por sua vez apresentaram-se de forma majoritária no cadastro do INCRA, observou-se, através dos números contidos na figura 11 (famílias por região de Santa Catarina) que, das 180 famílias provenientes do Estado, 71 delas ou (40%), eram originárias da própria região da grande Florianópolis (60 famílias de Florianópolis e 10 de São José). Ou seja, chega-se a importante constatação de que uma considerável parcela das famílias catarinenses tinha com procedência de origem a própria capital do Estado.

Por fim, completam os números as 46 famílias (25%) oriundas do Planalto Serrano, 43 famílias (24%) do Oeste, 9 famílias (5%) do Vale do Itajaí, 7 ou (4%) das famílias da região Sul, restando apenas 4 famílias (2%) com origem na região Norte do Estado.

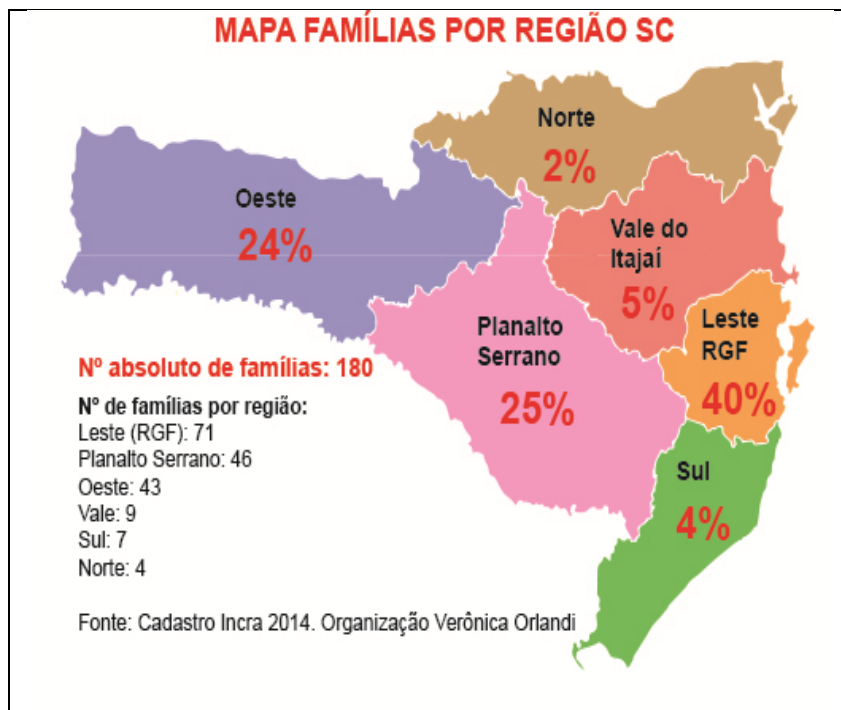


Figura 11: Famílias por Região SC. Fonte: Cadastro Inbra 2014. Elaboração: Verônica Orlandi

A partir dos dados apresentados, o que podemos verificar é a ocorrência do forte predomínio das famílias oriundas do Sul do país, com grande destaque para o Estado de Santa Catarina, particularmente para a região Leste, compreendida pela grande Florianópolis, região de atuação do

Movimento. Por outro lado, abre-se a possibilidade de verificação de outro fator relevante, a partir da constatação da existência de 50% das famílias catarinenses possuírem procedência de origem nas regiões do Oeste e Planalto Serrano, regiões com forte predomínio das atividades agrícolas, mais especificamente da produção agropecuária⁷³. Essa aparente confluência entre possíveis fatores de origem rural e urbana acaba suscitando questionamentos acerca da singularidade tomada pela base social formada na época da ocupação da SC-401.

3.1.2 De sem-terra à condição de sem-teto

O processo de intensificação da exploração do campo e a consequente degradação das condições de vida dos trabalhadores rurais, podem ser analisados também através dos processos migratórios no Brasil. Segundo Goldfarb, o que ajuda a explicar a saída dos trabalhadores do campo para a cidade, diz respeito a fatores que se relacionam diretamente com a mecanização das atividades agrícolas (impulsionado pelo desenvolvimento do agronegócio), a oferta de empregos urbanos e a sua

⁷³ Fachinello e Santos Filho (2010) destacam algumas características econômicas regionais “[...]. A região Oeste é tida como a principal região agrícola, de forte predominância da pequena propriedade, sendo que nela se concentra praticamente 50% da produção agropecuária, com destaque para a produção animal e a lavoura temporária. [...] Por sua vez, a região Serrana, formada de médias e grandes propriedades agrícolas, teve a pecuária extensiva e o extrativismo madeireiro como base econômica, por muitos anos. Porém, nos últimos anos, o reflorestamento ganhou importante espaço, principalmente por fornecer matéria-prima para a indústria local de papel e celulose e móveis. Nesta região, também tem-se verificado a extensão agrícola através da produção de soja, alho e maçã”.(FACHINELLO; SANTOS, 2010, P.178-180)

falta no meio rural, bem como o fechamento das fronteiras agrícolas através do impedimento do acesso a terra ao trabalhador do campo, seja por meios burocráticos, através do uso da força policial ou mesmo pelo aumento do preço da terra rural (Goldfarb, 2011).

Tendo em vista a constante expansão socioespacial das regiões metropolitanas brasileiras ocorridas nas últimas três décadas, o que se pode observar é a incidência do fluxo migratório direcionando-se de forma intensa para o entorno e não diretamente aos centros urbanos, tendo como consequência um processo de periferização do aumento demográfico metropolitano (Lima, 2004). Tal fator contribuiu de maneira significativa para que grande parcela das classes trabalhadoras migrantes residisse em áreas periféricas distantes dos núcleos mais urbanizados, com péssimas condições de moradia e sem o acesso a equipamentos urbanos básicos, fato que acabou colaborando sobremaneira para o incremento do contingente de famílias constituintes do déficit habitacional nas regiões mais urbanizadas do país.

Ademais, já nos é possível notar, diante da correlação dos fatores que foram apresentados, a constituição de uma massa marginalizada que compõe o cenário atual das grandes regiões metropolitanas. Essa população, que em grande parte pode ser identificada a partir de certas características distintivas, dadas principalmente por sua condição de extrema precariedade de trabalho e moradia nos grandes centros urbanos, aparece-nos como a população mais expressiva para ser compreendida atualmente como categoria de sem-teto.

Essa prerrogativa nos coloca em questão as possibilidades concretas para se pensar na existência dessas famílias como uma condição fundamental no tocante a composição da base social dos atuais movimentos

sociais urbanos. Oriundas dos segmentos mais empobrecidos das classes trabalhadoras, esse contingente populacional que atualmente faz engrossar o déficit habitacional brasileiro, adquire feições mais sólidas quando verificadas a procedência e os motivos da migração campo-cidade (forçada ou espontânea), as condições de trabalho e renda, de educação, localização e situação de moradia, acesso aos equipamentos urbanos, etc.

Assim, para que sejam compreendidos enquanto sem-teto⁷⁴, levando-se em consideração suas condições objetivas que já são capazes de determiná-los enquanto tal, cabe-nos avaliar a questão colocada por Goulart, quando diz que somente passam efetivamente a essa condição a partir do momento em que assumem a identidade através de sua participação nos movimentos sociais de luta por moradia. Como nos mostra a autora:

Assim, os sem-teto podem ser provenientes de diversas situações de moradia e de trabalho. Podem vir da população em situação de rua, de famílias conviventes, de moradores de habitações inadequadas, de famílias com ônus excessivo da renda com aluguel, etc, mas passam a ser sem-teto quando assumem-se enquanto tal e isso acontece no interior do movimento por moradia. Não ter casa não é, portanto, sinônimo de ser sem-teto. (GOULART, 2011, p.65)

⁷⁴ De acordo com Goulart “Os sem-teto, por sua vez, apenas existem enquanto realidade empírica e categoria analítica a partir do momento em que levamos em consideração tanto suas condições objetivas quanto a sua construção enquanto agente político” (GOULART apud OLIVEIRA, 2011, p.64). Segundo a autora “[...] Embora concordemos com o critério adotado, discordamos que os sem-teto existam como realidade empírica apenas quando organizados”. Ressalta ainda que “ao contrário, sua existência se dá como resultado das relações sociais em uma determinada formação social e existem antes mesmo de sua organização política”. (GOULART, 2011, p.64).

Entende-se que essa perspectiva de análise também possa ser aplicável à condição de sem-terra, uma vez que, antes mesmo de assumirem-se enquanto tal, já existam a partir das condições objetivas que os estabelecem.

De fato, o que se pretende considerar como hipótese nesse caso, é que grande parte dessa população marginalizada, oriunda do êxodo rural, estaria passando da condição de sem-terra para sem-teto. Ao saírem do campo em busca de melhores condições de vida (visto sua condição objetiva anterior enquanto sem-terra), deixam para trás a possibilidade de sua inclusão na luta por reforma agrária (contra o grande latifúndio e o agronegócio), passando assim a engrossarem os números do déficit habitacional das metrópoles.

Esse processo faz com que essa população migrante acabe se aproximando da luta pelo direito à cidade (equipamentos e serviços essenciais como saneamento básico, escolas, hospitais, transporte, etc.) e conseqüentemente por moradia (contra o capital imobiliário e o processo de segregação socioespacial), ou seja, da pauta estabelecida pelos movimentos sociais urbanos em defesa das políticas sociais de habitação popular. Não é por acaso que a nova proposta de Reforma Agrária do MST propõe, como veremos mais adiante, a massificação da luta pela terra através da inclusão e participação dos trabalhadores urbanos, muitos desses que, devido ao processo de migração campo-cidade, acabam por constituírem-se enquanto pretensa base social do MST nos perímetros urbanos. Ou seja, a luta por Reforma Agrária adquire novos contornos e desafios, impondo por sua vez a necessidade do estabelecimento de novas formas de ação e organização da luta.

A criação do MST é, portanto, resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da industrialização e da oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade. Porém, sua consolidação se dá num novo momento, quando o país reafirma sua opção por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas.

Muda a base social que compõe o Movimento e sua forma de ação, com repercussões sobre sua identidade. O MST tem desenvolvido, cada vez mais, ações de formação e recrutamento também entre trabalhadores pobres residentes nas grandes cidades e se envolvido com lutas anti-sistêmicas em diversos níveis. (MATOS, 2006 apud GOLDFARB, 2006, p.129)

De fato, pode-se considerar que é a partir da conjuntura de crise e pobreza urbana que emergem segmentos cada vez mais numerosos que passam a viver de forma degradante nas grandes cidades, apresentando por sua vez demandas sociais urgentes. Assim, podemos verificar, por um lado, a importância para os movimentos sociais (do campo e da cidade) da possibilidade/necessidade de arregimentação das massas de migrantes marginalizados, além das populações já consolidadas nas periferias urbanas. Por outro lado, isso não significa dizer que a importância da pauta de luta por Reforma Agrária no país esteja agora subjugada a luta urbana. Certamente ela começa a adquirir novas características em relação às estratégias de conformação da sua base social, passando também a atuar nas regiões metropolitanas do país.

3.1.3 A ideia de “heterogeneização do sujeito da luta por Reforma Agrária”

Entre as novas configurações existentes na atual luta por Reforma Agrária no país, apresenta-se como expressiva as experiências protagonizadas pelas Comunas da Terra. Considerada como uma nova forma de assentamento rural que, desde o ano de 2001, vem sendo realizada pelo MST da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), destaca-se pela busca da constituição de uma base social heterogênea, composta principalmente por segmentos pauperizados das classes trabalhadoras de

origem urbana e rural, com destaque para as famílias com trajetória recente de vida nas regiões metropolitanas. Partindo do objetivo de atuação no contexto urbano, as Comunas procuram, antes de tudo, promoverem o acirramento da disputa pelos espaços privilegiados com o capital imobiliário e industrial a partir da promoção de ocupações em terras urbanizadas (Goldfarb, 2011).

Sobre a incorporação de novos sujeitos junto à luta por Reforma Agrária no país, Lima (2004) aponta para o fato de que devido ao forte incremento de tecnologia tanto no campo quanto na cidade, muitos dos trabalhadores assalariados que ainda conseguiam manter as condições mínimas para sua reprodução enquanto força de trabalho, passam a encontrar enormes dificuldades de manterem-se no emprego formal. Nesse sentido, a possibilidade de luta pela terra acaba surgindo como forma de aglutinar trabalhadores do meio rural e urbano em contraposição e como resistência direta as degradantes condições de vida das massas expropriadas e espoliadas. Como nos coloca a autora:

Provavelmente por esta razão, a luta pela terra, no presente, possui um perfil ímpar, capaz de, potencialmente, aglutinar trabalhadores rurais e urbanos. O desemprego, a carência de habitação e a necessidade de serviços urbanos, fazem com que o acesso a terra surja como uma alternativa para o suprimento das necessidades básicas de reprodução para um segmento da classe trabalhadora que resiste à lumpenização. (LIMA, 2004, p.162).

No tocante a composição da base social das Comunas, verifica-se a preocupação da busca por uma inovação das estratégias visando uma “massificação” da luta por reforma agrária no país. Ao arregimentar segmentos dispersos de trabalhadores presentes nas periferias da região

metropolitana de São Paulo, as Comunas procuram estabelecer uma conformação que traz, segundo Goldfarb, as possibilidades para se pensar num processo de “heterogeneização do sujeito da luta por reforma agrária” no país.

O que vem acontecendo é uma ampliação nessa estratégia por parte de setores do MST, ainda centrados no estado de São Paulo, que enxergam na aproximação dos grandes centros urbanos, a possibilidade de “massificação”, isto é, de aumentar o número de pessoas envolvidas na luta por terra, o que não exclui a luta realizada nos latifúndios do interior do estado. [...] Assim, o trabalho de base do MST que arremonta trabalhadores para os acampamentos passou a ser realizado nas periferias das cidades, pequenas e médias e, mais tarde, também nas grandes. Estamos presenciando a *heterogeneização do sujeito da luta pela reforma agrária*. Além do posseiro expulso, o boia-fria, e, além deste, o desempregado urbano, filho de agricultores migrantes etc. (GOLDFARB, 2011, p.81 Grifo nosso)

Pelo fato de buscar identificar outros sujeitos da Reforma Agrária, nota-se uma conformação cada vez mais heterogênea ao incluir segmentos compostos tanto por famílias de origem urbana, quanto por aquelas que apresentam aspectos culturais oriundos da vida camponesa, mas que, por terem já adquirido certa vivência nas metrópoles, acabaram também por incorporar práticas e valores provenientes do mundo urbano, abandonando muitas vezes a perspectiva de retorno ao meio rural (levando em consideração a falta de oportunidade de trabalho e de infraestrutura em muitos dos municípios rurais do Brasil). Nesse sentido, pode-se notar que o projeto de Reforma Agrária proposto pelas Comunas da Terra não se resume mais na figura do camponês sem-terra, apresentando por sua vez outros segmentos sociais como o “trabalhador proletário, rural ou urbano, os subproletarizados, os desempregados e todos os demais trabalhadores

subempregados. Há muito que o sem-terra mobilizado na luta por reforma agrária não é mais o mesmo” (GOLDFARB, 2011, p.82 e 83).

A partir do conjunto de elementos que foram apresentados acerca da composição social do Movimento Amarildo, ganha lugar de destaque algumas das questões que, por possuírem uma relação mais direta com a proposta singular estabelecida pelo projeto político, acabam assumindo maior relevância sobre os principais aspectos relacionados a conformação adotada por sua base social. Uma delas certamente diz respeito as similaridades que carrega junto as experiências protagonizadas pelas Comunas da Terra.

Ao propor massificar a luta por Reforma Agrária na região, a partir da tentativa de constituição de uma base social de cunho heterogêneo (com a proposta de união entre as bandeiras de luta do campo e cidade), bem como também da sua disposição em promover o acirramento da disputa pelos espaços privilegiados com o capital imobiliário através da ocupação da SC-401, o Movimento Amarildo acaba trazendo consideráveis semelhanças com a proposta do MST atuante na RMSP, principalmente, no que concerne a ideia da *hetogeneização do sujeito da luta por Reforma Agrária*.

No entanto, deve-se atentar para as singularidades específicas das regiões onde tais projetos ocorreram. Assim, impõe-se a necessidade de se levar em consideração as diferenças existentes entre a RMSP, onde ocorreram as experiências das Comunas da Terra (em cidades de pequeno e médio porte, localizadas próximas a áreas mais urbanizadas), e a conjuntura

singular verificada a partir da grande Florianópolis⁷⁵ (com destaque para a capital catarinense, onde o capital imobiliário e seus gestores exercem grande poder de influência devido, principalmente, a tentativa de afirmação enquanto “A Capital Turística do Mercosul”⁷⁶).

De fato, todas as ponderações realizadas até aqui sobre os aspectos considerados mais relevantes da composição social, contribuem para chegarmos a uma primeira consideração acerca da análise dos movimentos sociais a partir da proposição sobre a **posição de classe dos participantes do Movimento**. Dessa forma, podemos notar que a conformação singular tomada pela base social do Movimento Amarildo, apontou para uma composição marcada pela presença majoritária dos segmentos mais pauperizados das classes trabalhadoras da grande Florianópolis.

⁷⁵ Ao estabelecer novas perspectivas de ação, o Movimento abre para a possibilidade de ampliação da luta por Reforma Agrária, com a inclusão de pautas emergenciais à massa de trabalhadores espoliados das periferias da grande Florianópolis. Entretanto, por outro lado, por se tratar de uma proposta sem precedentes na região, impõe-se ao Movimento uma série de novos desafios, principalmente quando se leva em consideração não mais o contexto rural de atuação (onde o poder de influência das elites se mostra mais diluído), e sim o urbano, onde novas forças, relações e contradições se colocam, visto que não é mais contra o latifundiário rural e o agronegócio que se está travando uma luta, e sim contra os grupos oligárquicos urbanos, esses que apresentam grande poder de influência política e econômica sobre a especulação da terra, mídia empresarial e instituições públicas. Em outras palavras, a luta desenvolvida num território urbano dotado de alto valor especulativo da terra exige que se reconheça, entre outras coisas, o contexto singular voltado para a concentração de poder das elites, o que inclui analisar a confluência e divergência nas relações entre interesses políticos e econômicos estabelecidas na região, assim como do vasto número de grupos políticos atuantes e o conseqüente acirramento da disputa que se dá em torno da escassez cada vez maior da terra urbanizada, principalmente em Florianópolis.

⁷⁶ Conforme aponta Sugai, “Com o acordo de criação do mercado comum entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, em 1991, Florianópolis passou a ser divulgada pelo governo local como ‘A Capital Turística do Mercosul’, que deveria consagrá-la como polo turístico internacional e, ainda, como a sede de um novo polo de investimentos e de indústrias de alta tecnologia.” (SUGAI, 2015, p.27)

Procedentes das áreas periféricas mais empobrecidas da região, as famílias participantes da ocupação - muitas dessas migrantes dos mais diversos Estados brasileiros (com forte predomínio da região Sul) - podem ser consideradas, a partir de sua condição objetiva atual, como parte expressiva da população apartada tanto da “cidade legal” quanto do trabalho formal. Ou seja, trata-se, no entanto, de precisá-los como a parcela de trabalhadores urbanos na condição de sem-teto, subempregados, informais ou desempregados, que atualmente encontram-se submetidos a um processo de lumpenização⁷⁷ nas cidades.

3.2 Projeto Político

Para uma maior verificação do conteúdo e objetivo da luta realizada pelo Movimento Amarelado, se faz necessário buscar uma conceituação acerca das principais características constituintes de seu projeto político, dos tipos e perspectivas que lhes deram origem e forma, além da direção e orientação político-ideológico que assumiram. Nesse sentido, de acordo com Gohn (1991), os projetos podem ser verificados a partir de sua importância por determinar a práxis de um Movimento, estabelecendo por sua vez as metas, objetivos gerais, suas pautas de luta e reivindicação, encaminhamentos, etc. Ademais, a autora aponta em sua

⁷⁷ Referente à lumpemproletariado. “Em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (1852), Marx refere-se ao *lumpemproletariado*, termo que traduz o alemão *lumpenproletariat*, como ‘o lixo de todas as classes’, ‘uma massa desintegrada’, que reunia ‘indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia (...) batedores de carteira, rufiões, mendigos’, etc., nos quais Luís Bonaparte apoiou-se em sua luta pelo poder.” (BOTTOMORE, 2012, p. 329).

elaboração conceitual alguns diferenciais do caráter político assumido pelos projetos:

Os projetos são um o conjunto de propostas e diretrizes que explicam e organizam a práxis de um movimento social. Estes projetos não são necessariamente transformadores, pois existem vários movimentos sociais reacionários, defensores do *status quo*. Os projetos que contemplam ações transformadoras podem se desenvolver tanto sobre problemas imediatos como sobre problemas mais globalizantes. *O caráter transformador de um projeto é dado pela natureza em si da prática do grupo, que pode estar voltada para a solução de questões localizadas, mas contempla uma totalidade maior ao equacionar este problema no espectro da divisão social do trabalho e das injustiças sociais (direitos).*” (GOHN, 1991, p.43, Grifos nossos)

Assim, ao buscarmos verificar as questões relacionadas as particularidades de um projeto, observa-se a importância da levamos em consideração aspectos ligados aos objetivos de ordem estrutural, não restritos somente às necessidades e carências mais imediatas (entendidas como condição fundamental para a produção e reprodução da força de trabalho), mas apontando para uma resistência e luta contra a ordem social vigente, assim como das relações de exploração e dominação de classes verificadas a partir da *divisão social do trabalho*, ou melhor, da oposição capital/trabalho e de suas consequências diretas no que concerne tanto a promoção das desigualdades econômicas, quanto as inúmeras mazelas sociais produzidas pelo capitalismo em sua fase neoliberal. Assim sendo, tal proposta de ordem transformadora ou revolucionária, atrelada as formas de organização e ação adotadas pelo Movimento, coloca-nos diante da abertura de questionamento, principalmente, do papel tomado pelo projeto de classe, possibilitando discussões acerca das potencialidades e limites, o que, por sua vez, acaba por nos remeter de forma direta as principais

características de âmbito político-ideológico norteadoras do projeto político.

Nesse sentido, se faz necessário examinar a procedência de origem e as possíveis similaridades que carrega junto a outros projetos já adotados e em curso na atual luta por Reforma Agrária no Brasil. Essa articulação com outras experiências nos abre possibilidades para uma maior problematização acerca, não só da perspectiva política vinculada ao projeto, mas também das condições para que, de fato, se consiga estabelecer uma conexão mais ampla em relação aos interesses de classe defendidos pelo Movimento e, principalmente, da posição e perspectiva política adotada frente à disputa pela terra em sua região de atuação.

3.2.1 A experiência das Comunas da Terra

Conforme ressaltado anteriormente, a experiência protagonizada pelo MST do Estado de São Paulo ganha destaque nessa pesquisa por trazer, ao nosso entendimento, significativas similaridades com a proposta apresentada pelo Movimento Amarelado de Souza. Conforme apontado nos estudos de Goldfarb, as Comunas da Terra encontram-se localizadas próximas aos grandes centros urbanos, mais precisamente nas regiões próximas ao município de São Paulo, como Ribeirão Preto, Campinas e São José dos Campos, cidades que apresentam considerável densidade populacional e possibilidades de aglutinação de famílias que provêm dos grandes centros e dos municípios ao seu entorno.

De acordo com a autora, os assentamentos da Comuna surgem no clímax das discussões internas do MST quanto às novas possibilidades das

formas de assentamentos, “o que inclui a discussão de uma série de características como a organização da produção, forma de parcelamento dos lotes, uso da agroecologia, nucleação das famílias, entre outras” (GOLDFARB, 2011, p.25).

Logo, a perspectiva do projeto das Comunas traria como um de seus objetivos “voltar a produção para a segurança alimentar das famílias e para o abastecimento das cidades vizinhas (sobretudo com a produção de alimentos de origem hortifrutigranjeiros)” (GOLDFARB, 2011, p.30). É justamente a partir da disputa interna no MST entre as concepções de projetos mais adequados ao contexto da luta atual pela terra, que o Movimento propõe pensar sobre a “necessidade de construção de um modelo de desenvolvimento para o campo que se contraponha ao agronegócio. Daí a necessidade de uma nova concepção de reforma agrária”. (GOLDFARB, 2011, p. 48).

Sobre o conjunto de ações propostas por essa nova concepção adotada pelo MST/SP, pode-se verificar, através do Projeto das Comunas da Terra, alguns dos seus principais objetivos, dentre eles:

- Serem constituídas por pessoas que viveram muitos anos em grandes centros urbanos como São Paulo, Campinas ou Ribeirão Preto e que, portanto, não possuem um passado recente ligado a terra;
- Serem implantadas em áreas bem próximas aos grandes centros urbanos; utilizarem a agroecologia e a cooperação como principais diretrizes na produção e;
- Possuírem a Concessão Real do Uso da área no nome de um coletivo (associação ou cooperativa), e não individualmente, e nem o título de propriedade da terra, o que significa que as famílias não poderão, em nenhum momento, vender o que seria a sua parcela (GOLDFARB, 2011, p.20).

Diante dessa perspectiva, o que se pode notar a partir da proposta das Comunas da Terra é o caráter inovador do projeto defendido pelo MST/SP, cujo qual busca trazer significativas alterações com relação, principalmente, ao seu público alvo, ou seja, da participação dos trabalhadores urbanos, assim como também da disputa por territórios mais urbanizados, localizados próximos as grandes cidades. De acordo com a autora, ao propor uma *massificação da reforma agrária*, o MST estabelece como um de seus principais objetivos estratégicos, a disputa tanto pelos meios de produção com o capital, como também dos espaços privilegiados existentes na região metropolitana de seu contexto de atuação, quando diz que:

Nesse sentido, a criação das Comunas da Terra se constituiria num modo de disputar os meios de produção com o capital, uma vez que incorporaria tecnologia e garantiria uma certa autonomia na produção de insumos e fontes energéticas, pois “os meios de produção do campo tornaram-se elementos importantíssimos no atual modelo”. Contudo, poderíamos ainda acrescentar que no projeto das Comunas, essa disputa com o capital se dá também por meio de um outro aspecto, pois ao mesmo tempo em que disputa áreas próximas aos centros consumidores e às grandes rodovias, o MST está se propondo a disputar um espaço privilegiado com o capital, não apenas do ponto de vista agrícola, mas imobiliário e industrial. (GLODFARB, 2011, p. 48-49)

Em termos gerais, o que o projeto das Comunas apresenta é uma proposta que tem como intuito confrontar os interesses do capital, principalmente no contexto urbano (representado pela especulação imobiliária), buscando promover ao mesmo tempo uma alternativa as massas de trabalhadores urbanos (muitos desses com origem rural) que se encontram atualmente submetidos as mais degradantes condições de vida na RMSP. Para Goldfarb, trata-se de uma proposta de Reforma Agrária que

visa, em última instância, uma transformação para toda a sociedade brasileira, no sentido de buscar propor soluções para os problemas urbanos através, justamente, do desenvolvimento do campo ao mesmo tempo em que reafirma a importância e necessidade de abrangência da luta de classes em defesa da reforma agrária e urbana no Brasil.

3.2.2 VI Congresso Nacional do MST e a nova concepção de Reforma Agrária Popular

Outro fator de extrema importância, que colabora significativamente para análise da origem e conteúdo do projeto proposto pelo Movimento Amarelado, refere-se às proposições e deliberações decorrentes do VI Congresso Nacional do MST. Realizado entre os dias 10 e 14 de fevereiro de 2014 em Brasília, o encontro que contou com a presença de 15 mil militantes, incluindo a participação de integrantes da própria Ocupação Amarelado⁷⁸, teve por objetivo maior a apresentação de novas estratégias e táticas frente aos desafios colocados junto a atual conjuntura de luta pela terra no Brasil.

A partir do lema “Reforma Agrária Popular”⁷⁹, o MST identifica a necessidade da construção de propostas de ações que visem a uma

⁷⁸ Ocorrendo concomitantemente ao período da ocupação da SC-401, cerca de cinco integrantes do Movimento, a convite do próprio MST, participaram do encontro nacional realizado em Brasília, durante o mês de fevereiro de 2014.

⁷⁹ De acordo com o MST o conceito “*popular*” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. “Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como

superação do antigo projeto de Reforma Agrária. De acordo com o próprio Movimento, a luta atual pela terra mudou de natureza, não havendo mais espaço para uma reforma agrária do tipo clássica, subsidiada pela burguesia nacional e pelos interesses do capital. Tal perspectiva de ação impõe a articulação de novas estratégias, no sentido de aglutinar forças sociais em defesa de um projeto popular de desenvolvimento para o país, conforme indicado na Cartilha do Programa Agrário do MST:

Como parte do processo do nosso VI Congresso, o MST construiu uma proposta de Programa de Reforma Agrária, que é Popular. Tal programa é construído a partir da análise da realidade agrária atual, dominada pelo projeto do capital: o agronegócio. E da impossibilidade de realização de uma Reforma Agrária do tipo clássica, sob hegemonia da burguesia, que apenas distribuiu a terra, para desenvolver as forças produtivas do campo e o mercado interno. [...] O MST afirma que nunca houve uma Reforma Agrária no Brasil, mesmo limitada, que pelo menos alterasse a concentração da propriedade da terra e democratizasse seu acesso. Por isso, o que projetamos e estamos construindo na concepção de Reforma Agrária Popular está para além do velho projeto de Reforma Agrária clássica, distributivista, dos limites do poder burguês. (MST, 2013, p.51-52)

Outro ponto importante que ganha destaque no programa, diz respeito à inclusão dos diversos segmentos que compõem as classes trabalhadoras no país, sendo necessário, portanto, a construção de alianças entre todos os movimentos camponeses e classes trabalhadoras urbanas, juntamente com outras forças sociais interessadas em promoverem mudanças estruturais de caráter popular. No entanto, o MST observa que a

resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores” (MST, 2013, p.33).

implantação do projeto só será possível a partir da constituição de “uma aliança consolidada dos camponeses com todos os trabalhadores urbanos. Sozinhos os sem-terra não conseguirão a Reforma Agrária Popular”. Ou seja, somente com a construção de “um amplo leque de forças populares representadas pelo conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade” (MST, 2013) que haverá possibilidades reais de viabilização do programa de Reforma Agrária de caráter popular no país.

No que diz respeito ao conteúdo proveniente da proposta para o VI Congresso, destaca-se, dentre alguns dos seus principais objetivos:

- Garantir a todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras o direito de ter acesso a terra para morar e/ou trabalhar
- Exigir a devolução de todas as terras públicas que foram griladas por fazendeiros e empresas, e destiná-las a reforma agrária.
- Todas as famílias beneficiadas da reforma agrária receberão apenas títulos de concessão de uso, com direito a herança familiar, com dupla titularidade incluindo a mulher, estando proibida a venda das parcelas de terra de reforma agrária.
- Priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicos.
- Organizar a produção e comercialização com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e empresas sociais.
- Estimular formas de sociabilidades, com moradias dignas, organizadas em povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas, de acordo com as culturas regionais. (MST, 2013)

Por sua vez, o que é possível notar como destaque do novo programa, é a existência de uma preocupação no sentido de ampliar a garantia de direitos a classe trabalhadora como um todo, com a promoção do acesso a terra para “morar e/ou trabalhar”, o que nos leva a considerar a

importância da proposta de inclusão dos trabalhadores urbanos na luta por reforma agrária. Além disso, o novo programa busca estabelecer diretrizes para um desenvolvimento econômico e social dos assentamentos do MST, visando a uma superação do atual modelo capitalista de produção, ao propor novas relações sociais de produção que, entre outras coisas, deem conta de superar a exploração, a concentração de terras e as inúmeras desigualdades sociais existentes no país.

No que concerne a avaliação da coordenação do Movimento Amarelado sobre o caráter da nova proposta do MST, observa-se uma preocupação em identificar uma mudança de “foco”, a partir do entendimento de que o novo projeto do MST traz como uma de suas principais propostas a possibilidade de ação também no contexto urbano. Segundo algumas de suas lideranças, essa nova perspectiva de Reforma Agrária Popular acaba abrindo precedentes para se pensar em novas perspectivas de luta, onde a questão do território acaba assumindo uma importância singular no que se refere à disputa pela terra. De acordo com um dos relatos:

[...] foi no 6º Congresso Nacional do MST que se definiu os novos rumos que tomariam o movimento [MST] com relação à Reforma Agrária e que se convencionou chamar de Reforma Agrária Popular. [...] Nós participamos desse congresso que já dava outro caráter para o projeto. Uma aproximação maior com organizações da cidade. [...] Ele sempre foi muito mais voltado as populações do campo, a população rural. Com essa perspectiva da Reforma Agrária Popular você muda o foco de abrangência da luta pela terra onde, ao nosso ver, até próximo às grandes cidades, o rural e o periurbano. O que nos leva bem próximo também a luta pela moradia. (Depoimento do Entrevistado 3)

Já com relação ao teor do projeto defendido, verifica-se não só uma identificação, como uma vinculação direta a nova concepção de Reforma Agrária do MST. Ao procurar a inclusão dos trabalhadores urbanos presentes nas periferias da região da grande Florianópolis na luta pelo acesso a terra e moradia, ao mesmo tempo em que promove a ocupação do terreno grilado da SC-401, o Movimento Amarildo acaba por apropriar-se, ao seu modo, do novo programa do MST, assumindo-o como projeto político.

Desse modo, é possível verificar, com base nas proposições gerais estabelecidas pelo VI Congresso, a existência de uma conformidade entre ambos os projetos. O fato de partilhar das concepções gerais do projeto do MST acaba evidenciando, não somente a importância de se considerar a experiência de militância adquirida por algumas das principais lideranças junto aos quadros do MST/SC, mas principalmente da incorporação e influência de uma série de valores e práticas de luta advindas do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Esse acúmulo de conhecimento propicia às lideranças do Movimento Amarildo a possibilidade de se apropriarem da concepção de Reforma Agrária Popular, o que acaba contribuindo sobremaneira para a elaboração e escolha das formas de ação mais adequadas a fim de colocá-lo em prática. Disso decorre o entendimento por parte de alguns de seus coordenadores, da necessidade de expansão da luta pela terra para além das áreas rurais, ou seja, incorporando também as regiões metropolitanas próximas ao litoral do Estado, aproximando-se por sua vez das experiências protagonizadas pelas Comunas da Terra do MST/SP.

De fato, a proposta geral apresentada a partir do VI Congresso Nacional, pode ser aqui considerada como um dos elementos fundamentais

para a apreensão tanto da origem como dos fundamentos e objetivos traçados pelo Movimento Amarelido. Embora possam existir divergências no que se refere as escolhas sobre as melhores estratégias e táticas para se alcançar o objetivo de superação do modo de produção capitalista, assim como da orientação político-ideológica a ser adotada, o que se pode considerar é o fato de se tratar de um único projeto, cujo qual vem sendo trabalhado de maneira distinta por ambos os Movimentos, e que, apesar de diferenciados em sua composição e perspectiva política, acabam apresentando consideráveis semelhanças no que se refere a necessidade e urgência da retomada da luta por Reforma Agrária no país.

3. 2.3 O lema “Terra, Trabalho e Teto”

O lema de um Movimento é algo que pode ser considerado como uma síntese geral de sua práxis. Por buscar reunir os fundamentos essenciais de suas reivindicações, acaba possuindo como finalidade principal, simbolizar a proposta geral contida em seu projeto político. Nesse sentido, compreende-se como fator necessário de análise, tanto a origem do lema quanto a concepção que adquire perante a coordenação geral do Movimento Amarelido, assim como para as famílias participantes⁸⁰ que o sustentaram e as que ainda o sustentam.

⁸⁰ Levando em consideração os limites traçados pelos objetivos da atual pesquisa, não pretendemos aqui apresentar a perspectiva das famílias que participaram ou que ainda participam do Acampamento Amarelido, nos restringindo tão somente aos relatos e depoimentos das lideranças e de alguns dos ativistas e militantes que compuseram a rede de apoio ao Movimento.

Com relação a sua origem, foi possível verificar, a partir dos estudos de Goldfarb, que o lema “Terra, Trabalho e Teto” não se apresenta como original, tendo sido utilizado em meados da década de 1990 pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), no Estado de São Paulo. De acordo com os levantamentos do referido estudo, pode-se não apenas notar sua semelhança, como a própria perspectiva de ação no contexto urbano, a partir da articulação dos trabalhadores desempregados, buscando congregar as bandeiras de luta tanto do campo quanto da cidade.

Segundo um dos coordenadores do MDT, o lema nasce justamente a partir da “*reivindicação de trabalho, terra e teto*”, tendo como bandeira de luta um modelo de assentamento rururbano. Desse modo, segundo o coordenador, “resolvem a questão do teto, da produção da comida e de espaços para organizar grupos de produção, também urbanos.” (GOLDFARB, 2011, P. 62). Entende-se assim que o lema já é utilizado antes mesmo de seu uso na ocupação Amarildo. Trata-se, no entanto, de um projeto político que já vem sendo adotado por alguns Movimentos sociais do país.

Contudo, para as lideranças do Amarildo a determinação do lema tinha como finalidade, em última instância, o propósito de sintetizar a proposta geral do projeto de Reforma Agrária Popular, como apontado no relato que se segue:

Obviamente as palavras não estão soltas. Não vieram por acaso. Em nossa compreensão, ela sintetiza a teoria de Reforma Agrária Popular que já existe dentro do Movimento Sem Terra, desde acho que 2008. [...] e nós vimos nessas palavras uma forma de sintetizar esse conceito maior que trata dessa coisa de organizar o povo da periferia, não limitar a luta só na questão da terra, entendida como a produção da vida, dos alimentos e tudo mais. Mas que agregasse nesse conceito também a geração de trabalho,

que tenha a renda obviamente, e que também se garantisse um teto, que é uma carência geral do povo brasileiro. (Depoimento do Entrevistado 4)

Com é possível observar através do relato, há uma preocupação das lideranças em construir uma proposta que tenha como fundamento principal a união entre as bandeiras de luta do campo e cidade. Essa preocupação fica expressa não somente no lema proposto, como também no próprio projeto de Reforma Agrária trazido do MST, uma vez que se leva em consideração a necessidade de expansão da reforma agrária para além das demandas rurais.

Nesse sentido, verifica-se que o lema escolhido, não só abre as possibilidades para uma nova proposta de ação na região da grande Florianópolis, mas, sobretudo, busca, para além das formas já consolidadas de organização das classes trabalhadoras no campo, incorporar demandas de extrema urgência para os trabalhadores mais pauperizados da cidade. Além de incluir na pauta de luta por Reforma Agrária a questão do direito à moradia (entendendo o aluguel como forma de extração indireta do salário dos trabalhadores), a proposta relacionada ao trabalho procurou ir mais além, ao propor uma superação das relações baseadas na exploração capitalista de produção, sugerindo, por sua vez, condições de trabalho e renda através de valores pautados na solidariedade e cooperativismo entre os trabalhadores.

Dito isto, a questão referente a categoria Trabalho acaba ganhando grande relevância ao assumir um papel importante no lema do Movimento, fato este que nos leva a considerar a segunda proposição para uma análise marxista a partir da relevância que toma a **centralidade da oposição capital/trabalho** no projeto político adotado pela coordenação. Pois, ao

propor buscar uma forma de superação do modelo capitalista de produção - baseado na relação de sujeição do trabalho aos desígnios do capital – o lema acaba atacando os principais pilares de sustentação da ordem capitalista, a saber: a propriedade privada (com a proposta da conquista e socialização da terra), e a propriedade privada dos meios de produção (com a supressão da exploração a partir da ideia de trabalho cooperativo entre as famílias). Antes de tudo, a proposta contida no lema “Terra, Trabalho e Teto” revela o conteúdo político-ideológico presente em seu projeto, principalmente por assumir a condição enquanto Movimento antissistêmico e notadamente classista⁸¹, ao colocar-se em contraposição direta a ordem capitalista, propondo assim a superação da relação baseada na expropriação e exploração dos trabalhadores pelo capital.

3.3 Rede de Apoio

A procura pela identificação dos grupos e sujeitos envolvidos na luta estabelecida pelo Movimento, certamente se constitui como uma preocupação de extrema importância a fim de precisarmos com mais detalhes aquilo que auxiliou de modo significativo a sua permanência durante o período de quatro meses num dos locais mais elitizados do Estado de Santa Catarina, ou seja, ao lado do bairro de Jurerê Internacional,

⁸¹ “[...] O adjetivo classista é atribuído àqueles movimentos que adotam a perspectiva de classe do lugar que sua base social ocupa nas estruturas sociais, ou seja, não se aplica a outros movimentos que não adotam essa perspectiva, embora apresentem elevado senso crítico (incluindo retórica classista, mas não perspectiva) em relação ao *status quo* e suas demandas e/ou objetivos possam ser identificados como de classe. Esta distinção é teoricamente importante devido à defasagem entre as práticas econômica, política e ideológica.” (PINHEIRO, 2010, P.111)

conhecido reduto da alta burguesia do país. Sem dúvida que, sem o auxílio e suporte prestados por grupos e pessoas engajadas isso seria algo difícil de ser realizado.

Desse modo, além de se apresentar como um importante elemento de análise para o levantamento dos processos sobre as formas de organização e ação adotadas, a rede de apoiadores é capaz de nos fornecer, levando em consideração a abrangência e perspectiva da investigação, possibilidades de verificação das relações fundamentais que proporcionaram a formação temporária de um sustentáculo imprescindível à luta travada contra influentes setores da oligarquia Florianopolitana.

De acordo com as informações levantadas através das entrevistas, a rede de apoio (Anexo 6) vai sendo construída desde as primeiras semanas de existência da ocupação na SC-401. Crescendo de maneira vertiginosa a cada dia, os grupos de apoiadores foram trazendo, cada um a seu modo, contribuições fundamentais ao processo de construção e manutenção da ocupação. Oriundos dos mais diversos setores organizados da sociedade civil, a rede contou com significativa presença de membros de movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos progressistas e de esquerda, ativistas e militantes independentes, de correntes anarquistas e libertárias, bem como de advogados populares, professores engajados e estudantes ligados aos mais diversos coletivos universitários. Dentre os principais segmentos da rede, podemos destacar os coletivos universitários, as assessorias parlamentar e jurídica, assim como a participação dos partidos políticos e sindicatos.

3.3.1 Participação de Sindicatos e Partidos

Contando com um número expressivo tanto de partidos progressistas e de esquerda da região, bem como dos mais variados sindicatos atuantes no município de Florianópolis, a rede de apoio conseguiu propor, além do imprescindível suporte político, consideráveis contribuições para a manutenção e desenvolvimento das inúmeras atividades realizadas dentro e fora da ocupação, principalmente no período em que estiveram na disputa pelo terreno grilado da SC-401.

De acordo com os relatos de alguns dos entrevistados que compuseram a rede de apoio, dentre as principais contribuições materiais feitas por partidos e sindicatos, destacam-se a organização de eventos para recolhimento de doações de alimentos e vestuários às famílias da ocupação, auxílio financeiro para confecção e impressão de material de comunicação, além de ajuda técnica quanto aos inúmeros problemas cotidianos enfrentados pelos ocupantes, principalmente os relacionados às questões de desenvolvimento e manutenção da infraestrutura necessária a fim de possibilitar as condições básicas para permanência das famílias no terreno.

No que diz respeito especificamente ao apoio político, tanto os partidos quanto os sindicatos prestaram considerável auxílio na organização das mais diversas ações promovidas pelo Movimento ao longo de sua trajetória, desde a promoção de audiências públicas, envolvendo a participação de instituições governamentais, até atos e marchas em apoio à luta por terra e moradia na região. Sobre a participação política da rede de apoiadores, Daniel Silveira, militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e da Central Sindical e Popular

(CSP/Conlutas) destaca um dos momentos que, segundo ele, a rede de apoiadores esteve mais unificada e presente:

[...] onde o comitê foi mais presente mesmo foi na marcha que houve em fevereiro. Ali foi onde o comitê realmente se mostrou bem presente e juntou com o movimento sindical da cidade como poucas vezes juntou, ninguém ficou de fora. Todos, de alguma forma, se colocaram solidários à luta dos Amarildos. Foi uma unidade como poucas vezes se viu na cidade em torno de um movimento social, de uma pauta. (Depoimento de Daniel Silveira – PSTU/CSP CONLUTAS)

Mesmo havendo divergências sobre as melhores formas de condução da luta - fato que definitivamente não é privilégio de nenhum grupo político organizado - a solidariedade vinda dos diversos partidos políticos e sindicatos trouxeram significativas contribuições. Pelo fato de conseguir mobilizar, de maneira singular e inédita, um grande número de organizações políticas da região, o Movimento logrou grande êxito no que se refere ao enorme potencial de aglutinação dos setores progressistas e da esquerda partidária, muitas vezes divergentes em aspectos teóricos e práticos, mas que, diante da necessidade de unificação junto a uma pauta de extrema relevância e urgência, mostraram-se solidários a causa, concretizando, dessa forma, uma unidade impar entorno da disputa pelo espaço na região.

A importância de tal fato pode ser notada também a partir de outro momento relatado por Daniel, ao se referir as contribuições da rede de apoio:

Acho que no geral foi positivo o saldo do comitê de apoio. Aglutinou um leque de entidades e forças da esquerda de todas as matizes. [...] Teve um papel efetivo do apoio material mas, sobretudo, político ao Movimento. De ajudar a organizar as atividades da ocupação. Acho que foi um momento importante

que mostrou que a gente pode unificar os trabalhadores para as grandes lutas, para as grandes mobilizações. (Depoimento de Daniel Silveira – PSTU/CSP CONLUTAS)

3.3.2 Assessoria parlamentar e jurídica

Outro fator que contribuiu para verificarmos a importância que tomou a rede de apoio, diz respeito à participação imprescindível das assessorias prestadas ao Movimento. Nesse sentido, os trabalhos realizados por vereadores, deputados e advogados populares, proporcionaram um apoio, antes de tudo, em favor da defesa da legalidade e da legitimação da luta pela terra frente às várias tentativas de criminalização e repressão dos setores conservadores, exercendo por sua vez papel fundamental de mediação junto as mais diversas autoridades envolvidas no conflito.

De acordo com os relatos das principais lideranças do Movimento, o respaldo político prestado veio de mandatos, sobretudo, dotados de uma perspectiva de caráter popular. Dentre as principais contribuições e ações parlamentares, encontram-se a organização de audiências públicas realizadas na ALESC, cujas quais se propuseram a dar visibilidade política e ao mesmo tempo proporcionar a discussão sobre a questão do conflito e a disputa existentes em torno do terreno grilado da SC-401. Nesse aspecto, as lideranças destacaram como de grande contribuição os apoios prestados pelo ex-deputado estadual Amauri Soares (PSOL-SC) e pelo professor e atual vereador Lino Peres (PT-SC).

Sobre essa questão, de acordo com Lino, uma das preocupações contidas no apoio de seu mandato - além de considerar a importância e urgência da luta pelo direito à moradia na região da grande Florianópolis –

foi a de priorizar a garantia dos direitos constitucionais as inúmeras famílias presentes na ocupação, prestando o devido apoio político nos momentos que se apresentavam mais críticos. Segundo o vereador:

A gente apoiou de uma forma humanitária [...] com divulgação de panfletos, a gente ajudou nisso. E mais com o apoio político, de evitar quando havia problema de violência e de negociação, a gente negociava com as autoridades. O apoio moral, de estarmos nós, parlamentares, para dar uma força para eles. A segurança político-oficial de estar um parlamentar lá. (Depoimento de Lino Peres – Vereador do município de Florianópolis)

Em relação ao conflito estabelecido em torno da disputa pelo terreno, Lino Peres destacou a importância da contribuição da luta do Movimento em dar visibilidade aos problemas decorrentes da falta de moradia as populações mais empobrecidas da região, apontando o mandonismo do capital imobiliário e as forças de oposição contrárias a qualquer tipo de projeto habitacional de interesse popular em Florianópolis. Em sua avaliação:

[...] A Amarildo tem um grande efeito pedagógico. Ela mostrou o caráter absurdamente especulativo. Uma terra vazia, que aparentemente poderia ser produzida. Desvendou, desmascarou que há empreendimento em cima. Esses dois aspectos já são o suficiente. A Amarildo despertou o foco daquela área para a população. Positivo, pois é uma área vazia. Negativo, infelizmente, por que o setor de comunicação [mídia empresarial] cercou tudo, dando a impressão de que aquela área não servia para pobre. Que a área já teria um dono. Que é uma área caríssima. Está localizada no eixo mais “filé mignon” da alta classe média. Mas a pauta continua, ela não terminou. Nós estamos esperando que a SPU cumpra a sua função. (Depoimento de Lino Peres – Vereador do município de Florianópolis)

Além do apoio parlamentar, o Movimento também contou com o importante auxílio vindo das assessorias jurídicas. Através da participação de advogados populares, foi possível obter um respaldo jurídico sobre as questões referentes à condição de legalidade da ocupação, uma vez que o terreno da SC-401 não estaria cumprindo com a função social prevista pela Constituição Federal, fato que acabou se agravando ainda mais após a confirmação da denúncia de grilagem das terras da União através da vistoria técnica da SPU.

De acordo com o relato de uma das advogadas, que esteve presente nos principais momentos de acirramento do conflito, o apoio jurídico prestado se pautou, sobretudo, na assessoria a esclarecimentos pontuais sobre as implicações legais, assim como também nos momentos de negociação entre o Movimento e as instituições públicas, que envolveram, entre outras coisas, a cobrança política sobre a denúncia de grilagem do terreno da SC-401. Em suas palavras:

Nos Amarildos, nós não tivemos efetivamente um resultado jurídico. Não atuamos nos processos jurídicos [...] O que ocorreu foi mais uma assessoria jurídica no sentido deles [o Movimento] saberem onde estavam pisando. Quais eram os delitos que poderiam ocorrer, e o fato de que nós também poderíamos fazer uma ponte deles com as instituições. Então, foi mais no sentido de que eles poderiam contar conosco junto ao MPF, junto ao INCRA, que estaríamos ali enquanto advogados dando apoio. E quando saiam boatos de processos, prisões, a gente ia até a delegacia e tomava pé da situação, verificando até que ponto era verdade ou não. (Depoimento da entrevistada 5)

E ainda:

O que tínhamos com eles [Movimento] eram reuniões para ir tentando evitar conflitos, para ver a questão da saúde, para ver a questão do INCRA do assentamento, a busca de áreas. Faziam conversas, negociações. Houve reuniões gigantes em que foi

todo mundo, Prefeitura, Ministério Público Federal, Advocacia Geral da União, INCRA, Amarildos, SPU. Justamente porque aquela área tinha a questão de ser uma área grilada. Havia também por parte do Movimento uma cobrança política, porque esse era o papel que eles estavam desempenhando, e nós também. Que era a de denúncia da área grilada. Não só havia a necessidade de moradia em Florianópolis, mas também a necessidade de mostrar que as terras estavam sendo griladas. (Depoimento da entrevistada 5)

3.3.3 O apoio dos coletivos universitários

A solidariedade vinda dos mais variados coletivos ligados as Universidades Federal (UFSC) e Estadual (UDESC), com sedes na capital catarinense, certamente se apresenta como mais um importante ponto a ser considerado, principalmente quando se busca levar em consideração a proporção da extensão e vigor tomada pela rede de apoio. Presentes desde os primeiros momentos da ocupação, os coletivos universitários buscaram contribuir, cada um a sua maneira, para os processos referentes tanto a construção como para a permanência das famílias no terreno ocupado.

Compostas por centros acadêmicos, coletivos da juventude ligada a correntes e partidos políticos de esquerda, feministas, grupos libertários, independentes, militantes de movimentos sociais que, ao somarem-se a rede de apoio, engajaram-se no desenvolvimento dos mais variados tipos de trabalhos e atividades realizadas tanto dentro da ocupação como fora dela. Desde o auxílio na construção dos barracões das famílias, organização de palestras e debates, oficinas temáticas promovidas por projetos de extensão, confecção e divulgação de informativos, até a participação em atos públicos e promoção de eventos culturais para arrecadação de doações, as

contribuições vindas dos mais variados coletivos universitários certamente somaram grandes contribuições à rede de apoiadores.

Através dos projetos de extensão vinculados as universidades, coletivos de estudantes e professores propuseram as mais variadas atividades de formação política, mutirões e oficinas temáticas. Dentre os principais projetos realizados, destacam-se o Cine Amarildo⁸² e o Projeto Comuna Amarildo⁸³. Buscando contribuir para a formação política das famílias da ocupação, assim como para o desenvolvimento de atividades coletivas para soluções das necessidades das famílias acampadas, os trabalhos realizados por ambos os projetos assumem lugar de destaque ao se apresentarem como um importante suporte teórico-prático ao Movimento.

Ao contar com ampla participação de sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e os mais diversos militantes e ativistas engajados, a

⁸² Realizado em 2014 a partir do formato de Cineclubes, o projeto Cine Amarildo, coordenado pela professora Carmen Susana Tornquist (UDESC), buscou contribuir para o processo de formação política das famílias participantes através de projeções de filmes e documentários, seguindo eixos temáticos vinculados à luta do Movimento por terra e moradia, questões de gênero e feminismo, assim como formação nas áreas da educação e trabalho. Em encontros semanais, foram realizadas rodas de conversas através das análises dos conteúdos trazidos pelos documentários, além da promoção de oficinas com proposta de produção de vídeos e filmes realizados pelos próprios acampados.

⁸³ O Projeto Comuna Amarildo, que contou com a participação de estudantes da UFSC e UDESC, secundaristas, professores, além das próprias famílias de acampados, possui como um dos seus principais objetivos, o fortalecimento da organização comunitária na perspectiva do Poder Popular. Organizado através de frentes de trabalho por áreas do conhecimento (ambiental, educação e arte, comunicação, finanças, saúde etc.) as ações tinham como objetivo a busca do debate coletivo visando a mobilização coletiva para a solução das principais demandas e necessidades trazidas pelas famílias do acampamento.

rede de apoio conseguiu trazer a cena política local algo singular no que diz respeito ao poder de enfrentamento direto contra as forças conservadoras presentes na região. A contraposição político-ideológica acionada através da luta protagonizada pelo Movimento, insurge como uma possibilidade de resistência e enfrentamento real frente aos mandos e desmandos das elites locais sobre terras públicas. Isso fez com que o acirramento em torno da disputa pelo terreno da SC-401 tomasse um lugar de destaque, suscitando importantes debates realizados na Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores, incluindo a participação de instituições como o INCRA, AGU, SPU, ICMBIO, Juizado Agrário de Santa Catarina, Prefeitura Municipal, Governo Estadual e órgãos Federativos.

Nesse sentido, várias foram as contribuições vindas dos sujeitos e grupos políticos vinculados à rede de apoiadores, desde ações mais pontuais, ligadas a manutenção e permanência das famílias na ocupação, passando por trabalhos de assessoria jurídica e parlamentar, assim como os projetos de extensão elaborados em parceria com as principais universidades do Estado. Vale ressaltar também a importância fundamental do apoio político, que certamente foi imprescindível, ao se constituir com um dos fatores essenciais para legitimação da luta do Movimento, cujo qual manifestou-se dando suporte nos momentos mais acirrados em que a disputa ideológica e a força policial se fizeram presentes.

Nesse sentido, a unificação entre os mais diversos setores da sociedade civil a partir do estabelecimento da rede de apoio, coloca-nos diante da consideração acerca da terceira proposição para uma análise dos movimentos sociais, a saber: **da condição de Movimento pluriclassista**. Essa possibilidade ocorre, principalmente, pelo fato da rede de apoio conseguir reunir um grande número de grupos e pessoas advindos, muitos

deles, dos setores médios da sociedade que, embora possam assumir uma identificação político-ideológica de ordem anticapitalista, não necessariamente estariam apoiando o Movimento por uma condição objetiva concreta (pela necessidade de moradia) como, por exemplo, a verificada pelas famílias participantes da ocupação.

Desse modo, tal aglutinação de forças aliadas pode ser compreendida como um dos grandes feitos realizados pelo Movimento Amarildo no que se refere a capacidade de articulação entre setores que não possuíam um histórico de ação conjunta na região da grande Florianópolis. Em sua maioria dispersos por lutas setORIZADAS e sem um sujeito político que conseguisse unificá-los, o Movimento Amarildo adquire uma condição pluriclassista ao propor, a partir de sua reivindicação, não só os reunir, como também criar uma possibilidade concreta de unidade classista em torno de seu projeto de Reforma Agrária.

3.4 Considerações acerca dos principais problemas, dificuldades e desafios do Movimento de Ocupação Amarildo de Souza

Para uma reflexão crítica acerca do conjunto de problemas e dificuldades enfrentadas pelo Movimento ao longo de sua trajetória, impõem-se como necessidade primeira, a identificação dos principais fatores ligados ao processo de desmobilização e estrangulamento, assim como da perda da capacidade de ação e organização, sobretudo, dentro do município de Florianópolis. Desse modo, verifica-se a importância de se precisar o complexo processo de determinações colocado frente à disputa pela terra na região, o que inclui levar em consideração tanto as relações de

poder que se estabeleceram, como os grupos e forças políticas envolvidas no conflito e, principalmente, das principais contradições apresentadas pelo Movimento desde seu surgimento até o momento atual.

Tendo como ponto de partida a sua própria trajetória na grande Florianópolis, observa-se que o período referente a ocupação do terreno da SC-401 apresenta-se, sem dúvida, como um dos momentos mais decisivos em relação a possibilidade de continuidade da luta ou da dissolução e eliminação da mesma. Nesse sentido, o processo de despejo se coloca como um divisor de águas no tocante a análise de sua trajetória, uma vez que é a partir da desocupação do terreno que os problemas e dificuldades surgem de forma mais rigorosa.

Ao decidirem pela desocupação, com a concordância do cumprimento do acordo de despejo e transferência das famílias para a T.I do Morro dos Cavalos, inicia-se um processo de institucionalização pelo Estado via INCRA. Essa tomada de decisão acaba trazendo como resultado imediato uma fragmentação e dissolução drástica de sua base social, fator que contribui de maneira significativa para a dispersão e a conseqüente saída em massa das famílias antes mesmo da chegada em Maciambu/Palhoça. Ou seja, no próprio processo de transferência, grande parte das famílias participantes da ocupação da SC-401 acabam decidindo deixar a luta por Reforma Agrária.

Possuindo consciência da gravidade, a coordenação que já havia se transferido para Palhoça, numa tentativa para reverter o quadro negativo ocasionado pelo despejo das famílias, decide por realizar outra ação direta em Florianópolis, voltando-se novamente ao norte da ilha, agora no bairro do Rio Vermelho. Tal ação evidenciou, antes de tudo, a importância que suas lideranças e coordenadores davam a necessidade de manterem-se

atuantes dentro do município de Florianópolis, principalmente como forma de ainda conseguirem recuperar e ao mesmo tempo não perderem mais famílias.

A tentativa de uma nova ocupação na ilha aponta para o reconhecimento por parte de sua militância, de que a decisão pela desocupação e sua transferência para Palhoça, assim como o processo de institucionalização pelo INCRA, haviam se constituído como um sério problema, tanto no tocante a manutenção de sua base social, quanto para a sobrevivência e continuidade do próprio Movimento. Ou seja, a decisão pela saída da SC-401 priorizando o acordo judiciário, acabou acarretando em significativos prejuízos a conservação da luta pela conquista da terra. Além disso, a ação promovida de modo tardio, visto que grande parte das famílias já haviam se dispersado a partir da transferência para Palhoça, acabou proporcionado um forte movimento de repressão promovido pela população local que, entre outros fatores, contou com o patrocínio de forças políticas e econômicas locais ligadas aos setores conservadores contrários a ocupação.

Com a volta dos integrantes e a possibilidade de permanência temporária, firmada em acordo com a comunidade Guarani, a coordenação do Movimento não tem outra escolha, a não ser buscar resistir a um dos momentos mais críticos e decisivos de sua trajetória, enfrentando por sua vez o processo de desestruturação de sua base social, com a saída de praticamente 600 famílias (90%) do total que havia sido formada durante a ocupação da SC-401. Desse modo, a minoria que restou, acabou sendo submetida a um período de intenso desgaste, visto as péssimas condições que encontraram durante todo o tempo em que permaneceram, desde as precárias condições de moradia e infraestrutura, da falta de alimento, até as

dificuldades para conseguirem (aqueles que tinham um emprego) continuar trabalhando próximos à Florianópolis.

Com a mudança para o município de Águas Mornas, se distanciando ainda mais da proximidade com a capital, principalmente pela questão de emprego e renda, das menos de 20 famílias que resistiram ao duro período enfrentado no Morro dos Cavalos, poucas foram as que conseguiram continuar acampadas, tendo em vista a sua condição de isolamento e segregação espacial, falta de emprego e renda, moradia precarizada, além da grande privação do acesso aos serviços urbanos básicos (a exemplo da eletricidade). Por conseguinte, tem-se como resultado do período aproximado de dois anos de acampamento em Águas Mornas, a extinção praticamente completa da base social conquistada na época da ocupação da SC-401, restando hoje, entre aqueles que saem e voltam, cerca de apenas 8 famílias cadastradas para fins de assentamento na área.

Outro fator relevante que aparece como destaque, diz respeito ao processo de desestruturação da organização política do Movimento em Águas Mornas. Sendo afetados pelos impactos decorrentes das dificuldades para manterem-se organizados, uma vez que não dispunham de nenhum tipo de recurso, seja tanto de natureza própria ou institucional, e muito menos de um número considerável de famílias para conseguirem tocar de maneira eficiente o projeto político, a coordenação do acampamento acaba entrando num período marcado por um rigoroso processo de desgaste de sua militância. Agravadas por uma série de conflitos de ordem pessoal e familiar envolvendo, entre outras coisas, a disputa entre concepções de formas de organização política e ideológica contrastantes, essa fase teve como desfecho final a expulsão de uma de suas maiores lideranças.

O processo decorrente da desestruturação da coordenação do acampamento traz como resultado imediato, não só a perda da referência política, mas, sobretudo, a dissolução da Brigada Mariguella enquanto núcleo político central do Movimento, assim como do próprio modelo de organização política apoiado numa concepção de vanguarda. Como consequência disso, a coordenação acaba perdendo notavelmente sua capacidade de arregimentação e mobilização de novas famílias, assim como da possibilidade de manutenção da rede de apoio, comprometendo assim a continuidade e possibilidades de consolidação de seu projeto político.

Tais problemas e dificuldades de âmbito político-organizativo acabam por nos remeter a um primeiro questionamento sobre a capacidade de sua coordenação em proporcionar as bases uma condição de maior participação, tendo em vista o próprio discurso de suas lideranças em defesa da construção de valores e práticas pautadas nos princípios da luta pela construção do Poder Popular. Tal indagação se mostra pertinente ao consideramos os limites apontados no formato organizativo estabelecido, baseados por sua vez na personalização do Movimento em uma de suas lideranças, assim como de sua característica centralizadora sobre as decisões políticas, ou seja, do próprio modelo de vanguarda desenvolvido pela militância da Brigada Mariguella.

Um segundo fator apontado como de ordem explicativa ao processo de desmobilização, diz respeito às investidas das forças de oposição colocadas em defesa da ordem do capital. Constituída por setores vinculados aos interesses das velhas oligarquias regionais, as forças conservadoras apresentaram grande poder de resistência ao projeto político proposto pelo Movimento, uma vez que, através dele foi possível colocar em evidência as contradições inerentes ao sistema capitalista, fato que

acabou gerando um enorme desconforto aos donos do poder (principalmente em face da denúncia acerca da prática de grilagem das terras da união) ao se levantar contra os interesses das oligarquias frente ao seu projeto elitista de cidade.

Vários tipos de pressão foram exercidos pelos setores dominantes a fim de conterem a luta por Reforma Agrária na região. Destes, podemos destacar a tentativa de criminalização da luta, até a difamação promovida pelos setores da mídia empresarial - grande anunciante e patrocinador do capital imobiliário -, vista as inúmeras matérias nada imparciais que ganharam os noticiários e capas dos jornais durante, principalmente, o período da ocupação do terreno da SC-401. Dotado de um discurso de cunho despolitizador, xenofóbico e de ódio à condição de pobreza, tais artigos empenharam-se em atacar as famílias e as lideranças da ocupação, sempre munidos da intenção explícita de promoverem o deslocamento das questões de âmbito social à esfera jurídica, escamoteando a complexidade do conflito ao propor tratá-lo como um caso judicial e policialesco.

Nesse sentido, a repressão do Estado via poder policial foi uma constante na trajetória dos “Amarildos”. Desde o primeiro dia, com a chegada da polícia buscando intimidar os ocupantes através da prerrogativa de crime cometido a propriedade privada, passando também por vários episódios de explícita e implícita coerção e intimidação às lideranças e famílias participantes, até o momento da desocupação da área, onde foi possível verificar o uso descomunal do forte aparato repressivo usado contra os ocupantes, com a finalidade de garantir a todo custo a desocupação do terreno e a sua reintegração ao grileiro.

Por outro lado, pôde-se notar a omissão e negligência das instituições envolvidas e do próprio Poder Público frente ao conflito,

principalmente a partir da comprovação da denúncia de grilagem. De fato, entre as várias esferas do setor público, o judiciário ganha relevância ao apresentar uma postura complacente e serviu junto aos interesses das oligarquias locais. Dotado de um imobilismo e passividade de causar espanto, acabou por desconsiderar totalmente a necessidade do juízo sobre o histórico do terreno, da condição de cumprimento de sua função social, assim como de sua situação de abandono e de irregularidades, fechando os olhos da justiça tanto para o reconhecimento como para a punição do crime organizado comandado pelas elites regionais. Passando por cima dos interesses públicos sobre as terras pertencentes à União, negando a Constituição Federal e todas as demais legislações que pesam sobre a função social da terra, o acordo de despejo promovido pelo juizado agrário do Estado não fez outra coisa senão ratificar a condição de grilagem do terreno da SC-401, ao dar legitimidade e ganho de causa ao declarado usurpador de terras da União.

Um terceiro e último fator, que talvez seja um dos mais significativos para a reflexão, relaciona-se a escolha e tentativa de efetivação do projeto político na grande Florianópolis. Apresentando-se inédito e singular no contexto sociopolítico da região, o projeto advindo do MST coloca-nos frente a uma série de indagações quanto a sua possibilidade de consolidação.

Um primeiro ponto a ser considerado, com relação a essa questão, refere-se às dificuldades que se colocam para a aplicação de um projeto de Reforma Agrária num contexto urbano que apresenta, antes de tudo, uma complexa teia de determinações de ordem financeira e especulativa sobre a terra. Ou seja, deve-se levar em consideração, primeiramente, o fato das diferentes singularidades existentes entre o contexto de luta estabelecido no

campo e o colocado nas cidades. Ao buscar trazer a pauta dos trabalhadores rurais a Florianópolis, o Movimento assume a necessidade da realização de uma análise de conjuntura, não só sobre as implicações da luta no espaço metropolitano, mas, sobretudo, das especificidades que se apresentam numa região notadamente marcada pelo forte predomínio do capital imobiliário, assim como do grande poder de influência e mando de setores oligárquicos frente às políticas de uso e ocupação do solo urbano da capital.

Dito isto, pressupõe-se que devido às experiências de militância adquiridas por algumas de suas principais lideranças junto ao MST, as ações promovidas pelo Movimento Amarildo acabaram por sofrer forte influência das formas de ação provenientes da luta do campo. Essa relação direta com as práticas do MST certamente proporcionou dificuldades para determinar, a partir da referência empírica da luta adquirida no contexto rural, a complexidade das contradições verificadas a partir da cidade neoliberal como, por exemplo, dos grupos e forças que compõem os setores oligárquicos e de sua influência sobre o poder público e mídias empresariais; da dinâmica acirrada entre setores do capital imobiliário frente a escassez de terra na ilha (o que encarece ainda mais o seu valor); além é claro, das próprias implicações que se colocam diante da arregimentação de uma base social urbana a partir de um projeto, que antes de tudo, traz como essência uma proposta de “recampesinização”, ou seja, do retorno ao modo de vida camponês e as atividades de trabalho a ele ligadas. Trata-se, entretanto, de uma nova conjuntura que, diferentemente da luta contra os grandes latifundiários rurais e o agronegócio, impõe a necessidade de se criar novas formas de ação e enfrentamento em torno da disputa pela terra urbana.

Essa última questão traz relação como um segundo ponto de reflexão sobre as implicações existentes na proposta de Reforma Agrária do Movimento Amarildo, do qual parte-se da pressuposição de que na busca por trazer a perspectiva da luta do campo à cidade, a coordenação tenha acabado enfrentando sérias dificuldades em propor a uma base social majoritariamente urbanizada, a incorporação de elementos que lhe permitisse uma identificação maior justamente com as contradições vivenciadas cotidianamente pelas próprias famílias participantes.

Nesse sentido, presumi-se que através da tentativa de afirmação enquanto “centenas de famílias trabalhadoras de brasileiros(as) e latinos sem-terra, sem-teto [...]”⁸⁴ a coordenação - na intenção de promover a incorporação das duas categorias, (o que por sua vez impõe pensar na ideia de superação de ambas a partir da proposta singular vinculada a identidade enquanto “Amarildos”) – acabar abrindo precedente para que se criasse muito mais uma relação de conflito entre as duas identidades já consolidadas, do que uma condição real de união entre ambas.

Na intenção de buscar a concretização da Reforma Agrária dentro da cidade, a proposta acaba inevitavelmente trazendo uma aproximação maior justamente com a pauta de luta dos trabalhadores rurais e, conseqüentemente, a uma identidade enquanto sem-terra. Essa vinculação com a luta do campo apresenta como consequência direta, o distanciamento com a realidade e necessidade geral apresentada pela base social (a urgência por moradia), provocando por sua vez sérias dificuldades por parte das famílias de reconhecerem-se através da principal característica coletiva

⁸⁴ Trecho extraído da primeira edição do Informativo Gazeta Amarildo (fev/2014). Disponível em: <https://issuu.com/contestadovive/docs/gazeta_do_amarildo__1_>
Acesso em: 20/04/2015.

que os distinguem, qual seja, a da condição objetiva concreta enquanto trabalhadores urbanos pauperizados na cidade, fato esse que contribui significativamente para que haja um antagonismo e um sentimento de não pertencimento junto à proposta de Reforma Agrária Popular.

Tal proposta, levando em consideração a natureza do projeto político que carrega, mostrou-se muito mais inclinada a luta rural do que propriamente urbana, não lhe permitindo, por sua vez, criar possibilidades para a elaboração de uma identidade coletiva que fosse capaz de abarcar da maneira mais integral e coesa possível, tanto as prioridades da coordenação (por terra) quanto a de sua base social (por teto), proporcionando muito mais um conflito de interesses do que propriamente uma condição de convergência. Fato que certamente pode ser maior problematizado a partir do processo de despejo da SC-401 e da consequente saída em massa das famílias.

Nesse sentido, o processo verificado a partir da luta por Reforma Agrária nos abre precedentes para considerar a possibilidade de haver uma aproximação maior justamente com a pauta contrária a que foi estabelecida como prioridade, ou seja, da necessidade e urgência das famílias por moradia. Questão que inclusive foi apontada pela própria coordenação como sendo um dos principais fatores de contribuição, tanto para o processo de massificação quanto ao de desarticulação da ocupação da SC-401. Dada a importância que carrega, sugere-se que grande parte das famílias aderiu a ocupação buscando, sobretudo, sanar seu problema mais urgente, qual seja, a melhoria das condições de vida na capital a partir da saída do aluguel com a possibilidade de conquista da moradia.

Partindo de tal pressuposto, considera-se a hipótese de que, ao impor o projeto político a sua base social, a coordenação tenha acabado

estabelecendo, de forma inevitável, importância secundária a pauta por teto (visto que o objetivo maior foi e ainda continua sendo a conquista efetiva da terra), perdendo-se não somente a condição de uma proposta mais democrática do projeto (com a participação direta das famílias), como também da possibilidade real de constituição de uma base social dotada de uma identidade coletiva capaz de promover a devida coesão entre as famílias de trabalhadores urbanos através, principalmente, de seu reconhecimento e condição enquanto classe, assim como de suas características distintivas e necessidades em comum⁸⁵.

Sem desmerecer a importância e magnitude que o projeto de Reforma Agrária Popular carrega, mas, ao mesmo tempo, propondo-se a realizar uma reflexão crítica acerca de suas principais implicações, entende-se que embora o projeto tenha se pautado na proposta de “heterogeneização do sujeito da luta por reforma agrária” juntamente com a defesa pela promoção de melhorias substanciais das condições de vida não só das famílias participantes (ao buscar propor a superação do modelo capitalista baseado na propriedade privada e na exploração da força de trabalho), assim como também da população da região como um todo (oferecendo possibilidades, a partir do recurso da agroecologia, de produção de

⁸⁵ Certamente que as questões referentes à ideia de identidade coletiva enquanto “Amarildos”, assim como da sua relação com o projeto político não se encerram com as reflexões aqui apontadas (cujas quais se propuseram a tão somente abrir para perguntas, não sugerindo respostas conclusivas). Ao contrário, tais questionamentos, visto a complexidade que carregam, acabam por exigir um maior desenvolvimento não só das questões teóricas referentes aos conceitos de classe social, identidade e consciência de classe, como também da necessidade de aplicação de entrevistas, principalmente, às famílias participantes da ocupação da SC-401 no que se refere às perspectivas em relação ao processo da construção identitária, bem como dos elementos relacionados à consciência e emancipação de classe.

alimentação saudável a preços populares), ele definitivamente não conseguiu emplacar, muito menos convencer a sua base social da importância e necessidade para as famílias da prioridade da luta por Reforma Agrária na região.

Desse modo, chega-se ao pressuposto de que talvez uma das possíveis causas que possam ter contribuído para a saída em massa das famílias, tenha origem na opção de suas lideranças pela escolha e imposição de um projeto de âmbito agrário a uma base social notadamente urbanizada. Por outro lado, tampouco tal projeto mostrou-se como proposta factível na conformação espacial do município Florianópolis, notadamente marcada pelo forte predomínio dos interesses do capital imobiliário e seus gestores frente a atual escassez de terras.

Por um lado, pode-se observar que a coordenação do Movimento, mesmo procurando se articular a partir da condição habitacional precária das famílias presentes nas periferias da grande Florianópolis, - enfatizando por sua vez a necessidade e urgência da saída do aluguel e conquista da moradia digna - o que acabou oferecendo na prática para a sua base social, não foi mais do que a piora das condições de vida e moradia, ao apresentar como única opção a transferência para uma terra sem o mínimo de condições básicas àqueles que já vivem de maneira degradante na capital. Ao propor a saída das famílias de Florianópolis, reforçou-se ainda mais sua condição de segregação e exclusão da capital. No entanto, por outro lado, talvez a saída das famílias evidencie justamente essa questão, ou seja, que elas não desejam sair de Florianópolis e entorno. Ao contrário, procuram continuar resistindo de todo modo as inúmeras políticas segregacionistas a fim de permanecerem próximos ao município. De fato, o processo de destituição da base social nos coloca sob a reflexão de que, antes da

possibilidade de entrar na terra, assim como da viabilidade concreta para desenvolver um trabalho nela, há de se levar em conta, primeiramente, a necessidade de se ter um teto para morar.

Dessa maneira, sugere-se de que será muito menos pela luta por Reforma Agrária na grande Florianópolis que se criará as condições de aglutinação e enfrentamento frente aos interesses dominantes impostos pelo projeto elitista de *cidade-mercadoria*, e muito mais a partir de pautas que estabeleçam como prioridade as urgências das famílias trabalhadoras que buscam cotidianamente, a duras penas, resistirem a fim e continuarem existindo próximos a capital. Talvez não por acaso que a ocupação Contestado continue sendo a única, entre as três últimas realizadas na região, que ainda consegue – mesmo diante de forte repressão do Estado - manter firme sua base social na perspectiva da luta por moradia. Esse fato contribui para reforçar ainda mais o argumento de que o problema maior existente na região não é, definitivamente, de âmbito Agrário. É, antes de tudo, um problema oriundo da crise urbana, essa que traz como consequência direta a piora substancial das condições de vida das mais de 30 mil famílias que atualmente se encontram vivendo sob condições precárias de moradia na grande Florianópolis.

Chega-se assim a possibilidade de verificação do que se apresenta como provável ponto central das implicações colocadas até aqui. Trata-se, pois, da pressuposição de que a dificuldade maior enfrentada pela sua organização talvez tenha sido a de estabelecer um denominador comum que possibilitasse abarcar três questões que se apresentaram como fundamentais a sua condição enquanto Movimento de vanguarda, a saber: 1) da disposição de luta dos militantes engajados pela conquista da terra juntamente com a perspectiva de transformação social; 2) a consideração

das necessidades e urgências das famílias em relação à importância da conquista pelo teto, uma vez verificada a relevância que possui a moradia para a sua base social; 3) a referência como horizonte e orientação maior da perspectiva da luta de classes presente no contexto urbano, principalmente, das especificidades verificadas na grande Florianópolis. Desse modo, impõe-se a formulação da pergunta acerca do que deveria ter sido colocado como prioridade para a luta do Movimento: sua institucionalização pelo Estado a partir da perspectiva da conquista da terra a um reduzido grupo de famílias, ou a possibilidade real do início da construção de uma frente ampla de luta, composta por uma base social capaz de realizar o enfrentamento direto ao capital imobiliário e seus gestores na região da grande Florianópolis?

Uma das possibilidades de resposta relaciona-se ao fato de que, ao dar maior ênfase a pauta de luta dos trabalhadores rurais, a partir de proposta de Reforma Agrária Popular trazida do MST, a coordenação do Movimento acaba abrindo mão daquilo que poderia ter sido o estopim para o início de um processo de massificação e resistência frente ao mandonismo do capital especulativo na região. Dessa forma, o Movimento opta por deixar de lado aquilo que, de fato, poderia proporcionar a instituição de um projeto concreto de enfrentamento às oligarquias locais, tendo em vista a grande capacidade de arregimentação de famílias e grupos políticos progressistas e anticapitalistas aglutinados em torno de sua luta.

Ao limitar-se ao objetivo da conquista da terra, o Movimento acaba perdendo justamente aquilo que lhe é mais fundamental, ou seja, a força motriz que poderia lhe fornecer a sustentação necessária a sua consolidação, possibilitando assim as condições para promover o acirramento de classes em entorno da disputa pelo espaço urbano na região.

Por conta do imediatismo da luta, perdeu-se a condição de se estabelecer um trabalho de organização política a longo prazo, assim como também da perspectiva da construção de uma base social estruturada a partir de uma identidade coletiva sólida e em real sintonia com as demandas apresentadas pelas famílias. Ao reduzir sua luta política ao âmbito institucional, ou seja, voltada a negociação com o Estado via INCRA, o Movimento deixa de lado a possibilidade real da construção de uma unidade classista, assim como da perspectiva de uma transformação social ampla e de caráter revolucionário.

O momento atual do Acampamento Amarildo ainda se constitui como uma incógnita. Sua condição é senão outra, que a mesma vivenciada por milhares de famílias pauperizadas da grande Florianópolis, ou seja, de isolamento e segregação da cidade, sofrendo as mais duras privações relacionadas à falta de acesso aos equipamentos e serviços urbanos de primeira necessidade como saneamento, eletricidade, transporte, alimentação e moradia adequada, etc.

Certamente, um dos principais desafios que se coloca hoje é o da possibilidade de consolidação do assentamento em Águas Mornas. Entretanto, talvez o maior, mais significativo e importante desafio imposto a nova coordenação do acampamento ainda seja o de superação do problema que os persegue desde o seu surgimento, fruto do resultado concreto das escolhas tomadas pelo modelo organizativo defendido durante grande parte de sua trajetória, e que, somados as inúmeras dificuldades e problemas externos enfrentados, acabaram por determinar seu paradoxo atual: antes tinham famílias, mas não havia a terra para trabalhar e morar. Agora há terra, no entanto, o acampamento não dispõe das condições materiais necessárias e, principalmente, de um número significativo de famílias que possibilite tocar de maneira eficiente o seu projeto.

Dessa forma, impõe-se novamente a condição inicial vista a partir da necessidade de arregimentação de novas famílias para que se consiga, de fato, dar seqüência e desenvolvimento aos trabalhos do Acampamento. Numa palavra, a contradição (a conquista da terra X formação de uma base social sólida) que os acompanhou desde o início ainda perdura, uma vez que continua lhe faltando o mais essencial e imprescindível à luta pela continuidade do Movimento, a saber: a adesão dos trabalhadores urbanos ao projeto de Reforma Agrária proposto para a Região da Grande Florianópolis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIANDO A ORDEM DO(A) CAPITAL

As contradições colocadas a partir da crise urbana, decorrentes da expansão e intensificação da agenda neoliberal na América Latina e notadamente no Brasil, principalmente a partir dos anos 80, se apresentam na conjuntura atual como uma condição insustentável aos segmentos mais espoliados das classes trabalhadoras presentes nas periferias dos grandes centros urbanos. Tais contradições, verificadas através da explosão do processo de urbanização no país, são capazes de evidenciar a lógica perversa que submete cotidianamente milhões de famílias as mais degradantes condições de vida, principalmente, nas áreas metropolitanas. Como fruto direto do colossal aumento da concentração de capital por parte das classes dominantes, as desigualdades sociais surgem sob as diversas formas de violência, miséria e segregação, revelando a incapacidade dos gestores do capital de administrarem os recursos públicos em prol das necessidades e urgências das massas urbanas espoliadas.

Com isso, o que se pode notar é a intensificação dos problemas sociais decorrentes da aplicação das políticas neoliberais e do modelo de urbanização adotado, tais como a superexploração da força de trabalho com rebaixamento salarial, crescimento do desemprego e da consequente condição de informalidade, retirada dos direitos sociais, precarização/privatização dos serviços públicos essenciais, etc. Como resultado direto desse processo, verifica-se cada vez mais o aumento do processo de favelização, do déficit habitacional e da segregação socioespacial, ou seja, da pobreza urbana. Tal condicionante influencia diretamente na marginalização e expulsão dos segmentos das classes

trabalhadora de baixa renda para fora das áreas mais visadas pela especulação imobiliária. Desse modo, impõe-se inevitavelmente o acirramento da luta pela disputa do espaço urbano a partir do surgimento de novos sujeitos políticos organizados em prol das demandas sociais urgentes.

Na região da grande Florianópolis isso não é diferente. A questão referente à problemática urbana vem ganhando cada vez mais destaque devido a intensificação das contradições inerentes a cidade neoliberal, notadas através da crescente e incontrolável valorização e aumento do preço da terra urbana, das desigualdades sociais decorrentes desse processo e do consequente estabelecimento de espaços urbanos cada vez mais segregados, limitando-os por sua vez ao usufruto das classes sociais mais abastadas. A partir da constante tendência a valorização imobiliária, verificada principalmente dentro dos limites do município de Florianópolis, o que se vem observando é um crescimento cada vez mais acelerado das contradições e problemas urbanos da região. Tais problemas podem ser identificados através da carência de infraestrutura e dos serviços públicos essenciais, degradação ambiental, péssimas condições de mobilidade, aumento da violência urbana, transporte público caro e precário, além de outras questões vinculadas diretamente a um crescente aumento populacional e das emergentes demandas que se verificam a partir desse contexto, como, por exemplo, a urgência por moradia na região.

Administrada aos moldes de uma empresa, arditosamente projetada para gerar lucros, vendendo ao mesmo tempo a imagem da cidade como grande condomínio de luxo e reduto exclusivo destinado às elites nacionais e internacionais, essa lógica acaba impondo a ideia de que a “ilha da magia” tem donos, e que tais proprietários estabelecem em certa medida quem pode e quem não pode existir nela, através dos mandos e desmandos exercidos

pelo capital imobiliário que, contando com a influência política e econômica que sustentam, acabam por determinar as prioridades das políticas de uso e ocupação do solo no município. Vinculado a isso, verifica-se cada vez mais a intensificação do processo de segregação socioespacial na região, notadamente em Florianópolis, onde a partir da valorização imobiliária, segmentos mais pauperizados das classes trabalhadoras vão sendo literalmente expulsos, devido principalmente ao ritmo cada vez mais acelerado do aumento da especulação sobre a terra na região.

É a partir de tal conjuntura, marcado pelo forte predomínio do capital imobiliário aliado aos interesses oligárquicos, juntamente com a piora das condições de vida e moradia dos trabalhadores de baixa renda, assim como da segregação socioespacial decorrente desse processo, é que emerge a Ocupação Amarelado de Souza na grande Florianópolis. Saindo em defesa pela garantia dos direitos aos excluídos da cidade da magia, o Movimento insurge na cena política local ao propor disputar os recursos públicos em prol daqueles que nada tem, inserindo por sua vez no debate político outra proposta de desenvolvimento para a região.

Nascido das experiências adquiridas por alguns ex-militantes do MST/SC, sua organização política toma uma conformação singular ao apresentar uma proposta de união entre as formas de ação e organização já consolidadas pelos movimentos sociais de luta pela terra, junto a concepções teóricas advindas do campo da esquerda partidária, por sua vez com forte vinculação ao Partido Comunista Brasileiro. Dessa convergência entre movimento social e partido político, surge um modelo de vanguarda fundamentado na ideia de centralidade na ação, ou seja, do predomínio da

ação direta como forma estrutural e balizadora da organização e ação política.

Partindo da proposta de Reforma Agrária Popular trazida do MST, os “Amarildos” como ficaram conhecidos, apresentaram novas possibilidades de ação na região ao buscar incorporar demandas de extrema urgência para os trabalhadores mais pauperizados da região. Ao partir da reivindicação por “Terra, Trabalho e Teto”, incorporando questões vinculadas diretamente a centralidade da oposição capital/trabalho, o projeto político advindo do MST propõe a superação das relações baseadas na exploração capitalista de produção, ao defender outra proposta de trabalho, renda e moradia pautada por sua vez nos valores de solidariedade e cooperativismo entre os trabalhadores.

Ao contar com ampla participação envolvendo sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, e os mais diversos militantes e ativistas engajados, a rede de apoio trouxe a cena política local algo singular no que diz respeito ao poder de enfrentamento direto contra as forças conservadoras locais. A contraposição político-ideológica acionada através da luta pela conquista da terra, insurge como uma possibilidade de resistência e enfrentamento real frente ao mandonismo das elites locais sobre o espaço urbano.

É certo que os problemas e dificuldades enfrentados ao longo de sua trajetória acabaram por gerar graves prejuízos a condição de continuidade e consolidação da luta. Nesse sentido, o desfecho negativo do despejo do terreno da SC-401 pode ser visto como um fator sintomático no que concerne tanto a saída em massa das famílias, como também para a sua desestruturação enquanto organização política, abrindo precedentes para questionamentos acerca dos limites e desafios estabelecidos em torno de

seu modelo organizativo enquanto Movimento de Vanguarda, bem como da proposta de projeto político adotada.

Por outro lado, apesar das contradições que possam ter apresentado, há de se levar em consideração o poder das forças conservadoras de oposição. Verificadas a partir dos mais diversos tipos de repressão, desde âmbito policial, com ameaças e penalizações de âmbito jurídico-políticas, as tentativas de criminalização não foram capazes de intimidá-los. Persistentes em seus ideais, colocaram-se com bravura e determinação frente à disputa pela terra na região. Corajosos, desafiaram de maneira contundente a ordem do e da capital, ao se lançarem no enfrentamento direto contra os interesses patrimonialistas das classes dominantes locais. Dessa forma, sua luta se constituiu, antes de tudo, como um grito de alerta as forças reacionárias da região ao mostrar que existem possibilidades de resistência frente ao projeto elitista de *cidade-mercadoria*, ao mesmo tempo em que se revelou como um prenúncio aos explorados da grande Florianópolis acerca das viabilidades concretas de organização e mobilização da luta contra o capital imobiliário e seus gestores.

Nesse sentido, o processo de institucionalização do Movimento via Estado confirma ainda mais a imposição e necessidade da ação direta como principal forma de garantir os direitos dos excluídos da “Ilha da Magia”, não somente por se colocar como única opção para as classes trabalhadoras mais pauperizadas de continuarem existindo e resistindo na cidade, mas também por deixar claro que não será apenas através do diálogo com as instituições públicas que serão resolvidas as contradições sociais, estas, somente poderão ser confrontadas e combatidas de maneira eficaz através da luta direta contra o capital. De fato, as ações realizadas pelo Movimento Amarildo sinalizaram para a necessidade e urgência do acirramento da luta

por terra e moradia no Estado de Santa Catarina, principalmente na grande Florianópolis, região onde se concentram grande parte do proletariado catarinense que resiste cotidianamente ao processo de lumpenização.

Para além de revelar novas formas de organização e ação aos grupos pauperizados e dispersos das classes trabalhadoras da região, mobilizando ao mesmo tempo setores importantes da sociedade civil em prol de sua bandeira de luta, a ocupação pensada e produzida de forma organizada foi capaz de denunciar de maneira contundente tanto a concentração e apropriação ilegal de terras no município de Florianópolis, quanto o poder exercido pelo capital imobiliário em detrimento da função social da cidade e da propriedade, além das práticas segregacionistas promovidas sem nenhum tipo de pudor pelas elites dominantes via políticas de Estado. Sinalizando para a urgência das grandes demandas por moradia existentes na região, suas ações contribuíram de modo significativo para dar visibilidade aos problemas e conflitos urbanos inerentes à cidade neoliberal, por vezes omitidos e negligenciados ao conhecimento público. Apresentando-se como expressão social do conflito de classes em torno da disputa pela terra, o Movimento de Ocupação Amarildo de Souza propôs, antes de tudo, novas formas de apropriação e ressignificação do espaço urbano a partir do protagonismo de sua luta por “Terra, Trabalho e Teto” na Região da Grande Florianópolis.

Como uma peça nova no tabuleiro do jogo, seu surgimento criou uma necessidade de movimentação dos mais variados grupos e setores da sociedade. Sua emergência na cena política local fez com que partidos políticos de esquerda, sindicatos, militantes de diferentes correntes anticapitalistas, movimentos sociais, intelectuais, estudantes, repórteres, instituições públicas, setores da igreja católica, assim como grupos

conservadores atrelados aos interesses dominantes e toda sorte de especuladores e curiosos de plantão, voltassem suas atenções ao problema referente a grilagem de terras e ao direito à moradia na região. Tal movimentação exigiu uma tomada de posições por parte desses indivíduos e grupos, criando na conjuntura política local uma nova dinâmica na correlação de forças entre as classes antagônicas em disputa pelo espaço.

Diante desse intrincado jogo de xadrez da vida real, os grupos e setores antagônicos continuam apostos, cada uma ao seu lado, ambos na expectativa da próxima jogada de seu adversário. A depender do nível de conhecimento e domínio sobre as melhores estratégias a serem utilizadas, o próximo movimento que se dará entre as peças poderá criar ou não uma nova situação de acirramento frente a atual disputa pelo espaço urbano. Mesmo não podendo prever o futuro, porém, lembrando Marx quando nos diz que é a partir das ações humanas que se faz a história, não como se pretende, mas de acordo com as circunstâncias impostas, resta ao observador preocupado e atento ao seu tempo, buscar, a partir de uma reflexão crítica sobre a atual conjuntura, possibilidades de verificação acerca das possíveis tendências que se apresentam no contexto singular da luta pela terra na grande Florianópolis. Talvez através dele possa emergir novamente, a partir do movimento dinâmico da luta que segue, outra jogada de mestre que favoreça mais uma vez - mesmo considerando a correlação de forças desfavoráveis aos peões - as condições concretas para que haja uma nova possibilidade de oferecer xeque ao rei.

A saber: “Os Amarildos são muitos. O precedente foi aberto.”⁸⁶

⁸⁶ Frase emprestada de Ermínia Maricato ao se referir à denúncia pública dos reais motivos referentes ao desaparecimento do servente de pedreiro Amarildo de Souza.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2002.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOULOS, Guilherme. **De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil.** São Paulo : Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo : Boitempo Editorial, 2008.

_____. **Sobre a questão da moradia.** 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

GALVÃO, Andréia. **Marxismo e Movimentos Sociais.** Crítica Marxista, n.32, p. 107-126, 2011.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e lutas pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Teorias dos movimentos sociais.** 5º Ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: reforma agrária, movimentos sociais e novas formas de assentamentos.** São Paulo: Annablume, 2012.

_____. **Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária.** Revista Agrária, São Paulo, nº 5, 2006.

GOTTDIENER, Mark. Paradigmas Flutuantes O debate sobre a teoria do espaço. In: **A produção social do espaço.** São Paulo: Edusp, 1997, p.115-158.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

_____. **Movimento dos trabalhadores Sem-Teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil.** Revista Lutas Sociais, São Paulo, nº 29, p.160-171, jul/dez 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Annablume, 2005

_____. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil /Ermínia Maricato... [ET AL.]. In: **A liberdade da cidade.** 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas.** Revista Espaço e Debates, São Paulo, n. 6, p.6-35, 1982.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo : Edições Loyola, 2008.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** 2º Ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O pensamento marxista e a cidade.** Olisiseia, 1972

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. **Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LORENA, Elton Rafael. **Luta de classes na cidade neoliberal: uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

MARICATO, Ermínia; ARANTES, Otília; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis : Vozes, 2014.

_____. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [ET AL.]. In: **É a questão urbana, estúpido!**. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. As metrópoles e a questão social brasileira. In: **Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. **Para entender a crise urbana**. 1.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2015.

FACHINELLO, A. L.; SANTOS FILHO, J. I. A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. In: **Agricultura e agroindústria catarinenses: panorama, impasses e perspectivas do sistema agropecuário**. Chapecó : Argos, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social : teoria, método e criatividade**. 31. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7º Ed. São Paulo : Contexto, 1997.

MORAES, M. C. M.; MÜLLER, R. G.. **E. P. Thompson e a pesquisa em Ciências Sociais**. Revista Perspectiva, v.27, n° 2, 481-517, jul/dez. 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERR. **Programa Agrário do MST – Texto em construção para o VI Congresso Nacional**. São Paulo, 2013.

PINHEIRO, Jair. **Novos movimentos sociais classistas**. Aurora, ano IV, n°6, 2010.

RIDENTE, Marcelo. **Classes sociais e representações**. 2.ed. São Paulo : Cortez, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço**. Cadernos Metrópole, n.12, p. 9-25, 2° sem. 2004.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7.ed. São Paulo : Contexto, 1997.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

VAINER, Carlos. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil /Ermínia Maricato...** [ET AL.]. In: **Quando a cidade vai às ruas**. 1.ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel : FAPESP : Lincoln Institute, 2001.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Número e casas vazias supera déficit habitacional brasileiro, indica censo de 2010**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-12-11/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-brasileiro-indica-censo-2010>> Acesso em: 25/04/2015.

BBC BRASIL, 29/05/2014. **Aluguel caro pressiona déficit habitacional nas metrópoles**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140527_deficit_habitacional_ms> Acesso em: 25/04/2015.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Déficit habitacional em Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.cohab.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=110> Acesso em: 25/04/2015.

BUONICORE, Augusto Cesar. **Lênin e o Partido de Vanguarda**. São Paulo: Princípios, ed.69, p. 48-54, 2003. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/PRI/PRI69/PRI69_08.PDF> Acesso em: 02/10/2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil.** Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>> Acesso em: 03/07/2015.

G1, 25/11/2013. **Número de domicílios com aluguel excessivo cresce 30% em cinco anos.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/11/numero-de-domicilios-com-aluguel-excessivo-cresce-30-em-cinco-anos.html>> Acesso em: 27/06/2015.

_____, 17/12/ 2014. **Uma em cada quatro famílias gasta mais de 30% da renda com aluguel.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/12/uma-em-cada-quatro-familias-gasta-mais-de-30-da-renda-com-aluguel.html>> Acesso em: 27/06/2015.

_____. **Dilma assentou menos famílias que Lula e FHC; meta é 120 mil até 2018.**

Disponível:<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>> Acesso em: 05/03/2016.

HARVEY, David. **O direito à cidade.** Revista Lutas Sociais, São Paulo,

n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em:
<<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>> Acesso em: 21/01/2015

IBGE CIDADES. **Santa Catarina/ Florianópolis**. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420540&search=santa-catarina|florianopolis>> Acesso em: 29/06/2015.

OUTRAS PALAVRAS. **Florianópolis já encara que a captura**. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/florianopolis-ja-encara-quem-a-captura/>> Acesso em: 05/07/2015.

MARICATO, Ermínia. **A Terra é um nó na sociedade brasileira ...também nas cidades**. Ed. Vozes, v.93, n.6, 1999. Disponível em:
<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_terranosociedadebrasileira.pdf> Acesso em: 18/05/2015.

_____. **A bomba relógio das cidades brasileiras**. Disponível em:<http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_bombarelogio.pdf> Acesso em: 20/05/2015.

NOTÍCIAS DO DIA ON LINE, 15/01/2015. **Minha Casa Minha Vida tem mais de 500 denúncias de irregularidades na Grande Florianópolis**. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/226768-minha-casa-minha-vida-tem-mais-de-500-denuncias-de-irregularidades-na-grande-florianopolis.html>> Acesso em: 01/06/2015.

SUGAI, Maria Inês. **Ações do poder público na produção da segregação espacial urbana.** Disponível em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1048>>. Acesso em: 15/03/2015.

SUGAI, Maria Inês. **A localização das intervenções viárias intra-urbanas, a distribuição espacial das classes sociais e a dinâmica imobiliária em Florianópolis: a via de contorno norte-ilha.** Disponível em:<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1629>> Acesso em: 15/03/2015.

VILLAÇA. Flávio. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira.** VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife, 1997. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/efeitos96.pdf>> Acesso em: 01/07/2015.

CRONOLOGIA DA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO

16/12/2013 – Primeira ação realizada (grupo de 50 pessoas) a partir da ocupação do terreno na Rodovia SC-401, na Vargem Pequena, Norte de Florianópolis.

Motivação: baixos salários aliados ao intenso processo de encarecimento das taxas de aluguéis no município.

Conflito a partir de dois princípios constitucionais (função social da propriedade x garantia da propriedade privada).

05/01/2014 – Ampliação da ocupação: inclusão de novas famílias e a chegada de 50 índios da etnia Kaingang (RS).

24/01/2014 – INCRA recebe lista de pré-cadastro com 725 famílias participantes da ocupação.

03/02/2014 – SPU/SC realiza vistoria do terreno identificando o mesmo como propriedade da União.

07/02/2014 – Marcha na Beira-Mar Norte (800 pessoas).

Audiência conciliatória na ALESC entre as partes determina 19 pontos a serem cumpridos, dentre eles a desocupação do terreno em 15/04/2014.

19/03/2014 – Audiência Pública na ALESC envolvendo instituições públicas (INCRA e SPU), parlamentares e lideranças do Movimento discutem sobre possibilidades de resolução do conflito.

9/04/2014 – Mobilizações do Movimento na tentativa de reverter a determinação judicial de ordem de despejo (Bloqueios na SC-401 e manifestações na ALESC).

12/04/2014 – Tentativa de transferência das famílias para o terreno do sindicato dos bancários. Deflagrada a “Operação Capital” com uso de forte aparato repressivo pela PM.

14/04/2014 – Reunião na ALESC entre lideranças do Movimento e representantes públicos busca estabelecer acordo sobre uma nova área para as famílias da ocupação. Como solução temporária é indicada a transferência das famílias para a TI do Morro dos Cavalos em Maciambu/Palhoça.

15/04/2014 – Processo de desocupação do terreno da SC-401 e a transferência para Palhoça. Saída em massa das famílias (90% da base social).

16/04/2014 – Chegada da “Comuna Amarildo” (70 famílias) em Maciambu/Palhoça e a tentativa de diálogo com a comunidade Guarani.

20/04/2014 – Movimento busca retornar à Florianópolis a partir da tentativa de ocupação do terreno no bairro do Rio Vermelho. Ação gera conflito com empresários e população local.

21/04/2014 – Retorno à Maciambu e estabelecimento de acordo de permanência junto às lideranças indígenas da TI do Morro dos Cavalos.

11/05/2014 – Ocupação da superintendência do INCRA em São José. Movimento busca pressionar a instituição para ceder nova área para as famílias remanescentes da ocupação da SC-401.

16/05/2014 – Juiz federal da 6ª Vara de Florianópolis determina o prazo de 15 dias para desocupação da TI do Morro dos Cavalos. INCRA propõe nova área

03/07/2014 – Cerca de 25 famílias remanescentes do Movimento são transferidas pelo INCRA para um terreno no município de Águas Mornas.

03/07/2015 – Comemoração de um ano da Comuna Amarildo em Águas Mornas.

08/11/2015 – Processo de desestruturação da organização política tem como desfecho a expulsão de uma das principais lideranças.

10/05/2016 – Acampamento Amarildo de Souza encaminha Estudo de Viabilidade Técnica (EVT) ao INCRA, como procedimento necessário à aprovação e abertura da portaria de assentamento em Águas Mornas.

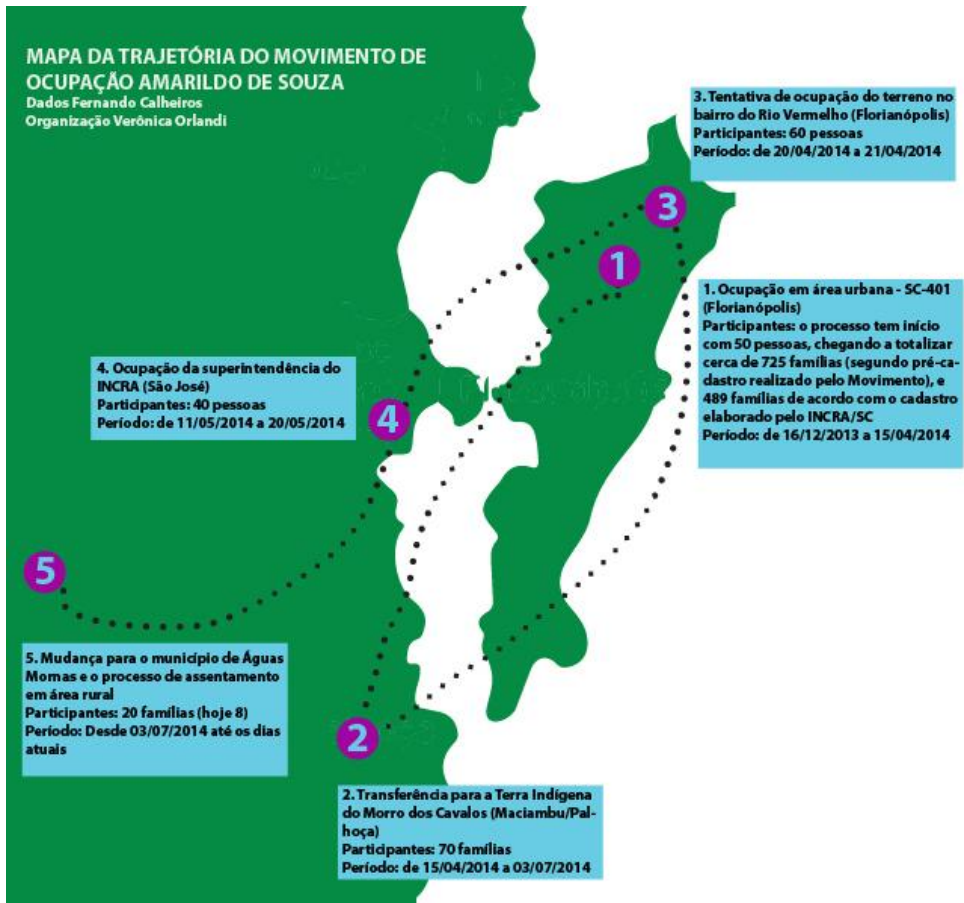


Figura 12: Mapa da trajetória do Movimento. Fonte: Fernando Calheiros. Elaboração: Verônica Orlandi

FOTOGRAFIAS DE ANA RITA MAYER



Ocupação SC 401. Foto Ana Rita Mayer



Ocupação SC 401. Foto Ana Rita Mayer



Ocupação SC 401. Foto Ana Rita Mayer



Ocupação SC 401. Foto Ana Rita Mayer



Ocupação SC 401. Foto Ana Rita Mayer



Ocupação SC 401. Foto Ana Rita Mayer



Ocupação SC 401. Foto Ana Rita Mayer



Ocupação SC 401. Foto Ana Rita Mayer



Ocupação SC 401. Foto Ana Rita Mayer



Ocupação SC 401. Foto Ana Rita Mayer



Ocupação SC 401. Foto Ana Rita Mayer



Maciambu/Palhoça. Foto Ana Rita Mayer



Maciambu/Palhoça. Foto Ana Rita Mayer



Autoconstrução em Águas Mornas. Foto Ana Rita Mayer



Águas Mornas. Foto Ana Rita Mayer

ANEXOS

ANEXO 1

O ACORDO

- 1) *As pessoas que compõem a “Ocupação Amarildo” permanecerão na área até o dia 15 de abril de 2014;*
- 2) *A área que permanecerá ocupada, e que não poderá ser ampliada ou modificada, é aquela em que hoje existe o acampamento e que será formalmente delimitada, no dia 8 de fevereiro de 2014, pelo major PM Edvar Fernando da Silva Santos, fixando-se os marcos com pontos de GPS;*
- 3) *A área permanecerá ocupada estritamente para fins de acampamento provisório, sendo mantida a vedação de implantação de edificações de cunho definitivo e a construção de novas barracas;*
- 4) *O major PM Edvar Fernando da Silva Santos irá promover o inventário das barracas edificadas na área, inclusive com levantamento fotográfico daquelas de madeira;*
- 5) *Findo o prazo concedido pela parte autora, os acampados deverão desocupar voluntariamente a área sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento e sem que assista direito à retenção;*
- 6) *A falta de desocupação voluntária no prazo ajustado, ou o descumprimento de qualquer uma das condições aqui ajustadas, acarretará, independente de prévio aviso ou notificação, a imediata expedição de mandado de reintegração de posse;*
- 7) *No período da ocupação, os acampados comprometem-se a respeitar o direito de propriedade da parte autora;*
- 8) *A parte autora compromete-se a respeitar a área delimitada para o acampamento no período da ocupação;*
- 9) *Os acampados assumem o compromisso de preservar os recursos naturais existentes na área e suas adjacências, sobretudo aquelas*

de preservação permanente, não podendo promover o corte de vegetação e de árvores;

- 10) Os acampados concordam com a fiscalização contínua na área a ser realizada pela Polícia Ambiental, a cada 15 dias, com o intuito de verificação do respeito ao meio ambiente e ao cumprimento das condições avençadas;*
- 11) A parte autora detém o direito de edificar uma cerca divisória para separar a área ocupada da remanescente;*
- 12) Fica mantida a vedação do ingresso de novas pessoas e famílias no acampamento;*
- 13) Caberá aos acampados comunicar aos demais integrantes do movimento, as condições estabelecidas para a ocupação provisória;*
- 14) Os acampados comprometem-se em fazer cumprir o acordo firmado, bem como reconhecem que eventual mandado de reintegração de posse a ser expedido estende-se a todos os que estiverem na área;*
- 15) Fica assegurado acesso do arrendatário Valmir dos Passos Silva à área, pelo interior do acampamento, para as atividades agropastoris;*
- 16) A falta de cumprimento de qualquer uma das condições estabelecidas acarretará a imediata rescisão do ajuste independente de qualquer aviso ou notificação, com a consequente expedição do mandado de reintegração da parte autora na posse da área;*
- 17) Cada parte arcará com a remuneração de seu procurador;*
- 18) As custas finais serão de responsabilidade dos acampados, requerendo eles a concessão da justiça gratuita em razão da ausência de condições financeiras para suportar o encargo;*

- 19) *As partes renunciam ao prazo para a interposição de recurso, requerendo o imediato trânsito em julgado da sentença. A parte autora renuncia ao direito de oferecer queixa-crime e a requerer indenização quanto à ocupação da área.*

Disponível em: < <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/141318-spu-afirma-que-terreno-invadido-na-sc-401-e-propriedade-da-uniao.html>.> Acesso em: 02/11/2015.

ANEXO 2

Sobre a área citada, Rod. SC-401, km 14, ao lado do Rio Ratonos, a SPU/SC informa:

- 1) *Representantes dos ocupantes da área protocolizaram nesta SPU/SC solicitação de vistoria e identificação da área ocupada e se a mesma é propriedade da União. A equipe técnica da SPU/SC vistoriou a área em questão na segunda-feira (03/02) e constatou que a área ocupada encontra-se totalmente inserida em propriedade da União, caracterizada como Terreno de Marinha e Acrescido, nos termos do Artº 20-VII da Constituição Federal e a Artigos. 1º e 2º do Decreto Lei 9760/46.*
- 2) *Após a comprovação documental (registro do imóveis) do suposto proprietário, a SPU/SC tomará as providências necessárias junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Advocacia Geral da União, para a desconstituição desses títulos.*
- 3) *A Linha de Preamar Médio de 1831-LPM/1831 para o local encontra-se demarcada em fase de homologação, sendo os trabalhos conduzidos pela Comissão de Demarcação instituída pela Portaria 54/2007.*

Disponível em: < <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/141318-spu-afirma-que-terreno-invadido-na-sc-401-e-propriedade-da-uniao.html>.> Acesso em: 02/11/2015.

ANEXO 3

Nota da Procuradoria da União de Santa Catarina sobre a área do acampamento Amarildo de Souza na Rod. SC401, km 14, ao lado do Rio Ratores:

Após uma vistoria realizada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) na área localizada na Rodovia SC401, km 14, em Florianópolis, ficou constatado que o imóvel encontra-se parcialmente inserido em propriedade da União caracterizada como Terreno de Marinha e Acrescido, nos termos do Artº 20VII da Constituição Federal e a Artigos 1º e 2º do Decreto Lei 9760/46, e a existência de titulação sobre a área pública.

Diante da constatação da existência de título de propriedade em terras de marinha no local a SPU solicitou à Procuradoria da União/AGU, órgão que representa judicialmente o órgão, a análise quanto as providências judiciais cabíveis no tocante a anulação dos referidos títulos, análise que está na pendência de complementação de dados e documentos já requeridos à SPU. Como já informou a SPU, em nota anterior enviada à Imprensa, a linha de Preamar Médio de 1831LPM/ 1831 para àquela região encontra-se demarcada e em fase de homologação. Os trabalhos de demarcação e homologação são conduzidos pela Comissão de Demarcação instituída pela Portaria 54/2007 daquele órgão.

A homologação da linha Preamar Médio segue o estabelecido no DecretoLei 9760 de 1946. Uma das etapas é a notificação de todos os moradores da área localizada na faixa de terreno de Marinha. Os notificados que contestarem a demarcação terão prazo de 10 dias para recorrerem da decisão. Essa fase é administrativa e cabe à SPU tomar as medidas para a devida homologação. Somente após esse trâmite e com a linha homologada é que a AGU deverá acionar judicialmente os supostos detentores de títulos de propriedade sobre terrenos de marinha para a desconstituição/anulação desses títulos.

É importante esclarecer que o processo de demarcação dos terrenos de marinha e acrescidos possui caráter meramente declaratório e não constitutivo de um direito de propriedade estabelecido constitucionalmente.

Com relação à ocupação Amarildo de Souza, a AGU esclarece que o caso é uma disputa de posse entre particulares e que a instituição não é parte no

litígio. A missão da Procuradoria será o de representar a União num futuro processo judicial envolvendo a anulação dos títulos, porém caberá à SPU dar destinação ao imóvel.

Disponível_em:<<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/02/agu-afirma-que-ainda-nao-vai-entrar-com-acao-contra-proprietarios-de-terreno-na-sc-401-4419784.html>> Acesso em: 18/04/2015.

ANEXO 4

Exmo. Sr. Governador,

O Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária vêm através do presente informar a Vossa Excelência que, de forma alguma, concordam, chancelam, incentivam ou mesmo cogitam a possibilidade de realocação das famílias da “Ocupação Amarildo Souza” em terreno localizado na conflituosa região do Maciambú, Município de Palhoça, área que está no interior do perímetro da área identificada como terra Indígena, Morro dos Cavalos.

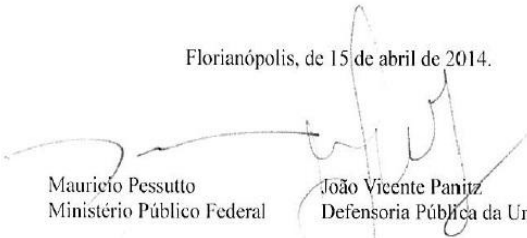
Neste sentido, o Ofício 100/GAB/CRLS/2014 da FUNAI, que segue em anexo, data de hoje, no qual a Fundação Nacional do Índio expressa a sua preocupação jurídica e social com tal ocupação no que toca aos rumos da terra indígena e dos direitos constitucionais da comunidade indígena.


Os fatos técnicos avaliados no dia de hoje demonstraram a estas Instituições que o terreno em questão, identificado em documento anteriormente assinado por estas Instituições na madrugada do dia anterior, dia 14 para 15 de abril, de que a área efetivamente se insere na terra indígena e que a mesma se encontra em processo atual de desintrusão de não-indígenas e de reconhecimento jurídico pelas instâncias competentes, o que faz com que estas Instituições reformem o posicionamento anteriormente aventado, tendo em vista os direitos fundamentais que integram a sua atribuição constitucional e legal.

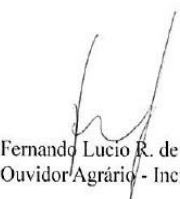
A propósito, entendem as instituições signatária, que o deslocamento das famílias da ocupação Amarildo de Souza para a área que agora efetivamente se mostrou indígena não contribui para a promoção do direito à moradia, bem como não caracteriza a solução da conturbada questão envolvida da Ocupação, e ainda impacta negativamente o direito indígena.

Por fim, até o momento, a única alternativa legalmente adequada que se conhece disponível para abrigo das famílias em questão é a apresentada pelo INCRA, no Município de Canoinhas, Estado de Santa.

Florianópolis, de 15 de abril de 2014.


Maurício Pessutto
Ministério Público Federal


João Vicente Panitz
Defensoria Pública da União


Fernando Lucio R. de Souza
Ouvidor Agrário - Inera/SC

Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/cidades/noticia/2014/04/familias-da-ocupacao-amarildo-se-mudam-para-area-questionada-na-justica-como-terra-indigena-4476305.html>>. Acesso em: 18/04/2016.

ANEXO 5

Nota de repúdio da Prefeitura de Águas Mornas:

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Órgão do Governo Federal) pretende assentar 60 famílias, aproximadamente 200 pessoas, no município de Águas Mornas.

Informamos que em nenhum momento a Prefeitura Municipal foi previamente consultada sobre essa intenção do INCRA de implantar o assentamento mencionado; o INCRA nem quis saber a opinião do povo ou das autoridades municipais e veio simplesmente comunicar sua decisão. É importante afirmar que o terreno pretendido para o assentamento está localizado na comunidade do Rio Miguel, ainda que de propriedade do INCRA, é uma área geograficamente acidentada sem as mínimas condições produtivas, coberto em grande parte por mata nativa e por rochas, sem energia elétrica ou água potável. Para a Prefeitura Municipal o procedimento do INCRA é inaceitável e não concorda com esta situação desumana de instalar famílias inteiras em assentamento sem o mínimo da indispensável infraestrutura. Ressaltamos ainda que a Prefeitura não tem as mínimas condições de absorver o impacto causado pelo assentamento citado, seja ele, financeiro, social e humano. Essa atitude do INCRA merece repúdio amplo, total e irrestrito.

Deixamos claro que repudiamos veementemente a atitude do INCRA de resolver seus problemas tentando implantar um assentamento em Águas Mornas. Nossa cidade tem um nome a zelar. Nosso povo ordeiro e trabalhador, amante da justiça e do bem comum, merece mais respeito por parte do INCRA e a Prefeitura de Águas Mornas não se intimidará e já entrou com medidas judiciais cabíveis para reverter a situação.

Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/07/familias-da-ocupacao-amarildo-sao-transferidas-pelo-incra-para-terreno-no-municipio-de-aguas-mornas-4542603.html>> Acesso em: 18/04/2015.

ANEXO 6

LISTA DA REDE DE APOIADORES

Partidos e Sindicatos:

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PSOL- Partido Socialismo e Liberdade

PCdoB- Partido Comunista do Brasil

CSP CONLUTAS- Central Sindical e Popular

SINTRATURB- Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Urbano de Passageiros da Região Metropolitana de Florianópolis

SINTRASEM- Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis

SINTE- Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de SC

SINERGIA- Sindicato dos Eletricitários

SINDASP- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina

SINDICATO DOS CORREIOS

SINDPREV- Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina

SINDSAÚDE- Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Pública Estadual e Privado de Florianópolis e Região

Organizações:

UJC- União da Juventude Comunista

Brigadas Populares

JCA- Juventude Comunista Avançando

PCLCP- Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

ANEL- Assembleia Nacional dos Estudantes Livres

CSP CONLUTAS- Central Sindical e Popular

FEAB- Federação do Estudantes de Agronomia do Brasil

MPL- Movimento Passe Livre

Ocupação Contestado

Ocupação Palmares

Coletivo Anarquista Bandeira Negra

MST- Brigada Mítico

Movimento População de Rua

LECERA- Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária

CINEAMARILDO- Projeto UDESC

Portal Desacato

Coletivo Maruim

Jornal Germinal

ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

Coletivo Geodélica Cultural Itinerante

Coletivo Margarida Alves

Coletivo Pagu

Coletivo dos Advogados Populares de Florianópolis

CALJ – Centro acadêmico livre de Jornalismo (UFSC)

CALISS- Centro acadêmico livre de Serviço Social (UFSC)

MUP – Movimento Universidade Popular

CALIGEO – Centro acadêmico livre de Geografia (UFSC)

GTNUP- Grupo de Trabalho núcleo da Universidade Popular

AMA- Ateliê Modelo de Arquitetura (UFSC)

QUESTIONÁRIO AO SUPERINTENDENTE DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU/SC

Sr. André Ricardo de Souza

Com relação à área de 900 hectares localizada no km 8 da Rodovia SC-401, Bairro Vargem Grande, Florianópolis:

1. Como está cadastrada a referida área na SPU/SC? Área Urbana ou Rural?

A área em questão ainda não está cadastrada. O imóvel está localizado em área onde a Linha de Preamar Médio LPM está demarcada mas ainda não homologada. Portanto, no momento, a área é considerada presumidamente da União.

Assim que a Prefeitura Municipal de Florianópolis disponibilizar o cadastro das pessoas atingidas pela demarcação das áreas da União, será aberto prazo para que os interessados, se desejarem, apresentem os pedidos de impugnação da Linha.

Após a análise de todos os pedidos de impugnação a LPM será homologada ou retificada, neste caso sejam apresentados elementos técnicos que justifiquem a sua revisão.

Todavia, o interessado já manifestou desinteresse na continuidade do seu processo de inscrição de ocupação que tramitava nesta Superintendência.

2. Qual e a dimensão física real da área e suas receptivas matrículas ou títulos?

As áreas que interferem com área presumidamente da União são:

Matrículas n.º 71263, com área de 2.030.484,5089m², n.º 71.263, com área de 23.130,4011m² e n.º 44.633/L2, com área de 2.053.614,9100m².

3. Qual são os títulos ou matrículas que foram reclamados como de posse do suposto proprietário “Empreendimento Florianópolis Golf Clube”?

Vide resposta anterior.

4. A partir de vistoria da equipe técnica da Secretaria do Patrimônio da União realizada no dia 3 de fevereiro de 2014, a mesma emitiu nota pública onde considerou que a área encontrava-se “totalmente inserida em propriedade da União, caracterizada como Terreno de Marinha e Acrescido, nos termos do Artº 20-VII da Constituição Federal e a Artigos 1º e 2º do Decreto Lei 9760/46”. Além de tal constatação, a nota afirmava ainda que “Após a comprovação documental (registro de imóveis) do suposto proprietário, a SPU/SC tomará as providências necessárias junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Advocacia Geral da União, para a desconstituição desses títulos”.

A questão da desconstituição dos títulos será analisada após a homologação da LPM, momento em que, se confirmada a sobreposição com terras da União, os títulos existentes serão desconstituídos ou retificados.

5. Em Audiência Pública ocorrida no dia 19 de março de 2014 na ALESC, a superintendente na época, Silvia Beatriz Rizzieri de Luca, reiterou a nota pública publicada pela SPU/SC afirmando que a área se encontrava inserida em propriedade da União. Com base no conteúdo emitido tanto pela nota pública como também pela fala da ex-superintendente, pergunta-se: Qual é a situação atual do processo referente à desconstituição de tais títulos?

Como informado anteriormente, a análise para desconstituição dos títulos se dará após a homologação da LPM.